



PREFEITURA DE
RIO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

Sistema utilizado: <https://www.gov.br/compras/pt-br>;

UASG: 980139;

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP;

Nº da modalidade no sistema: **90079/2024**

Prezado fornecedor, o Município de Rio Branco agradece o seu interesse em participar deste certame e espera a sua melhor proposta para que você possa ser nosso fornecedor.

Visando poupar o seu tempo e facilitar a apresentação da sua proposta neste certame, os documentos que você precisa ler para participar nesta disputa foram elaborados evitando, ao máximo, repetir informações. É fundamental que você leia, além do edital, TODOS os anexos, pois há regras importantes para a contratação, a serem observadas durante a execução do contrato, que não estarão indicadas no edital:

- a. Anexo I – Termo de Referência;
- b. Anexo II – Modelo de proposta;
- c. Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- d. Anexo IV – Estudo Técnico Preliminar;
- e. Anexo V – Minuta do contrato;

Este edital traz as regras específicas para a sua participação e para a condução do certame. Todas as decisões serão tomadas com base no que o edital estabelece. Qualquer dúvida ou discordância deverá ser manifestada antes do início do certame, através do e-mail: cpl0@riobranco.ac.gov.br.

A minuta do contrato e da ata de registro de preços trazem as cláusulas que serão redigidas no instrumento que formalizará o nosso negócio, se ele vier a acontecer. Nelas estão as obrigações das partes, as consequências para o seu descumprimento e as condições que regem a sua execução.

Os fornecedores que não estão acostumados com as licitações aqui do Município de Rio Branco devem ler com atenção todas as informações gerais que estão citadas neste edital, para entender os detalhes da licitação.

Por fim, vale alertar que os horários indicados nos editais de procedimentos eletrônicos se referem ao horário de Brasília – DF.

Bons negócios!



PREFEITURA DE RIO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03 PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024 UASG: 980139 – ID: 90079/2024 EDITAL

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024

Processo Administrativo nº 102/2024

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

Sistema utilizado: Compras.gov.br;

UASG: 980139;

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP;

Nº da modalidade no sistema: **90079/2024**.

ÍNDICE

1. INFORMAÇÕES GERAIS
2. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES
3. PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO ELETRÔNICA
4. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO
5. MODO DE DISPUTA
6. BENEFÍCIOS DAS MPE'S
7. CRITÉRIOS DE DESEMPATE
8. NEGOCIAÇÃO
9. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
10. CONDIÇÕES DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO
11. PROGRAMA DE INTEGRIDADE
12. PODERÃO PARTICIPAR DO CERTAME
13. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS
14. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
15. DECLARAÇÕES
16. PROPOSTA
17. EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA
18. DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO
19. RECURSOS E CONTRARRAZÕES
20. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
21. EM QUE SITUAÇÕES VOCÊ, ENQUANTO PROPONENTE, PODERÁ SER SANCIONADO
22. EM QUE SITUAÇÕES VOCÊ, ENQUANTO CONTRATADO, PODERÁ SER SANCIONADO
23. PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E APLICAÇÃO DE SANÇÃO
24. REGRAS DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO
25. REGRAS DE ENTREGA DO OBJETO
26. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
27. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
28. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS
29. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
30. POSSIBILIDADE DE SAÍDA DE FORNECEDORES E ALTERAÇÃO DE PREÇOS
31. ADESÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
32. EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
33. DISPOSIÇÕES GERAIS
34. INFORMAÇÕES FINAIS



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024
EDITAL

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Objeto do certame: Contratação de pessoa jurídica e/ ou pessoa física para o fornecimento de serviços contínuos de locação de veículos com condutor para atender os Centros de Referências de Assistência Social – CRAS, Centros de Referências Especializada de Assistência Social - CREAS, Banco de Alimentos, Restaurante Popular, Casa de Acolhimento Dr^a. Maria Tapajós, Casa do Sol Nascente, Dona Elza, Casa para Migrantes; Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop, Centro de Convivência para Pessoa Idosa Cosme Moraes, Divisão de Benefícios Assistenciais, Programa Criança Feliz, Divisão de Cadastro Único - Programa Bolsa Família, Departamento de Promoção da Igualdade Racial – DPIR, Departamento de Política para as Mulheres - DPM, Casa Rosa Mulher, Departamento de Políticas para a Juventude, Departamento de Promoção de Direitos que está estruturado em 03 (três) divisões finalísticas: Divisão de Promoção dos Direitos de Criança e Adolescente; Divisão de Promoção de Direitos da Pessoa com Deficiência e Divisão de Promoção de Direitos da Pessoa Idosa, onde desenvolvem serviços, programas e ações realizados por cada unidade administrativa, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SASDH, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	QTD	UND	Valor Unitário MENSAL (R\$)	Valor ANUAL Total (R\$)
1	Veículo tipo CAMINHÃO ¾ carga/Baú, com condutor , capacidade de carga de 4,0 a 6,0 (quatro a seis) toneladas, motor a diesel, com ano e fabricação no mínimo 2018, e equipado com acessórios como lona, cordas para segurança de carga, com toldo e 2 bancos, de acordo com as normas da CTB (código de Transporte Brasileiro).	01	Mês	R\$ 15.230,00	R\$ 15.230,00
2	Veículo tipo CAMINHÃO ¾ carga seca, com condutor , capacidade de carga de 4,0 a 6,0 (quatro a seis) toneladas, motor a diesel, com ano e fabricação no mínimo 2018, e equipado com acessórios como lona, cordas para segurança de carga, com toldo e 2	01	Mês	R\$ 10.872,50	R\$ 10.872,50



PREFEITURA DE
RIO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024
EDITAL

	bancos, de acordo com as normas da CTB (código de Transporte Brasileiro).				
3	Carro de passeio com condutor, 05 (cinco) portas , Capacidade para 05 (cinco) passageiros, incluindo o condutor, ano e modelo de fabricação a partir de 2021, motor com potência mínima 1.4, total flex, ar condicionado, direção hidráulica, tanque de combustível com autonomia de no mínimo 50l, freio ABS e Air Bag duplo, Pneus com mínimo, aro 13, Seguro Total do veículo, incluindo veículo de substituição. Condutor habilitado na categoria “B” ou superior	29	Mês	R\$ 4.910,09	R\$ 142.392,61
4	Veículos tipo MINI VAN, com condutor, capacidade de passageiro de 07 lugares , passageiros sentados incluindo o motorista: Potência de 1.4, em diante, diesel, gasolina e álcool (flex). Possuir todos os itens obrigatórios exigidos pelo CTB; 02 (duas) portas laterais, 01 (uma) porta lateral de correr, 01 (uma) porta traseira; motorista deverá possuir habilitação categoria mínima C; Ano de fabricação no mínimo 2021.	06	Mês	R\$ 6.330,84	R\$ 37.985,04
5	Veículo de passeio tipo SUV – com condutor, capacidade de passageiro de 05 lugares , passageiros sentados incluindo o motorista: ano e modelo de fabricação a partir de 2021, motor com potência mínima 1.6, diesel, gasolina e álcool (flex), ar condicionado, direção hidráulica, tanque de combustível com autonomia de no mínimo 50l, freio ABS e Air Bag duplo, Pneus com mínimo, aro 17, Seguro Total do veículo, incluindo veículo de substituição. Condutor habilitado na categoria “B” ou superior.	01	Mês	R\$ 7.250,03	R\$ 7.250,03



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024
EDITAL

6	Veículo Utilitário Pick-up, tipo CAMINHONETE , cabine dupla, com condutor, ano e modelo de fabricação a partir de 2021, 04 (quatro) portas, capacidade para 05 (cinco) passageiros, motor turbo diesel, potência 2.0 em diante, ar-condicionado, direção hidráulica, capacidade mínima de 1.000 Kg, Tração 4 x 4, freio ABS e Air Bag duplo, Pneus com mínimo Aro 16, equipado com acessórios: (protetor da caçamba e capota marítima), para segurança de cargas, Seguro Total do veículo, incluindo veículo de substituição. Condutor habilitado na categoria “B” ou superior.	07	Mês	R\$ 9.654,29	R\$ 67.580,03
7	Veículo automotor com duas rodas, tipo Motocicleta, com condutor , ano e modelo de fabricação a partir de 2021, motor 125 a 150 cc, porta báu com capacidade para até 20 kg, que possua fechadura e trava, bem como possuir todos os equipamentos de segurança necessária para a execução dos serviços (capa de chuva e luvas).	03	Mês	R\$ 4.050,00	R\$ 12.150,00
VALOR TOTAL: R\$ 293.460,21 (Duzentos e noventa e três mil, quatrocentos e sessenta reais e vinte e um centavos).					

- 1.2. A proposta deverá ser apresentada até às **10:00 horas (DE BRASÍLIA)** do dia **25/10/2024**, no Portal de Compras do Governo Federal através no link <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 1.3. Data do certame e horário (DE BRASÍLIA) de início da sessão: **25/10/2024 às 10:00 horas**.
- 1.4. Prazo para solicitar esclarecimentos e impugnar (item 2 do edital) o edital: **21/10/2024 às 23h59min**.
- 1.5. Rito da seleção: **Pregão por Sistema de Registro de Preços**.
- 1.5.1. Forma da seleção: **eletrônica (item 3 do edital)**
- 1.6. Local do certame: Portal de Compras do Governo Federal <https://www.gov.br/compras/pt-br>
- 1.7. Critério de julgamento: **Menor preço (item 4 do edital)**



PREFEITURA DE RIO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03 PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024 UASG: 980139 – ID: 90079/2024 EDITAL

- 1.8. Modo de disputa: **Aberto na forma eletrônica**. (item 5 do edital)
- 1.9. Valor estimado da contratação: **R\$ 293.460,21 (Duzentos e noventa e três mil, quatrocentos e sessenta reais e vinte e um centavos)**.
- 1.10. Os lances serão feitos com base no: Preço unitário.
- 1.10.1. Intervalo mínimo entre lances: 0,02% (dois centésimos por cento) em relação ao melhor lance ou proposta.**
- 1.11. Ordem das etapas: **Rito procedimental comum**.
- 1.12. Este certame será sob o Sistema de Registro de Preços? Sim.
- 1.13. Benefícios de Micro e Pequenas Empresas - MPE:
- () Sem benefícios para MPE
- (**X**) **Licitação exclusiva para MPE**
- () Desempate ficto, prazo para regularidade fiscal e direito de preferência
- () Benefícios diferentes por item

2. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

- 2.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, ou enviar pedidos de esclarecimentos.
- 2.2. Os pedidos de esclarecimento e as impugnações ao edital deverão ser encaminhados pelo e-mail cpl@riobranco.ac.gov.br ou protocolados na sede da Comissão Permanente de Licitação 03 (CPL 03), no endereço R. Alvorada, 281 – Bosque, Rio Branco – AC, CEP: 69.900-664, de forma devidamente identificada e direcionada ao agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação.
- 2.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será encaminhada, por e-mail, a todas as empresas que tenham manifestado interesse neste processo e, também, será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 2.4. Caso seja acolhida a impugnação ou alterada regra do edital, será definida e publicada nova data para a realização do certame, com publicação no sítio eletrônico oficial, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sistema eletrônico de compras.
- 2.5. Caso não seja possível responder o esclarecimento ou a impugnação enviada até as 18h00 do dia útil anterior à abertura do certame, a licitação será suspensa com publicação de reagendamento após a resposta da impugnação, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024
EDITAL

- 2.6. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 2.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos publicadas fazem parte integrante do edital e vinculam a Administração e todos os licitantes.
- 2.8. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por servidores da Administração, inclusive membros da equipe de apoio, não deverão ser considerados para nenhuma finalidade.

3. PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO ELETRÔNICA

- 3.1. O credenciamento de representantes do licitante ocorrerá por meio da atribuição de chave de identificação e de senha de acesso ao sistema eletrônico, disponibilizadas pelo Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.2. O licitante deve estar apto a encaminhar propostas e formular lances, por meio eletrônico, até o momento de abertura da sessão pública.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade integral do credenciado e a presunção de sua capacidade operacional para realizar as transações inerentes à licitação eletrônica.
- 3.4. A chave de identificação e a senha terão validade de 12 (doze) meses e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou do responsável pela gestão do sistema eletrônico de compras.
- 3.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.
- 3.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame eletrônico.
- 3.7. Caberá ao interessado obter o credenciamento e observar as condições indicadas no regulamento do sistema eletrônico de compras.
- 3.8. O licitante deverá ingressar no sistema, no dia e hora indicados no edital para início da sessão, e nele permanecer durante todo o seu transcurso, sob pena de perder o direito à manifestação posterior em caso de ausência de resposta ou atuação oportuna, bem como de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou devido a sua desconexão.
- 3.9. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos de habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024
EDITAL

- 3.10. O licitante, quando do cadastramento da proposta inicial de preço, deverá verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime das MPEs no sistema, conforme o seu regime de tributação, para fazer valer o direito aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.
- 3.11. O licitante deverá registrar sua proposta no sistema eletrônico mediante o preenchimento dos campos indicados, sem incluir informação que possa identificar a sua empresa.
- 3.12. A identificação não intencional, como, por exemplo, indicação de marca exclusiva, ou propriedades do documento digital, não será motivo de desclassificação do licitante.
- 3.13. Nos casos em que for constatado que a identificação se deu como forma de tentativa de fraudar o certame, o licitante será excluído, determinando-se a abertura de processo sancionatório para apuração da conduta e aplicação de declaração de inidoneidade.
- 3.14. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação e os licitantes.
- 3.15. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico de compras, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.16. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados posteriormente à fase competitiva da licitação.
- 3.17. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 3.18. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 3.19. Até a data e horário previstos para abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

4.1. Menor preço

4.1.1. Será considerada a proposta, ou lance, mais vantajosa aquela, dentre as classificadas, que tiver apresentado o menor preço.

5. MODO DE DISPUTA

5.1. Aberto - na forma eletrônica, conforme preceitua no item 2.1.6 do Termo de referência.

5.1.1. Os licitantes apresentarão suas propostas em sessão pública por meio de lances públicos e sucessivos.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024
EDITAL

5.1.2. O intervalo mínimo de valor entre os lances está estipulado no edital e incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

5.1.3. A etapa de lances abertos da sessão pública terá duração inicial de 10 (dez) minutos. Após esse prazo, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.1.4. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

5.1.5. Na hipótese de não haver novos lances que impliquem em prorrogação automática, a etapa será encerrada, e o sistema ordenará os lances na ordem do critério de julgamento.

5.1.6. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.1.7. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.1.8. Após a definição da melhor proposta, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação verificará a diferença de valores apresentada entre a primeira e a segunda classificada, podendo ser readmitido o reinício da disputa aberta, caso essa diferença seja superior a 5% (cinco por cento).

5.1.9. Após o reinício da disputa aberta, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar valor melhor, sendo que os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação no sistema.

5.1.10. Encerrada a etapa de lances, o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem do critério de julgamento.

5.1.11. No caso de desconexão do agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os atos até então praticados serão considerados válidos, retomando-se as atividades assim que possível.

5.1.12. Na hipótese de desconexão por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa, sendo reiniciada somente após comunicação expressa aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6. BENEFÍCIOS DAS MPE'S

6.1. Definições:

6.1.1. MPE (ou no plural MPEs): aquele que tem direito ao tratamento diferenciado e simplificado estabelecido nos art. 42 a 48 da Lei Complementar nº 123/2006, seja Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou sociedade cooperativa que, no ano-



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024
EDITAL

calendário anterior, tenha auferido receita bruta de até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

6.1.2. MPE local: aquela que possua sede ou filial localizada no Município de Rio Branco.

6.1.3. MPE regional: aquela que possua sede ou filial em qualquer Município da Mesorregião do Vale do Acre.

6.2. Declaração como MPE

6.2.1. O licitante que se declarar como MPE, sem estar nas condições para usufruir do tratamento jurídico diferenciado determinadas na Lei Complementar 123/2006, em especial quanto ao § 4º do art. 3º, será declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das demais sanções, independentemente de utilizar ou não os benefícios previstos para as MPEs na licitação.

6.3. Desempate

6.3.1. Será considerado empate ficto, quando, ao final da etapa de lances, se for o caso, e antes da negociação, o licitante que esteja competindo na condição de MPE tenha apresentado sua proposta ou último lance com valor até 5% (cinco por cento), para pregão, e até 10% (dez por cento), para as demais modalidades, acima da proposta ou último lance mais bem classificado, ofertado por empresa não enquadrada como MPE.

6.3.2. No caso de empate ficto, a MPE que tenha apresentado a proposta ou o lance com menor preço será comunicada pelo agente de contratação, pelo pregoeiro ou pela comissão de contratação para que apresente, dentro do prazo estabelecido, caso queira, proposta de desempate com preço inferior à proposta mais bem classificada.

6.3.3. Haverá a preclusão do direito, caso a MPE manifeste desinteresse em reduzir o valor do lance, ou não o apresente no prazo estabelecido.

6.3.4. Não ocorrendo apresentação de proposta de desempate pela MPE até então mais bem classificada, serão convocadas as remanescentes que porventura se situarem no intervalo de até 5% (cinco por cento), para pregão, e de até 10% (dez por cento), para as demais modalidades, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

6.3.5. No caso de equivalência das propostas ou lances apresentados pelas MPEs que se encontrem nos intervalos de empate ficto, será realizado sorteio entre elas, para que seja identificada aquela que primeiro poderá apresentar a proposta de desempate.

6.3.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se o trâmite, a partir daquele ponto, sem considerar a proposta do licitante inabilitado.

6.4. Prazo para comprovar a regularidade fiscal



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024
EDITAL

6.4.1. As MPEs estarão dispensadas de comprovar a regularidade fiscal e trabalhista durante a licitação, a qual será exigida apenas para a contratação.

6.4.2. Caso seja identificada alguma irregularidade fiscal, social e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

6.4.3. Eventual irregularidade na documentação, caso não seja saneada, implicará na perda do direito à contratação, sem prejuízo da instauração de procedimento sancionatório e aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

6.4.4. Nesta hipótese, a Administração convocará os licitantes remanescentes, conforme ordem de classificação, para continuidade do certame, ou poderá revogar a licitação.

6.5. Licitação com cota reservada

6.5.1. Os itens ou lotes indicados como cota de 25% (vinte e cinco por cento) reservada para MPEs, serão destinados apenas para as empresas enquadradas como MPE.

7. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1. Serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem, sendo dada a oportunidade de os licitantes declararem, quando necessário:

7.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.1.2. A fim de garantir a transparência e motivação do ato, conforme orientação nº 2024.02.000364 da Procuradoria Geral do Município, por ora não será utilizado a avaliação de desempenho contratual prévio dos licitantes, até que sobrevenha a efetiva implantação e regulamentação do sistema cadastral de atesto de desempenho prévio de licitantes por parte do Governo Federal, como funcionalidade integrante do PNCP (art. 88, §§3º e 4º, da Lei nº 14.133/2021 c/c arts. 80, §4º, e 137 do Decreto nº 400/2023).

7.1.3. desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do art. 84 do Decreto Municipal nº 400/2023; e

7.1.4. desenvolvimento de programa de integridade, nos termos do art. 85 do Decreto Municipal nº 400/2023.

7.2. Mantida a igualdade de condições, será assegurada preferência, sucessivamente, aos:

7.2.1. bens e serviços produzidos ou prestados por licitantes estabelecidos no território do Estado do Acre;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024
EDITAL

- 7.2.2. bens e serviços produzidos ou prestados por licitantes brasileiros;
- 7.2.3. bens e serviços produzidos ou prestados por licitantes que declarem investir em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e
- 7.2.4. licitantes que declarem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.
- 7.3. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada dentre as propostas empatadas.

8. NEGOCIAÇÃO

- 8.1. Definido o resultado do julgamento, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação convocará o licitante mais bem classificado para negociação, cujos parâmetros serão os orçamentos que fundamentaram o valor estimado e os preços praticados pelo licitante em contratações públicas similares.
- 8.2. Na hipótese de o preço do licitante melhor colocado estar acima do preço estimado definido no edital, a negociação será obrigatória.
- 8.3. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, de forma eletrônica, e deverá ser transparente, de fácil acesso ao público e ter suas condições registradas, consignadas em ata e mantidas à disposição de todos os eventuais interessados.
- 8.4. Caso a negociação com o licitante melhor classificado reste frustrada, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação fixará um valor admissível para a negociação e convocará os licitantes subsequentes, na ordem de classificação, para se manifestem, no prazo de 10 (dez) minutos, quanto à aceitação daquele valor.
- 8.5. O valor admissível para a negociação deverá ser igual ou inferior ao valor máximo da contratação, nos termos do § 1º do art. 82 do Decreto Municipal nº 400/2023.
- 8.6. Não havendo aceitação do valor admissível para a negociação, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação poderá fixar novo valor admissível para a negociação e realizar nova rodada de negociação, podendo ser realizadas quantas rodadas forem convenientes, a critério do agente de contratação, do pregoeiro ou da comissão de contratação.
- 8.7. Caso a negociação não seja satisfatória, a licitação será declarada fracassada, salvo se demonstrada a conveniência e a oportunidade em eventual adjudicação pelo menor preço obtido, respeitado o limite do valor máximo.
- 8.8. Concluída satisfatoriamente a negociação, o licitante vencedor deverá encaminhar a proposta ajustada ao valor final ofertado, com o valor da negociação, se for o caso, até o dia útil seguinte à convocação do agente de contratação, do pregoeiro ou da comissão de contratação.
- 8.9. O prazo para apresentação da proposta ajustada ao valor final ofertado será de 24 (vinte e quatro) horas.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024
EDITAL

9. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DA DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO

9.1. Será seguido o procedimento comum: apresentação de proposta seguida da verificação dos documentos de habilitação.

9.2. O prazo para apresentação tanto da proposta atualizada ao último valor ofertado quanto da documentação de habilitação será de até 2 (horas) após a solicitação, podendo ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificada e sua aceitabilidade e reconhecida pelo Pregoeiro;

9.3. Tanto a proposta quanto a documentação de habilitação, quando solicitadas pelo Pregoeiro, deverão ser anexadas no sistema, salvo mediante indisponibilidade técnica, que deverá ser comprovada pelo participante que a alega, cabendo ao Pregoeiro deliberar com fundamento na legislação pertinente e nos princípios correlatos, sobre a concessão de prorrogação do prazo indicado no item 9.2.

10. CONDIÇÕES DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO

10.1. Será desclassificada a proposta que, após a fase de negociação, permanecer com valor superior ao valor máximo para a contratação.

10.2. Considera-se aparentemente inexequível a proposta que apresente preço global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

10.3. Nos casos de aparente inexequibilidade, deverá ser ofertada ao licitante a oportunidade de apresentar planilha de composição de custos, com a demonstração da viabilidade do preço praticado, podendo ser requeridos pelo agente de contratação, pelo pregoeiro ou pela comissão de contratação outros documentos comprobatórios.

10.4. O licitante que apresentar proposta com qualquer problema, erro, vício ou desconformidade com as regras estabelecidas no edital terá a oportunidade de sanear o erro da proposta no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, desde que não seja majorado o valor proposto pelo licitante ao final do certame.

10.5. Será desclassificada a proposta que, depois de dada a oportunidade de saneamento, permanecer em desacordo com o estabelecido no Edital, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório para apuração de infração, caso esteja enquadrada em uma ou mais condutas previstas no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024
EDITAL

10.6. Todos os documentos exigidos para habilitação que estiverem disponíveis para livre acesso pela Internet serão obtidos, diretamente pela Administração municipal, sendo dispensado o encaminhamento desses documentos pelo licitante.

10.7. Caso o sistema de acesso pela Internet para emitir o documento estiver indisponível, deverá(ão) ser feito(s) novo(s) acesso(s) ou realizada diligência para obtenção do documento.

10.8. Será admitida a apresentação de cópia simples dos documentos, sendo permitida à Administração Municipal a realização de diligência para aferir a veracidade dos documentos

10.9. A documentação de habilitação apresentada pelo licitante deverá estar dentro do prazo de validade na data prevista para abertura das propostas, definida no preâmbulo do Edital.

10.10. Caso os documentos de habilitação não mencionem o prazo de validade, será considerado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados de sua emissão, exceto para aqueles que o prazo seja indeterminado.

10.11. Caso o licitante seja a matriz, todos os documentos apresentados deverão estar em nome e CNPJ da matriz.

10.12. Caso o licitante seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome e CNPJ da filial que vai fornecer o produto ou executar o serviço, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa. A contratação será realizada no CNPJ constante da documentação apresentada e da proposta comercial.

10.13. Caso o licitante pretenda constituir nova filial em Rio Branco, para fins de execução do contrato, deverá ser apresentada a proposta e os documentos de habilitação da matriz, sendo permitida a posterior substituição para o CNPJ da filial de Rio Branco, inclusive após a assinatura do instrumento contratual, cujo registro será por simples apostila.

10.14. Se o licitante necessitar de visita técnica, deverá solicitar e agendar pelo e-mail cpl@riobranco.ac.gov.br no endereço: Rua Alvorada, 281– Cobertura – Bosque – CEP: 69.900-664, Rio Branco – Acre.

10.15. Durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação, conforme o caso, deverá sanear erros ou falhas que não alterem a essência da proposta, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

10.16. É permitida a inclusão de novo documento comprobatório de condição já atendida pelo licitante, no momento da apresentação dos documentos ou da proposta, conforme o caso, que não tenha sido juntado oportunamente com os demais documentos de habilitação e/ou com a proposta, por equívoco ou falha.



PREFEITURA DE RIO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03 PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024 UASG: 980139 – ID: 90079/2024 EDITAL

10.17. Será admitido ao licitante que tenha apresentado pendências na regularidade fiscal, a apresentação de documento novo, a fim de comprovar a regularidade, observado o disposto no inciso III, do art. 63, da Lei nº 14.133/2021.

10.18. O saneamento ocorrerá, preferencialmente, na própria sessão.

10.18.1. Não sendo possível o saneamento na própria sessão, será concedido prazo de 24 (vinte e quatro) horas para que o licitante apresente o documento necessário ao saneamento, que deverão ser anexadas no sistema, salvo mediante indisponibilidade técnica, que deverá ser comprovada pelo participante que a alega, cabendo ao Pregoeiro deliberar com fundamento na legislação pertinente e nos princípios correlatos, admitindo o envio pelo e-mail cpl@riobranco.ac.gov.br.

10.19. Para o saneamento da proposta e da documentação será admitida a correção de todos os erros que sejam possíveis de serem corrigidos, tais como marca, modelo, tipo, fabricante, procedência, prazos, catálogos, declarações, documentação vencida, irregular ou faltante, atestados, ou quaisquer outras informações, dados ou documentos.

10.19.1. Não poderá ser admitido o saneamento que aumente o valor total da proposta, sendo aceita a alteração dos preços unitários, desde que mantido o valor global.

10.20. Caso, após o saneamento, seja identificado novo problema, deverá ser concedida nova oportunidade de sanear o vício, seguindo as mesmas regras deste capítulo.

10.21. Será inabilitado o licitante que, depois da oportunidade de saneamento, não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou por apresentá-los vencidos ou em desacordo com o estabelecido no Edital.

10.22. Nos casos de licitação para registro de preços, todos os licitantes que desejarem ter seus preços registrados na ata de registro de preços terão sua proposta e habilitação analisadas, inclusive se tiverem preços diferentes do primeiro colocado.

11. PROGRAMA DE INTEGRIDADE

11.1. Não se aplica.

12. PODERÃO PARTICIPAR DO CERTAME

12.1. Quem for do ramo de atividade compatível com o objeto licitado;



PREFEITURA DE RIO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03 PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024 UASG: 980139 – ID: 90079/2024 EDITAL

12.2. Quem não estiver sancionado com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Rio Branco ou com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública;

12.3. Quem não tiver vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

12.4. Quem não tiver cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

12.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, desde que não estejam concorrendo entre si; e

12.6. Quem, nos cinco anos anteriores à divulgação deste edital, não tiver sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

12.7. Empresas reunidas em consórcios: **NÃO**

12.7.1. O limite de empresas reunidas em consórcios é de: **Não se aplica.**

13. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

13.1. Não será admitida a participação de empresas em consórcios por se tratar de contratação de objeto amplamente comercializado no mercado, portanto, não restringe a competitividade, nem compromete a oferta de propostas aptas a gerar o resultado de contratação mais vantajoso.

14. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

14.1. A mera participação na licitação implica na declaração de que a empresa não está impedida de participar do processo licitatório, sendo essa declaração tácita passível de sanção de declaração de inidoneidade, em caso de falsidade.

14.2. Como condição de declaração do vencedor, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação deverá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação da empresa no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

14.2.1. SICAF;

14.2.2. Consulta Consolidada TCU, CNJ, CEIS, CNEP, link: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024
EDITAL

14.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome do licitante e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor deverá promover diligência para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.5. A tentativa de burla à sanção poderá ser verificada, através de diligência, por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros elementos que serão analisados pelo agente de contratação, pelo pregoeiro ou pela comissão de contratação.

14.6. Nos casos de inabilitação por ocorrências impeditivas indiretas, o licitante será convocado para manifestação previamente a sua inabilitação. O prazo para manifestação do licitante é de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas da sua convocação.

14.7. Constatada a existência de sanção restritiva do direito de participar de licitações, após consulta aos cadastros ou através de outras formas de diligência, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação inabilitará o licitante, por falta de cumprimento da condição de participação.

15. DECLARAÇÕES

15.1. Ao participar deste certame, o fornecedor concorda, tacitamente, com as declarações arroladas neste item, **sendo desnecessária a apresentação dessas declarações, por escrito.**

15.1.1. Estou ciente, concordo e atendo a todas as condições do Edital e seus anexos;

15.1.2. Não há nada que impeça, juridicamente, a minha habilitação neste momento. Se algum fato impeditivo acontecer depois, estarei obrigado a informar ao Município de Rio Branco;

15.1.3. Não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;

15.1.4. A proposta foi elaborada de forma independente e nenhuma empresa potencialmente participante da licitação conhece meu preço;

15.1.5. A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

15.1.6. Não há, na minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;



PREFEITURA DE RIO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03 PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024 UASG: 980139 – ID: 90079/2024 EDITAL

15.1.7. Minha empresa cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei e normas específicas para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz; e

15.1.8. Tenho ciência de que a declaração falsa acarretará aplicação de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública do País, além das demais sanções legais cabíveis.

16. PROPOSTA

16.1. A proposta deverá ser preenchida conforme modelo do Anexo II deste Edital.

16.2. Junto com a proposta deverão ser apresentados os documentos: **Não se aplica.**

16.3. Será exigida a prestação de garantia de proposta no valor de: **Não se aplica**

17. EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA

17.1. Não se aplica.

18. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

18.1. Para a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista será realizada consulta às informações disponíveis no SICAF ou nos respectivos portais, referentes a:

18.1.1. contrato social ou instrumento equivalente;

18.1.2. regularidade perante a fazenda federal e a seguridade social;

18.1.3. regularidade perante a fazenda estadual ou distrital da sede do licitante;

18.1.4. regularidade perante a fazenda municipal da sede do licitante;

18.1.5. regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; e

18.1.6. regularidade trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>).

18.1.7. o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

18.1.8. O licitante deverá declarar, que cumprirá a cota de aprendiz, que está obrigada, nos termos do art. 429 e ss. da CLT. (Termo de Acordo, ref. a Ação Civil Pública nº 0000430-92.2023.5.14.0401.

18.2. Caso algum dos documentos não possa ser obtido no SICAF ou nos respectivos portais, será solicitado o documento comprobatório de regularidade ao licitante.

18.3. Como qualificação técnica, a empresa interessada em participar da licitação deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, a seguinte documentação:



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024
EDITAL

Atestado de capacidade técnica, emitido por empresa pública ou privada comprovando que a licitante forneceu de materiais permanentes o com características semelhantes ao especificado neste instrumento, bem como, prestou a devida assistência técnica no período de garantia;

O (s) atestado (s) deverá (ão) ser impresso (s) em papel timbrado, com nome e telefone de contato dos responsáveis pela informação atestada, não sendo aceitas declarações genéricas de catálogos, manuais de Internet, devendo ainda atestar a satisfação com o produto ofertado pela licitante.

18.4. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/Extrajudicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial expedida pelo Distribuidor da Sede do licitante da sede da Pessoa Jurídica.

18.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

18.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

18.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

18.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

18.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

18.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024
EDITAL

18.13. RECURSOS E CONTRARRAZÕES

18.14. Nos termos do art. 165, §1º, I, da Lei nº 14.133/2021, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente quanto ao julgamento das propostas e a ato de habilitação ou inabilitação de licitante, sendo concedido o prazo de 10 minutos, no sistema Comprasnet.gov.br, para que a manifestação ocorra.

18.14.1. A falta de manifestação do licitante quanto à intenção de recorrer importará na preclusão desse direito.

18.15. Para o rito com habilitação antecipada, após a análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação poderá conceder prazo de 3 (três) dias úteis para os licitantes realizarem apontamentos quanto à decisão proferida, abrindo-se igual prazo para os demais licitantes contestarem esses apontamentos, podendo a decisão ser reconsiderada em razão dos tópicos levantados.

18.15.1. Caso seja adotado o procedimento indicado no parágrafo anterior, a ausência de manifestação implicará na preclusão do direito de recorrer quanto à fase de habilitação.

18.16. Uma vez manifestada tempestivamente a intenção de recurso, o licitante terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as suas razões de recurso.

18.17. O prazo para apresentação de contrarrazões será de 3 (três) dias úteis e terá início na data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso.

18.18. Tanto as razões quanto as contrarrazões recursais deverão ser anexadas no sistema Comprasnet.gov.br e, apenas no caso de impossibilidade de envio pelo sistema, que deverá ser comprovada pela licitante, é que será aberta a possibilidade de envio para os endereços de e-mail desta comissão.

18.19. Será assegurado aos licitantes vista aos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses por consulta, através de solicitação formal pelo e-mail cpl@riobranco.ac.gov.br ou protocolada na CPL03, no endereço Rua Alvorada, 281, Cobertura, Bosque, CEP 69.900-664, Rio Branco – Acre.

18.20. Na hipótese de o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, o recurso será encaminhado com a sua motivação à autoridade máxima do órgão ou entidade demandante, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.21. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.22. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que seja proferida decisão final pela autoridade máxima do órgão ou entidade demandante.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024
EDITAL

18.23. A sessão pública poderá ser reaberta, nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente, ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

18.24. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão de reabertura.

18.25. A convocação se dará pelo sistema eletrônico de compras (chat) ou comunicado no sítio eletrônico oficial.

19. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

19.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos, o processo licitatório será encaminhado ao Secretário Municipal de Gestão Administrativa, que poderá:

19.1.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

19.1.2. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

19.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; ou

19.2. Na hipótese de revogação ou anulação do procedimento, caberá recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da data da publicação do ato.

19.3. Homologada a licitação, o licitante vencedor será convocado para a assinatura da ata de registro de preços ou para assinar ou aceitar o instrumento contratual, conforme o caso.

19.4. O prazo para atender à convocação será de 5 (cinco) dias úteis, que poderá ser prorrogado uma vez, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Rio Branco.

19.4.1. Caso o licitante, ainda dentro da validade da proposta, não atenda à convocação para a assinatura da ata de registro de preços ou assinatura ou aceite do instrumento contratual, será instaurado processo administrativo para apuração de responsabilidade e eventual aplicação de sanções.

20. EM QUE SITUAÇÕES VOCÊ, ENQUANTO PROPONENTE, PODERÁ SER SANCIONADO

20.1. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:



PREFEITURA DE
RIO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024
EDITAL

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Rio Branco	6 meses
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Rio Branco	6 meses
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Rio Branco	6 meses
Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Rio Branco	6 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Fraudar a seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024
EDITAL

21. EM QUE SITUAÇÕES VOCÊ, ENQUANTO CONTRATADO, PODERÁ SER SANCIONADO

21.1. As disposições sobre as infrações e sanções relativas ao contratado estão presentes nos itens **5.6 do ANEXO I – Termo de Referência.**

22. PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE APLICAÇÃO DE SANÇÃO

22.1. O descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas sujeitará o licitante, o signatário da ata ou o contratado à aplicação das penalidades de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Município de Rio Branco ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

22.2. A aplicação das sanções levará em consideração a natureza, os prazos de execução do objeto e os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

22.3. A aplicação da sanção de advertência prevista no art. 156, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, será aplicada diretamente pelo fiscal do contrato ou da ata de registro de preços, cabendo recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis ao Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, contados a partir da notificação da sanção, sem a necessidade de instauração de processo administrativo ou de comissão para apuração de responsabilidade.

22.3.1. O prazo para decisão do recurso contra a advertência é de 20 (vinte) dias úteis.

22.4. A sanção de multa será aplicada mediante instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, instaurado e conduzido pelo gestor do contrato.

22.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar com o Município de Rio Branco e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública serão aplicadas mediante instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, conduzido por comissão processante.

22.6. O licitante ou contratado deverá ser notificado sobre a abertura do processo administrativo para apuração de responsabilidade para apresentação de defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, devendo indicar, já na defesa prévia, as provas que pretende produzir, caso necessárias.

22.6.1. Nos casos de contratos que gerem atestados de capacidade técnica aos profissionais responsáveis, o processo sancionatório deverá notificar também o responsável técnico, como processado, para apurar culpa grave ou erro grosseiro do profissional, tramitando o processo contra a pessoa jurídica e a pessoa física e sendo publicado, ao final, o resultado para cada responsável, para fins de aplicação do § 12 do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

22.7. Não havendo, após regular notificação, apresentação de defesa prévia dentro do prazo estipulado, o processo prosseguirá de acordo com as informações constantes no processo.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024
EDITAL

22.8. O gestor do contrato ou a comissão processante poderá rejeitar o pedido de produção de provas, mediante decisão fundamentada, nos casos em que for manifestamente protelatório ou irrelevante para o caso concreto.

22.8.1. Se houver aceitação do pedido de produção de provas, após a dilação probatória do processo, deverá ser concedido novo prazo de 15 (quinze) dias úteis ao processado para apresentação de alegações finais.

22.9. Após as alegações finais, no caso de sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, a comissão processante encaminhará parecer conclusivo à Procuradoria-Geral do Município, para emissão de parecer.

22.10. Após o parecer da Procuradoria-Geral do Município, a comissão processante poderá determinar o arquivamento do processo ou recomendar à autoridade competente a aplicação da sanção cabível.

22.11. Recebido o relatório da comissão processante, a autoridade competente terá prazo de 20 (vinte) dias úteis para decidir, computado nesse prazo eventuais esclarecimentos que vier a solicitar à comissão processante.

22.11.1. A autoridade competente poderá devolver o processo à comissão processante, para corrigir eventuais irregularidades processuais, caso em que o prazo para decisão iniciará após o retorno do processo, devidamente saneado.

22.11.2. A autoridade competente não poderá decidir em sentido diverso do relatório, cabendo-lhe aplicar a sanção recomendada, arquivar ou anular o processo administrativo.

22.11.3. Quando a aplicação da sanção recair também sobre profissional específico do contratado, o ato que aplicar a sanção deverá fazer referência expressa à imputação da infração à responsabilidade do profissional.

22.12. A sanção de multa poderá ser cumulada com a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Rio Branco ou com a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

22.12.1. Não poderá haver outro tipo de cumulação de sanção sobre o mesmo fato gerador.

22.13. Da decisão que aplicar multa ou impedimento de licitar e contratar com o Município de Rio Branco caberá recurso administrativo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

22.13.1. O recurso será dirigido ao gestor do contrato, no caso de multa, ou à comissão processante, no caso de impedimento de licitar e contratar com o Município de Rio Branco, os quais terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para reconsiderar sua decisão ou encaminhar o recurso à autoridade competente para analisar e, dentro do prazo de 20 (vinte) dias úteis, decidir sobre o recurso.



**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024
EDITAL**

22.13.2. O recurso terá efeito suspensivo da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente para julgar o recurso.

22.14. Após regular processo administrativo de aplicação da penalidade de multa, o sancionado deverá efetuar o respectivo pagamento da multa no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Administração. Findo este prazo, e não sendo constatado o pagamento, a multa será cobrada administrativamente, podendo ser compensada no primeiro pagamento seguinte à aplicação da pena, mesmo que em outros contratos, respondendo, igualmente, os pagamentos seguintes pela diferença dos valores no caso de o primeiro não suportar integralmente o ônus da penalidade.

22.14.1. Somente será admitida a retenção de pagamento de parcela adimplida para pagamento de multa após o trânsito em julgado do processo administrativo, limitada ao valor da multa devida.

22.15. Não havendo a quitação da multa e não sendo possível a compensação com outros pagamentos, o valor será descontado da garantia, se houver, ou cobrado judicialmente.

22.16. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante/contratado, o Município de Rio Branco poderá abrir processo administrativo indenizatório para cobrar os valores remanescentes.

22.17. Da decisão da autoridade competente que aplicar a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis à mesma autoridade, que deverá decidir no prazo de 20 (vinte) dia úteis.

22.18. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Procuradoria-Geral do Município, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.18.1. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.19. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar com o Município de Rio Branco e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública serão levadas a registro no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Portal da Transparência mantido pela Controladoria-Geral da União.



PREFEITURA DE RIO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03 PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024 UASG: 980139 – ID: 90079/2024 EDITAL

22.19.1. O registro da sanção ocorrerá somente depois de proferida a decisão final da autoridade competente em relação a eventual recurso.

22.20. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

22.20.1. interrompida pela instauração do processo de responsabilização;

22.20.2. suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

22.20.3. suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

22.21. O processo administrativo para apuração de responsabilidade que não for concluído dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias tramitará com prioridade, inclusive para julgamento de eventuais recursos administrativos, e deverá ser concluído em, no máximo, 4 (quatro) anos, sob pena de prescrição da pretensão punitiva.

22.22. O processo administrativo para apuração de responsabilidade, praticados pela Administração Municipal e pelo licitante ou contratado tramitará com disponibilidade de informação permanente ao processado, ressalvados os casos em que houver necessidade de sigilo, devidamente justificado.

22.23. A indisponibilidade de vistas ao processo durante o período de expediente da Administração Municipal não prejudicará o direito do interessado à devida manifestação, sendo suspensa a contagem do prazo enquanto perdurar a indisponibilidade.

23. REGRAS DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

23.1. As regras de modelo de gestão do contrato encontram-se no item 10.5 do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, e as REGRAS DE FISCALIZAÇÃO (NÃO CONSTA ITEM no TERMO DE REFERÊNCIA), no ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO, na CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

24. REGRAS DE ENTREGA DO OBJETO

24.1. As regras relativas à entrega do objeto encontram-se no item 9.2 do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA e, também, na CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA no ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024
EDITAL

25. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

25.1. As condições relativas ao pagamento encontram-se no item 11.3. do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA e, também, na CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO no ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO.

26. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

26.1. As condições relativas ao reajustamento de preço encontram-se no item 11.7 do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

27. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

27.1. NÃO CONSTA ITEM no TERMO DE REFERÊNCIA),

29. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

29.1. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, de acordo com a minuta anexa a este Edital – na forma do Anexo V e nas condições previstas neste Edital.

29.2. A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

30. POSSIBILIDADE DE SAÍDA DE FORNECEDORES E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

30.1. Decorridos 60 (sessenta) dias contados da assinatura da ata de registro de preços, o fornecedor poderá pedir a sua saída da ata de registro de preços ou alterar seus preços, para mais ou para menos, sem a necessidade de aprovação pela Secretaria Municipal de Gestão Administrativa.

30.1.1 A faculdade de saída e de alterar os preços somente poderá ser utilizada quando existirem, no mínimo, 5 (cinco) fornecedores com preços registrados para o item determinado.

30.2 A faculdade de exclusão e de alterar os preços somente poderá ser utilizada quando existirem, no mínimo, 5 (cinco) fornecedores com preços registrados para o item determinado.

30.3 Nos casos em que existirem menos de 5 (cinco) fornecedores, serão aplicáveis à presente ata as regras de reajuste, repactuação e reequilíbrios previstas na minuta do contrato, vedada a



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024
EDITAL

duplicidade de correção do valor com a alteração da ata e do contrato sobre o mesmo item e o mesmo fato gerador.

30.4 As solicitações de alterações ou exclusões do registro de preços somente terão validade para os pedidos futuros, sendo obrigação do fornecedor honrar os pedidos já realizados até o protocolo da solicitação de alteração ou exclusão do registro do preço.

30.5 A solicitação do fornecedor de exclusão da ata de registro de preços surtirá efeitos a partir do seu protocolo.

- 30.6 Quando não for permitida a saída do fornecedor ou a alteração de preço, serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que os fundamentos sejam acolhidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SASDH

e haja parecer favorável do gestor da ata de registro de preços.

30.7 O gerenciador ou participante da ata de registro de preços deverá comunicar a intenção de aquisição com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do pedido, para viabilizar a alteração de preços pelos fornecedores registrados.

31. ADESÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

31.1 Será permitida a adesão a atas de registro de preços do Município de Rio Branco por órgãos e entidades de outros municípios.

31.2 As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

31.3 O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

32. EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

32.1 O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

32.2. descumprir as condições da ata de registro de preços;

32.3. descumprir, total ou parcialmente, o contrato decorrente da ata de registro de preços;

32.4. não retirar a nota de empenho ou o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024
EDITAL

32.5. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

32.6. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado; ou

32.7. houver razão de interesse público, devidamente justificada.

32.8. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Gestão Administrativa e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, dispensando-se a divulgação por outros meios.

33 DISPOSIÇÕES GERAIS

33.1 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF para os procedimentos eletrônicos ou o horário de Rio Branco/AC para os procedimentos presenciais.

33.2 A participação do licitante implica em aceitação de todos os termos do Edital.

33.3 O licitante será responsável por todos os procedimentos que forem efetuados em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, lances e negociações.

33.4 O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados, inclusive quanto às declarações explícitas ou implícitas, em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata inabilitação do licitante que o tiver apresentado, sem prejuízo da Instauração de processos sancionatório para apuração de conduta e eventual aplicação de sanções administrativas e criminais cabíveis.

33.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, desde que dentro do horário de expediente, assim considerado das 07h às 14h, no horário de Rio Branco-AC, que corresponde no horário de Brasília das 09h às 16h horas.

33.6 As normas que disciplinam a licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

33.7 As decisões referentes ao processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no site oficial.

33.8 O Município de Rio Branco poderá revogar a licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivados de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de



PREFEITURA DE RIO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03 PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024 UASG: 980139 – ID: 90079/2024 EDITAL

ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado. O Município poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura, sendo devidamente publicados no site oficial.

33.9 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

33.10 Na contagem dos prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

33.11 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na administração municipal de Rio Branco.

33.12 Os casos omissos serão resolvidos pelo agente de contratação, pelo pregoeiro, pela comissão de contratação, pela autoridade máxima do órgão ou entidade demandante ou pelo Secretário Municipal de Gestão Administrativa.

34 INFORMAÇÕES FINAIS

34.1 Nossos canais de atendimento, inclusive para resolver problemas relacionados à videoconferência: cpl@riobranco.ac.gov.br (68) 3212-7398.

34.2 Onde estamos: Rua Alvorada, nº 281, Cobertura, Centro, CEP: 69.900-664, Rio Branco/AC.

34.3 Quem são os responsáveis pelo certame:

34.4 A presente licitação será realizada pelo Pregoeiro(a) senhor(a): **Ana Thalita da Silva Cristino**, tendo como equipe de apoio um mínimo de 2 (dois) servidores, escolhidos entre os seguintes: Selma Sales de Mesquita, Railene Fernandes Boaventura, Raquel Lopes Gama Cunha e Willyane Melo Uchôa.

34.5 Na ausência ou impedimento do (a) pregoeiro (a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

34.6 Normas de regência: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 400/2023 e normas específicas.

34.7 O edital estará disponível no próximo dia útil ao da publicação, juntamente com os demais anexos, por meio do link: (criar a pasta no Drive e colar o link).

Rio Branco – Acre, 09 de outubro de 2024.

ERICK SILVA DE OLIVEIRA
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA

1. DADOS GERAIS

- **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 030/2024.**
- Órgão ou entidade demandante: Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SASDH
- Responsável: **Wellington Divino Chaves de Souza**, Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SASDH

2. CONCEITUAÇÃO DO OBJETO

2.1. Objeto a ser contratado

2.1.1 Constitui objeto deste Termo de referência a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA E/ OU PESSOA FÍSICA PARA O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM CONDUTOR** para atender os Centros de Referências de Assistência Social – CRAS, Centros de Referências Especializada de Assistência Social - CREAS, Banco de Alimentos, Restaurante Popular, Casa de Acolhimento Dr^a. Maria Tapajós, Casa do Sol Nascente, Dona Elza, Casa para Migrantes; Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop, Centro de Convivência para Pessoa Idosa Cosme Moraes, Divisão de Benefícios Assistenciais, Programa Criança Feliz, Divisão de Cadastro Único - Programa Bolsa Família, Departamento de Promoção da Igualdade Racial – DPIR, Departamento de Política para as Mulheres - DPM, Casa Rosa Mulher, Departamento de Políticas para a Juventude, Departamento de Promoção de Direitos que está estruturado em 03 (três) divisões finalísticas: Divisão de Promoção dos Direitos de Criança e Adolescente; Divisão de Promoção de Direitos da Pessoa com Deficiência e Divisão de Promoção de Direitos da Pessoa Idosa, onde desenvolvem serviços, programas e ações realizados por cada unidade administrativa, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SASDH. conforme necessidade estimada e descrições constantes neste Termo de Referência, conforme abaixo:

ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	QTD	UND	Valor Unitário MENSAL (R\$)	Valor ANUAL Total (R\$)
-------------	-------------------------	------------	------------	------------------------------------	--------------------------------



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

1	Veículo tipo CAMINHÃO ¾ carga/Baú, com condutor , capacidade de carga de 4,0 a 6,0 (quatro a seis) toneladas, motor a diesel, com ano e fabricação no mínimo 2018, e equipado com acessórios como lona, cordas para segurança de carga, com toldo e 2 bancos, de acordo com as normas da CTB (código de Transporte Brasileiro).	01	Mês	R\$ 15.230,00	R\$ 15.230,00
2	Veículo tipo CAMINHÃO ¾ carga seca, com condutor , capacidade de carga de 4,0 a 6,0 (quatro a seis) toneladas, motor a diesel, com ano e fabricação no mínimo 2018, e equipado com acessórios como lona, cordas para segurança de carga, com toldo e 2 bancos, de acordo com as normas da CTB (código de Transporte Brasileiro).	01	Mês	R\$ 10.872,50	R\$ 10.872,50
3	Carro de passeio com condutor, 05 (cinco) portas , Capacidade para 05 (cinco) passageiros, incluindo o condutor, ano e modelo de fabricação a partir de 2021, motor com potência mínima 1.4, total flex, ar condicionado, direção hidráulica, tanque de combustível com autonomia de no mínimo 50l, freio ABS e Air Bag duplo, Pneus com mínimo, aro 13, Seguro Total do veículo, incluindo veículo de substituição. Condutor habilitado na categoria “B” ou superior	29	Mês	R\$ 4.910,09	R\$ 142.392,61
4	Veículos tipo MINI VAN, com condutor, capacidade de passageiro de 07 lugares , passageiros sentados incluindo o motorista: Potência de 1.4, em diante, diesel, gasolina e álcool (flex). Possuir todos os itens obrigatórios exigidos pelo CTB; 02 (duas) portas laterais, 01 (uma) porta lateral de correr, 01 (uma) porta traseira; motorista	06	Mês	R\$ 6.330,84	R\$ 37.985,04



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

	deverá possuir habilitação categoria mínima C; Ano de fabricação no mínimo 2021.				
5	Veículo de passeio tipo SUV – com condutor, capacidade de passageiro de 05 lugares , passageiros sentados incluindo o motorista: ano e modelo de fabricação a partir de 2021, motor com potência mínima 1.6, diesel, gasolina e álcool (flex), ar condicionado, direção hidráulica, tanque de combustível com autonomia de no mínimo 50l, freio ABS e Air Bag duplo, Pneus com mínimo, aro 17, Seguro Total do veículo, incluindo veículo de substituição. Condutor habilitado na categoria “B” ou superior.	01	Mês	R\$ 7.250,03	R\$ 7.250,03
6	Veículo Utilitário Pick-up, tipo CAMINHONETE , cabine dupla, com condutor, ano e modelo de fabricação a partir de 2021, 04 (quatro) portas, capacidade para 05 (cinco) passageiros, motor turbo diesel, potência 2.0 em diante, ar-condicionado, direção hidráulica, capacidade mínima de 1.000 Kg, Tração 4 x 4, freio ABS e Air Bag duplo, Pneus com mínimo Aro 16, equipado com acessórios: (protetor da caçamba e capota marítima), para segurança de cargas, Seguro Total do veículo, incluindo veículo de substituição. Condutor habilitado na categoria “B” ou superior.	07	Mês	R\$ 9.654,29	R\$ 67.580,03
7	Veículo automotor com duas rodas, tipo Motocicleta, com condutor , ano e modelo de fabricação a partir de 2021, motor 125 a 150 cc, porta báu com capacidade para até 20 kg, que possua fechadura e trava, bem como possuir todos os equipamentos de segurança necessária para a execução dos serviços (capa de chuva e luvas).	03	Mês	R\$ 4.050,00	R\$ 12.150,00



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

VALOR TOTAL: R\$ 293.460,21 (Duzentos e noventa e três mil, quatrocentos e sessenta reais e vinte e um centavos).

2.1.2 Os itens acima descritos serão destinados à participação exclusiva de Microempresas e empresas de pequeno porte **DESDE QUE SE ENQUADREM** nas exigências de direito de preferência de que trata o **Art. 48, Inciso I**, da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº147/2014):

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:
I - Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

2.1.3. Para cada item especificado deverá ocorrer a participação, de no mínimo 03 microempresas ou empresas de pequeno porte com apresentação de proposta, o não atendimento à condição acima, caracteriza o **descumprimento do disposto no Art.49, Inciso II da Lei complementar nº123/2006**, tornando item de ampla disputa.

2.1.4. O serviço objeto da presente Licitação é caracterizado como comum, nos termos do art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto federal nº 10.818/21.

2.1.6 O Modo de disputa será: ABERTO.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O presente documento está baseado em Estudo Técnico Preliminar constante no Processo Administrativo.

3.2. Legislação aplicável:

3.2.1. O presente Termo de Referência encontra-se fundamentado na Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Contratos e Licitações); Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor); Lei 10.406/2002 (Código Civil); e Decreto Municipal nº 400/2023; **Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei**



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

anticorrupção), regulamentada pelo Decreto Municipal nº 948/2014; **Lei nº 13.790/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais)**, bem como a **Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)** e ainda a Lei Complementar nº 101/2000; Decreto Municipal nº 1.880/2023 (*Retenção de Imposto de Renda na fonte*) e Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).

3.3. Tipo de Licitação:

3.3.1. O tipo de Licitação deverá ser o **MENOR PREÇO POR ITEM**, obtido durante a disputa entre os fornecedores participantes do certame licitatório, na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA** pelo o sistema de registro de preços, conforme condições previstas neste instrumento.

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos – SASDH coordena, diretamente, três políticas públicas: Assistência Social, Direitos Humanos e Segurança Alimentar e Nutricional.

4.2. No que se refere à política de Assistência Social, a SASDH oferece em âmbito municipal os seguintes serviços:

4.2.1. Proteção Social Básica: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o qual atende 1.710 indivíduos, dentre eles crianças, adolescentes, idosos e gestantes; Apoio e acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância, mais conhecido como Programa Criança Feliz, atendendo no município de Rio Branco 1.400 crianças; Serviço de Proteção e Atenção Integral a Família – PAIF; Benefícios Assistenciais (Auxílio Natalidade, Auxílio Funeral, Auxílio Moradia, Auxílio Alimentação, Auxílio Viagem; e Auxílio Especiais) e Benefícios de Prestação Continuada conforme Resolução nº. 212 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Resolução nº. 006/2011 do Conselho Municipal de Assistência Social de Rio Branco; Suporte ao Programa Nacional de Cadastro Único e Programa Bolsa Família, que por sua vez oferece o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil; Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional através do Banco de Alimentos, e Restaurante Popular; Serviço de Inclusão Social e produtiva da comunidade vulnerável com a oferta de oficinas que fornecem capacitações e cursos através do ACESSUAS Trabalho;

4.2.2. Proteção Social Especial: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI Serviço Especializado em Abordagem Social (24 horas); Serviço de



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP, o qual atende diariamente 300 usuários com café da manhã e almoço; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC; Serviços de Acolhimento Institucional para adolescentes e para a pessoa em situação de rua, perfazendo um total de 50 acolhidos; E por fim, o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergência. Estes serviços são ofertados à população em situação de vulnerabilidade social através das 17 unidades físicas subordinadas a esta secretaria, além de sua sede administrativa. Estas unidades funcionam oito horas diárias, com a exceção das 03 (três) unidades de acolhimentos (abrigo masculino/abrigo feminino, abrigo para pessoa em situação de rua) que funcionam de forma ininterrupta e exigem atendimento integral aos usuários acolhidos.

4.3 Direitos Humanos

4.3.1. A Política de Direitos Humanos em âmbito municipal é regida pela Lei nº 1.959/2013, no seu Art. 39, que articular-se com os diversos órgãos da Prefeitura Municipal de Rio Branco com referência da aplicação das políticas de direitos humanos; desenvolve políticas transversais que garantam os direitos das pessoas, com sofrimento psíquico, idosos, crianças e adolescentes, moradores de rua, população indígena, egressos do sistema prisional, e populações em situação de vulnerabilidade social; oferece atendimento, encaminhamento e acompanhamento de denúncias de violações dos direitos humanos, políticas de promoção da igualdade e serviços de apoio às vítimas de violências.

4.3.2. A Diretoria de Direitos Humanos do município coordenada suas atividades através dos Departamentos de Promoção da Igualdade Racial – DPIR, Departamento de Política para as Mulheres- DPM, Departamento de Políticas para a Juventude, e ainda se utiliza de outras duas unidades externas para a execução de sua política sejam estas a Praça da Juventude, e Casa Rosa Mulher.

4.4 Restaurante Popular

4.4.1. Destaca-se, ainda, o funcionamento do Restaurante Popular que é um dos equipamentos que integra a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o mesmo teve início com o Programa Fome ZERO em 2003, onde visa criar uma rede de proteção alimentar em áreas de grande circulação de pessoas que realizam refeições fora de casa, atendendo dessa maneira, os segmentos mais vulneráveis nutricionalmente.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

4.4.2. Inaugurado em 13 de junho de 2008, o Restaurante Popular de Rio Branco José Marques de Souza (Matias) completou, em 2023, quinze anos de atividades e integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), resultado da parceria com o Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

4.4.3. O Restaurante funciona de segunda a sexta, exceto feriados, no horário das 07 às 14 horas. O cardápio é elaborado prevê alimentação balanceada que inclui arroz, feijão, carnes, guarnição, salada, sobremesa e suco, numa combinação de 1.800 calorias por prato. Estima-se a produção diária de 550 (quinhentas e cinquenta) refeições podendo chegar 1.000 (mil) refeições dependendo da demanda e recursos disponibilizados.

4.4.4. Essa estrutura está localizada em uma região de grande movimentação diária de trabalhadores e próximo a locais de grande circulação com transporte público disponível.

4.5. Considerando, que a SASDH tem em sua estrutura as políticas de Direitos Humanos e a Segurança alimentar e Nutricional, cujo carece de mobilidade par a realização de suas atividades diárias;

4.6. Considerando que se deve garantir a mobilidades dos servidores e colaboradores nas ações administrativas desenvolvidas diariamente na área meio, cujo proporcionam as condições no atendimento as políticas socioassistenciais, de direitos humanos e na segurança alimentar;

4.7 Considerando que a SASDH é responsável por aprimorar o atendimento à população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios, em especial as Famílias cadastradas no Cadastro Único; Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; Gestantes, crianças de até seis anos e suas famílias em situação de vulnerabilidade social e risco pessoal e social; Idosos e pessoas com deficiência beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC; e Pessoas em situação de rua.

4.8 Diante da situação, apresentamos a necessidade de disponibilizar veículos com condutor, a ser contratado mediante Licitação pelo sistema de registro de preços, para fins de garantir os atendimentos socioassistenciais, de direitos humanos e segurança alimentar, bem como na esfera administrativa, cujo assumimos a responsabilidade e nos comprometemos em realizar as ações pertinentes a política de assistência social no município de Rio Branco.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

4.9 O quantitativo estimado fundamenta-se na necessidade de **fornecimento de serviços contínuo de locação de veículos pessoa jurídica e/ ou Pessoa Física com condutor, CONFORME** solicitação de abertura de processo Licitatório **ANEXO** ao processo administrativo, que tem por objetivo a realização de atendimento à população em situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza.

4.10. O procedimento para contratação do objeto será realizado mediante licitação na modalidade via **PREGÃO NA SUA FORMA ELETRÔNICA, no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP**, a modalidade de licitação ora escolhida facilita a entrada de vários fornecedores, fazendo com que tenha uma ampliação na disputa licitatória, não só confere maior celeridade ao processo, como também amplia o universo dos potenciais licitantes.

4.11. O Objetivo da contratação é garantir o bom funcionamento das atividades das unidades administrativas desta SASDH, no sentido de assegurar o cumprimento de sua missão institucional.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Das obrigações do CONTRATANTE:

5.1.1. É de responsabilidade da SASDH, conforme art. 44 da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, no **fornecimento de serviços contínuo de locação de veículos pessoa física e jurídica com condutor, realizar consulta aos cadastros elencados abaixo**, onde na constatação em qualquer etapa do processo de serviço de locação e da contratação de serviços da situação de impedimento, determinará a exclusão do licitante, a não adjudicação/homologação do objeto, a não contratação ou a não autorização de fornecimento de aquisição ou da realização da obra ou serviço, conforme o caso:

I - Cadastro de Empresas Inidôneas do Tribunal de Contas da União;

II – Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;

III - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas;

IV - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

5.1.2. Permitir acesso dos empregados do contratado ao local do fornecimento dos **serviços contínuo de locação de veículos pessoa física e/ ou jurídica com condutor;**

5.1.3. Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto licitado;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

- 5.1.4.** Solicitar reparação/substituição do objeto do que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito;
- 5.1.5.** Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, sendo que essa fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade do contratado;
- 5.1.6.** Receber e os serviços de locação com base na ordem de serviço, e no processo licitatório;
- 5.1.7.** Atestar os serviços, recebido, bem como sua nota fiscal eletrônica/fatura;
- 5.1.8.** Efetuar o pagamento do valor constante na nota fiscal eletrônica/fatura, no prazo máximo de a 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota fiscal eletrônica/fatura devidamente atestada;
- 5.1.9.** Notificar a empresa sobre eventuais atrasos na execução dos serviços e/ou descumprimento de cláusulas previstas neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos e no Contrato;
- 5.1.10.** Aplicar ao fornecedor registrado as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, em caso de descumprimento contratual;
- 5.1.11.** Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
- 5.1.12.** Notificar a contratada para que esta se encarregue de substituir os serviços, que apresentarem necessidade em relação às especificações contidas neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos e no Contrato, sem qualquer ônus adicional para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos - SASDH.
- 5.1.13. realizar o empenho da respectiva dotação orçamentária;
- 5.1.14. publicar o contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas;
- 5.1.15. comunicar imediatamente ao contratado qualquer defeito ou deficiência que venha a constatar, referente à execução do objeto deste contrato;
- 5.1.16. Exigir o cumprimento do objeto deste termo, seguindo suas especificações, prazos e demais condições;
- 5.1.17. Acompanhar a execução dos serviços e avaliar a sua qualidade, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA, podendo rejeitá-los, mediante justificativa;
- 5.1.18. Fornecer as instruções necessárias à execução dos serviços e cumprir com os pagamentos nas condições dos preços pactuados;
- 5.1.19. Proceder a mais ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento do objeto deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA;
- 5.1.20. Notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento total ou parcial do contrato, por escrito e com antecedência;
- 5.1.21. Indicar os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento dos serviços;
- 5.1.22. Fornecer o combustível, sendo que abastecimento do veículo obedecerá a um calendário/cronograma pré-estabelecido pela contratante;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

- 5.1.23. Fornecer adesivo de identificação tipo lona magnética, para as portas laterais dos veículos com logomarca da Prefeitura de Rio Branco/AC, fiscalizando a sua utilização;
- 5.1.24. Fornecer “diário de bordo”, com todas as informações nele conste (hora de início e final de expediente, quilometragem inicial e final, volume de abastecimento, descritivo das atividades, etc.), para o acompanhamento e realizar diariamente a leitura do hodômetro na presença do condutor da CONTRATADA, no início do expediente e no final do encerramento do expediente;
- 5.1.25. Fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas da CONTRATADA, no que se refere à execução do contrato;
- 5.1.26. Realizar sempre que julgar necessário, vistoria técnica nos veículos sem que haja necessariamente aviso prévio sobre a realização da mesma.
- 5.1.27. Informar alterações no cronograma, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;
- 5.1.28. Fornecer em tempo hábil, todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações por parte do contratado.

5.2. Das obrigações da CONTRATADA:

- 5.2.1.** Responder, em relação aos empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais quais: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, distribuição de vale-refeição, vales-transportes e outras exigências fiscais, sociais ou trabalhistas nos termos da nova redação da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST).
- 5.2.2.** Responder por quaisquer danos causados diretamente a SASDH ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato;
- 5.2.3.** Manter os empregados devidamente identificados, devendo substituí-los imediatamente caso sejam considerados inconvenientes a boa ordem e as normas disciplinares da Administração;
- 5.2.4.** Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada pelos empregados nas instalações da Administração;
- 5.2.5.** Comunicar a Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente;
- 5.2.6.** Prestar a Administração esclarecimentos que julgar necessários para boa execução do contrato;
- 5.2.7. Manter**, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com obrigações assumidas, **todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;**
- 5.2.8. Responsabilizar-se** pelos seguintes encargos, em especial: fiscais, comerciais, previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a contratante;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

- 5.2.9.** prestar os serviços, garantindo a mobilidades dos servidores e colaboradores nas ações administrativas desenvolvidas diariamente na área meio, cujo proporcionam as condições no atendimento as políticas socioassistenciais, de direitos humanos e na segurança alimentar; devidamente conferidos e acompanhados da nota fiscal eletrônica/fatura corretamente preenchida, descritos na Ordem de Entrega;
- 5.2.10.** Manter disponibilidade da locação de veículo de acordo com o contrato, objetivando oferecer um serviço de qualidade aos contratados;
- 5.2.11.** Garantir a integridade **do transporte de pessoas e volumes (pequenos, médios e grandes)**, sendo observado a capacidade transportáveis;
- 5.2.12.** Substituir o veículo, no máximo **24 (vinte e quatro) horas**, caso venha dar problemas na parte mecânica;
- 5.2.13.** Realizar o serviço decorrente desta contratação na forma e condições determinadas neste Termo de Referência;
- 5.2.14.** Receber os valores que lhe forem devidos pelo serviço, na forma disposta na Proposta Vencedora;
- 5.2.15.** Manter os veículos limpos, estar em um bom estado de conservação objeto do presente instrumento.
- 5.2.16.** Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação do presente instrumento.
- 5.2.17.** **A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.**
- 5.2.18.** **A CONTRATADA deverá apresentar no ato da assinatura do contrato o Cadastro de Credor atualizado no município de Rio Branco – Acre**, para viabilizar o pagamento por parte desta Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.
- 5.2.19.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- 5.2.20.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- 5.2.21.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 5.2.22.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista na Lei.

5.2.23. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

5.2.24. Deverá o Contratado apresentar APÓLICE DE SEGURO total do veículo, conforme descrição constante para o objeto previsto na cláusula 2.1.

5.2.25. Por se tratar de Contratação custeados com recursos públicos, fica o CONTRATADO obrigado a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa referente ao objeto contratado, para os servidores os órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo, **em conformidades com o art. 43 da portaria 424/2016.**

Art. 43º Os contratos celebrados à conta dos recursos dos instrumentos deverão conter cláusula que obrigue o contratado a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa referentes ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno e externo.

5.2.26. Quando for o caso, deverá o contratado cumprir com as exigências de reserva de cargos prevista em Lei, bem como em outras normas específicas, **para pessoas com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.**

5.2.27. Atender às determinações da fiscalização da CONTRATANTE e providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização quanto à execução dos serviços;

5.2.28. Ficar à disposição da CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato, incluindo sábado, domingos e feriados em regime de plantão, o veículo ficará de posse da contratada e será comunicado sempre que necessário, inexistindo sob qualquer pretexto, o pagamento de remuneração extraordinária, sendo que:

5.2.28.1. Haverá um sistema de rodízio entre os veículos locados, que ficará à disposição da CONTRATANTE 01 (uma) vez por mês nos finais de semana e/ou feriados, atendendo assim serviços demandados;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

5.2.28.2. O plantão nos finais de semana e feriados funcionará da seguinte forma: das 07hs às 13hs o condutor/motorista ficará à disposição na sede Administrativa da CONTRATANTE; a partir das 13hs ficará de sobre aviso “via telefone celular para qualquer emergência”;

5.2.29. Apresentar documentação do(s) veículo(s) ou declaração de disponibilidade do(s) mesmo(s) no ato da licitação;

5.2.30. Apresentar documentos comprobatórios de propriedade dos veículos ou documento público similar que comprove a posse direta do bem que irá prestar o serviço no ato da contratação.

5.2.31. Disponibilizar outro veículo com as mesmas características e utilidade, no caso de defeito de qualquer natureza no veículo locado, sem custo para a CONTRATANTE, com anuência da Divisão de Zeladoria e Transporte da SASDH ou outro setor indicado pela CONTRATANTE, de forma a manter sempre em serviço a frota de veículos, no prazo de 12 (doze) horas.

5.2.32. Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes de paralisações parciais ou totais de serviços provocados pela falta de manutenção e/ou substituição dos veículos;

5.2.33. Fornecer os acessórios de porte obrigatório de veículos tais como: estepe, macaco, chave de roda, triangulo, extintor, etc.;

5.2.34. Realizar periodicamente, manutenção preventiva do veículo, particularmente no que se refere à troca de óleo lubrificante, lavagem, lubrificação, freios, pneus e substituição de peças danificadas;

5.2.35. Disponibilizar o veículo em bom estado e em condições de funcionamento quanto aos: Sistema de freios, Sistema mecânico, Sistema elétrico, lataria e pintura (sem amassados ou arranhões), e pneus novos;

5.2.36. Arcar com todas as despesas com manutenção preventiva e corretiva necessárias aos veículos;

5.2.37. Lavar o veículo pelo menos uma vez por semana, devendo esse tipo de serviço ser efetuado nos fins de semana ou em horário de almoço;

5.2.38. A contratada deverá apresentar no ato da assinatura do Contrato/Ordem de Serviço, **cópia da apólice do seguro contemplando danos materiais, danos ao veículo e danos a terceiros (seguro total), sendo por toda vigência do contrato;**

5.2.39. Para os veículos de pequeno porte deverá ter no máximo 03 anos de fabricação;

5.2.40. Em caso de renovação contratual, o ano da fabricação de cada veículo deverá seguir o Termo de Referência;

5.2.41 Executar o objeto nas condições e prazos estabelecidos neste instrumento, conforme orientações da CONTRATANTE;

5.2.42. O proponente deverá incluir nos custos das despesas, mão-de-obra de motorista, e demais despesas diretas ou indiretas, sem que caiba direito a reivindicar custos adicionais;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

- 5.2.43.** A CONTRATADA, e ou condutor **deverá possuir obrigatoriamente telefone móvel (celular) a ser utilizado para contato** durante a prestação do serviço;
- 5.2.44.** O horário de trabalho será definido de acordo com as necessidades a serem desenvolvidas nas Unidades e Sede Administrativa da CONTRATANTE.
- 5.2.45.** Os veículos licitados, bem como seus condutores, devem atender todas as exigências do Código Nacional de Trânsito (CNT);
- 5.2.46.** Em caso de infração no trânsito, a responsabilidade de pagamento de multas será do proprietário do veículo;
- 5.2.47.** Evitar interrupções ou paralisações durante a execução dos serviços;
- 5.2.48.** O condutor/motorista deverá possuir as seguintes características: Ser devidamente habilitado, portar vestimentas adequadas e portar crachá de identificação;
- 5.2.49.** O veículo locado **poderá ser designado para se deslocar a serviço em viagens intermunicipais e interestaduais, caso seja necessário**, e as despesas (hospedagem e alimentação) decorrentes destas viagens serão custeadas pela CONTRATADA e a CONTRATANTE **será comunicada em até 48 horas antes do deslocamento**;
- 5.2.50.** Antes da assinatura do contrato **o condutor/motorista deverá comparecer a Divisão de Zeladoria e Transporte da SASDH, juntamente com o veículo para que seja realizada a vistoria técnica**, a qual será realizada por uma comissão composta por membros da SASDH. A mesma fará a vistoria, procedendo à aprovação ou não do veículo;
- 5.2.51.** O condutor/motorista do veículo **deverá preencher o diário de bordo**, com todas as informações que nele conste (hora de início e final de expediente, quilometragem inicial e final, volume de abastecimento, descritivo das atividades, etc.);
- 5.2.52.** Comprovar, a qualquer momento, o pagamento dos tributos que incidirem sobre o objeto contratado;
- 5.2.53.** Responsabilizar-se pela procedência, qualidade e execução dos serviços;
- 5.2.54.** A CONTRATADA **se responsabilizará por qualquer dano que venham a causar no desenvolvimento dos serviços prestados**;
- 5.2.55.** **Manter disponibilidade do veículo de acordo com o contrato**, objetivando oferecer um serviço de qualidade a contratados;
- 5.2.56.** **A CONTRATADA deverá manter a regularidade com os Tributos Federais, Estaduais e Municipais e/ou Autarquia, inerente aos veículos tais como: IPVA, TAXAS cobradas por licenciamento dos veículos e multas**;
- 5.2.57.** As manutenções do veículo para que o mesmo ofereça um serviço de qualidade, correrão por conta do proprietário;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

5.2.58. Em caso de problemas com o condutor do veículo, o proprietário deverá substituí-lo imediatamente, com anuência da Divisão de Zeladoria e Transporte da SASDH ou outro setor indicado pela CONTRATANTE;

5.2.59. O condutor do veículo não terá qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, estando o seu salário incluído nas despesas cotas para execução deste instrumento, sendo de responsabilidade da CONTRATADA;

5.2.60. Os veículos deverão transportar pessoas e volumes (pequenos, médios e grandes), sendo observada a capacidade de transporte para cada categoria, em conformidade do Decreto nº047/2021;

5.2.61. Responsabilizar-se, desde a coleta até a entrega ao respectivo destinatário, pela guarda e perfeita conservação dos documentos e outros itens, respondendo por perdas, danos ou extravios, e obrigando-se, desde já, a efetuar o ressarcimento ou a indenização devida quando da apuração dos prejuízos pela CONTRATANTE.

5.2.62. Prestar os serviços sem a limitação de quilometragem.

5.2.66. Atender às determinações da fiscalização da CONTRATANTE e providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização quanto à execução dos serviços;

5.2.64. Apresentar documentos comprobatórios de propriedade dos veículos ou documento público similar que comprove a posse direta do veículo que irá prestar o serviço no ato da contratação.

5.2.65. Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes de paralisações parciais ou totais de serviços provocados pela falta de manutenção e/ou substituição dos veículos;

5.2.66 Fornecer os acessórios de porte obrigatório de veículos tais como: estepe, macaco, chave de roda, triangulo, extintor, etc.

5.2.67. Realizar periodicamente, manutenção preventiva do veículo, particularmente no que se refere à troca de óleo lubrificante, lavagem, lubrificação, freios, pneus e substituição de peças danificadas.

5.3 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.4 A Administração terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos por esta Lei, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

5.5 Salvo disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico, concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1. Como qualificação técnica, a empresa interessada em participar da licitação deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, a seguinte documentação:

6.1.1. Atestado de capacidade técnica, emitido por empresa pública ou privada comprovando que a licitante forneceu de materiais permanentes o com características semelhantes ao especificado neste instrumento, bem como, prestou a devida assistência técnica no período de garantia;

6.1.2 O (s) atestado (s) deverá (ão) ser impresso (s) em papel timbrado, com nome e telefone de contato dos responsáveis pela informação atestada, não sendo aceitas declarações genéricas de catálogos, manuais de Internet, devendo ainda atestar a satisfação com o produto ofertado pela licitante.

7. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO, VALIDADE DA ATA E DO CONTRATO

7.1. A Licitação será realizada na modalidade de **PREGÃO**, em sua forma **ELETRÔNICA**, pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP**, conforme art. 28, I e 78, IV da Lei Federal 14.133/21 e 121 e 122 do Decreto municipal 400/2023.

7.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021 e art. 124 do Decreto Municipal nº 400/2023.

7.3. A validade do contrato é de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado até o limite previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

7.4 A duração dos contratos será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro. (Art. 105 da Lei nº 14.133/2021).

7.5. A substituição do instrumento de contrato por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, não altera as regras aplicáveis aos contratos administrativos em geral, inclusive em relação aos acréscimos ou supressões e ao reequilíbrio econômico-financeiro.

7.6. Em caso de substituição do instrumento de contrato por outro instrumento hábil, as regras sobre aplicação de penalidade, em especial, a forma de cálculo da multa, serão aquelas previstas no edital ou termo de referência.

7.7. Durante a vigência da contratação deverá o contratado manter todas as condições de habilitação, cabendo ao contratado informar se houver mudança da sua situação, sob pena de infração equiparada a de declaração falsa, com correspondente sanção.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação, pois apenas se mostra cabível quando o objeto a comporta execução complexa, de modo que alguma fase/ etapa/ aspecto, requeira a participação de terceiros em razão dos princípios da especialização e da concentração das atividades, o que não é o caso.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. DAS CONDIÇÕES DE apresentação do serviço:

9.1.1. O prazo de apresentação para iniciar os serviços é de 24 (vinte e quatro horas), a contar do recebimento da ordem de entrega/serviço e no local a ser especificado conforme especificações e endereços informados na respectiva ordem.

9.1.2. Caso não seja possível a execução do serviço na data assinalada, a empresa/ e ou a pessoa física deverá comunicar as razões respectivas no momento em que o serviço é solicitado, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

- 9.1.3. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.
- 9.1.4. A contratada deverá atender com presteza às reclamações sobre a qualidade dos serviços fornecidos;
- 9.1.5. É de responsabilidade da licitante o cumprimento dos prazos estabelecidos e de todas as obrigações constantes no termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 9.1.6. O serviço deverá ser entregue em perfeitas condições para o uso dos veículos, conforme especificações, prazos e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhados da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações dos serviços.
- 9.1.7. O objeto deverá ser executado conforme termo de referência.
- 9.1.8. Fica a cargo dos licitante, a execução dos serviços, inclusive quando necessário, sendo de sua responsabilidade exclusiva reparar, corrigir, remover ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, os veículos não aceitos pela Administração contratante, por vícios, defeitos ou incorreções ou ainda que durante o prazo de garantia/validade, venham a apresentar defeitos de fabricação ou se mostrar impróprio para sua utilização, hipóteses que deverão ser corrigidas no prazo de no máximo 02 (dois) dias, a partir da ciência da rejeição;
- 9.1.9. Os serviços de locação deverão ser entregues dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;
- 9.1.10. É do contratado a responsabilidade exclusiva pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Administração contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Empresa contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.11. A contratada deverá encontrar-se apta a iniciar e fornecer os serviços a que se refere ao objeto no prazo especificado no Termo de Referência, conforme ordem de entrega, ou emissão da nota de empenho;
- 9.1.12. **O modelo dos veículos a ser locado, informado na proposta de preço, integra a especificação do veículo, sendo obrigatória a substituição similar ou mesmo modelo constante na cotação,** salvo se apresentada pela Empresa contratada e aceito pela Administração contratante exposição de motivos, devidamente fundamentada, que demonstre a necessidade de ser efetivada a substituição do veículo superior ou equivalente, sem ônus para administração.
- 9.1.13. A proponente deverá ofertar o veículo em conformidade com as discriminações contidas neste Termo de Referência, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie;

9.1.14. A contratada deve disponibilizar outro veículo com as mesmas características e utilidade, **no caso de defeito de qualquer natureza no veículo locado**, sem custo para a CONTRATANTE, com anuência da Divisão de Zeladoria e Transporte da SASDH, ou outro setor indicado pela CONTRATANTE, ou do Fiscal do Contrato, de forma a manter sempre em serviço a frota de veículos, no prazo de 12 (doze) horas.

9.1.15. A quantidade dos serviços que vier a ser adquirida ocorrerá de forma parcelada, e será definida de acordo com a Ordem de entrega/fornecimento;

9.1.16. A Administração contratante pagará à contratada somente a locação de veículos efetivamente fornecido e em conformidade com as requisições expedidas;

9.1.17. Poderá ser exigida apresentação dos itens, conforme disposição contida no **art. 41, inciso, II da Lei Federal nº 14.133/2021**, mediante solicitação da Secretaria demandante, caso haja.

9.2. DO LOCAL ENTREGA:

9.2.1. Os serviços serão destinados à Secretaria Municipal de Assistência Social – SASDH, com endereço à Rua do Aviário n.º 972, Bairro Aviário, CEP: 69.900-854, onde será fiscalizado pela Divisão de Zeladoria e Transportes e Fiscal do Contrato para a emissão de documento de recebimento do objeto, onde irão atestar a entrega de acordo com as especificações exigidas e pactuadas no certame licitatório.

9.3. DA GARANTIA:

9.3.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

9.3.2. **A VENCEDORA, fornecedora do serviço, obriga-se a substituir, no prazo de 48 (horas)**, contados do recebimento de notificação efetuada pela SASDH, a prestação dos serviços, aceito comprovada a existência de vistoria, defeitos e anomalias, cuja verificação somente venha a se dar quando de sua utilização. Findo este prazo serão aplicadas às penalidades cabíveis;

9.3.3. A locação de veículos **deverá estar comprovadamente dentro das especificações das normas técnicas** pertinentes aos itens, quando for o caso.

9.3.4. Caso haja indicação de prazo mínimo, não serão aceitos veículos que não cumpram esse parâmetro ou com veículos que não seja novo/ e ou bem conservados, que comprometa a sua plena utilização.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

9.3.5. O fornecedor do serviço será responsável pela substituição, troca ou reposição do veículo no caso que, porventura, apresente defeitos e anomalias, e não seja compatível com o tempo de vida útil.

9.3.6. A vencedora deverá cumprir os prazos e demandas estabelecidas pelo CONTRATANTE, sob pena de responder às sanções previstas na legislação pertinente, que durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

9.3.7 A vencedora do certame, antes da assinatura do contrato deverá apresentar seus veículos para vistoria no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, depois de notificados pela Divisão de Zeladoria e Transporte da SASDH, no município correspondente a prestação dos serviços, deste termo de referência, com a finalidade de comprovar se os mesmos estão aptos a desenvolverem os trabalhos propostos, juntamente com os documentos do veículos, termo de cessão, laudo de vistoria emitido pelo Departamento de Trânsito do Estado do Acre – DETRAN/AC

9.3.8 Na vistoria serão verificadas as condições dos sistemas mecânicos, elétricos, hidráulicos, capotaria, lanternagem, pintura e de segurança, com a finalidade de comprovar se o mesmo está apto a desenvolver os trabalhos propostos.

9.3.9 A não apresentação do(s) veículo(s) no prazo estabelecido acima para realização da vistoria será considerada como desistência e conseqüentemente acarretará aplicação das penalidades previstas em lei, **e as providencias necessárias para a convocação do segundo colocado no certame licitatório;**

9.3.10 A reprovação dos veículos quando da vistoria, acarretará na possibilidade de aplicação das penalidades previstas em lei, e conseqüentemente as providências necessárias para a convocação do segundo colocado no certame licitatório;

9.3.11 A SASDH, sempre que julgar necessário promoverá vistoria técnica nos veículos sem que haja necessariamente aviso prévio sobre a realização da mesma.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

10.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.5. DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DOS CONTRATOS:

10.5.1. O órgão ou entidade demandante será responsável pela designação formal do gestor dos contratos e dos agentes públicos que atuarão como fiscal e como suplentes.

10.5.2. Na designação do gestor e do fiscal do contrato, deverá ser observada a gestão por competências, com base em critérios quantitativos e qualitativos, de modo que a complexidade e o número de contratos distribuídos a cada fiscal não prejudiquem a boa execução das suas atribuições (art. 144, Decreto Municipal nº 400/2023).

10.5.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

10.5.4. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

10.5.5. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

10.5.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

10.5.7. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.5.8. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

10.5.9. Na hipótese da contratação de terceiro, deverão ser observadas as seguintes regras:

- I - a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;
- II - a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

10.5.10. Em conformidade com o art. 147 do Decreto Municipal nº 400/2023, são atribuições do gestor do contrato, dentre outras:

- I - Coordenar e supervisionar os fiscais no desempenho de suas atribuições;
- II - Manifestar-se nos casos de prorrogação de prazos, vantajosidade da manutenção do contrato, alterações contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro e extinção contratual;
- III - realizar os procedimentos de prorrogação de prazos, alterações contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro e extinção contratual;
- IV - Acompanhar a execução do objeto por meio dos relatórios e demais documentos elaborados pelos fiscais;
- V - Notificar o contratado sobre irregularidades não saneadas e sobre a abertura de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade;
- VI - Ordenar, cautelarmente, a suspensão da execução contratual;
- VII - encaminhar pedido para instauração de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade;
- VIII - tomar providências para a digitalização e o armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas do contratado, nos casos de terceirização;
- IX - Tomar providências para a inserção dos contratos no Portal Nacional de Contratações Públicas; e
- X - Outras atividades compatíveis com a função;

11. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

11.1. DO RECEBIMENTO

11.1.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

11.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados em caso de problemas com o veículo, devendo o mesmo ser substituído por outro similar, sendo que a troca de qualquer veículo em Contrato só poderá ser efetuada exclusivamente com anuência do FISCAL DO CONTRATO e Divisão de Zeladoria e Transporte.

11.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do veículo e consequente aceitação mediante termo detalhado.

11.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

11.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11.2. DA LIQUIDAÇÃO

11.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

11.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

11.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

11.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

11.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.3. PRAZO DE PAGAMENTO

11.3.1. O pagamento ocorrerá **em até 30 (trinta) dias**, contados da data do adimplemento da obrigação pelo contratado (art. 174, caput, Dec. Municipal nº 400/2023), mediante apresentação da nota fiscal emitida pelo contratado.

11.3.2. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de descumprimento total da obrigação contratual.

11.3.3. Nos casos de descumprimento parcial da obrigação contratual será realizado o pagamento relativo à parcela incontroversa.

11.3.4. Caso o contratado **não emita a nota fiscal dentro do prazo para o pagamento**, o contratante aguardará a entrega da nota fiscal para autorizar o pagamento, que deverá ocorrer, nestes casos, em até 15 (quinze) dias, contados da entrega da nota fiscal.

11.3.5. A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao contratado, para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento se reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.

11.3.6. Nos casos de multas aplicadas ao contratado, os valores serão descontados dos pagamentos seguintes, desde que tenha ocorrido o julgamento do recurso no processo administrativo.

11.3.7. O fiscal do contrato **comunicará previamente** ao contratado a ocorrência de eventual atraso no pagamento, indicando os motivos e a perspectiva de regularização, com a data provável de pagamento, quando possível.

11.3.8. **No caso de atraso pelo Contratante**, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária, considerando os dias de atraso até a data do efetivo pagamento, contados de forma corrida, ou outro índice que venha a substituí-lo, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \left(\frac{TX}{100} \right) = I = \left(\frac{6}{100} \right) = 0,0001643$$

365 365



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

11.3.9. Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

11.3.10. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

11.3.10.1. A multa será descontada do valor total do respectivo Contrato;

11.3.10.2. Se o valor da multa for superior ao valor devido à entrega dos produtos, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11.4. FORMA DE PAGAMENTO

11.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

11.5. DA CESSÃO DE CRÉDITO

11.5.1. Não será admitida a cessão de crédito.

11.6. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

11.6.1. Os contratos regidos pela Lei nº 14.133/2021 poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos (art. 124 da Lei 14.133/2021):

I - Unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - Por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

11.6.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.

11.6.3. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I, não poderão transfigurar o objeto da contratação.

11.6.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial (art. 131 da Lei 14.133/2021).



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

11.6.5. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

11.6.6. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

11.6.7. Os Registros que não caracterizam alteração do contrato **podem ser realizados por simples apostila**, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações (art. 136, da Lei 14.133/2001):

I - Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

II - Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;

IV - Empenho de dotações orçamentárias.

11.7. DO REAJUSTE

11.7.1. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados. (Art. 134 da Lei nº 14.133/2021).

11.7.2. O preço do contrato poderá ser reajustado, mediante solicitação formal da contratada no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data em que teria direito ao mesmo, **conforme variação do IPCA após 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado. (art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021)**. A ausência de formulação do pedido no respectivo prazo, pressupõe renúncia expressa ao reajuste.

11.7.3. O índice de reajuste da ata de registro de preços será o IPCA.

11.7.4. Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices já disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

11.7.5. O reajuste de valores, correspondentes às parcelas do objeto entregues ou prestadas após o prazo original, será concedido apenas quando não configurado atraso.

11.7.6. A formalização do reajuste será realizada por apostilamento contratual.

11.7.7. Caso o valor do contrato seja alterado em razão da concessão de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente e imprevisível, do qual decorra o reequilíbrio geral do valor do contrato, inclusive relacionado a perdas inflacionárias, a data-base para o próximo reajuste contratual passará a ser a data de início dos efeitos do reequilíbrio concedido.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

12ª REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser instruído com:

I - o número do contrato ou da ata de registro de preços a que se refere;

II - o item ou o lote para os quais é solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro;

III - a justificativa do desequilíbrio econômico-financeiro contratual;

IV - a diferença percentual solicitada no reequilíbrio econômico-financeiro por item e/ou lote;

V - os documentos que comprovem o custo suportado pelo contratado quando da formulação da proposta, da assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou da emissão da primeira Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento e o custo suportado quando do protocolo do requerimento de reequilíbrio econômico financeiro, como notas fiscais, orçamentos obtidos junto aos fornecedores do contratado, tabelas de referência do setor, entre outros.

12.2. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro não suspenderá a execução contratual no curso do prazo para julgamento, salvo se o gestor do contrato conceder o efeito suspensivo.

12.3. Quando o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro se referir a um item individual que compõe o custo global do produto ou serviço, deverá ser apresentada planilha detalhada ou equivalente, confrontado o custo de cada item constante da proposta inicial com a nova planilha atualizada, a fim de comprovar a elevação dos encargos do particular proporcionalmente à majoração do insumo requerido.

12.4. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser encaminhado ao fiscal do contrato, que analisará os fundamentos de fato e de direito que embasaram o pedido.

12.5. A concessão do reequilíbrio econômico-financeiro terá efeitos a partir da data do fato gerador ou, não sendo possível a identificação do fato gerador, a data do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, com efeitos para todo o saldo contratual e alterará a data-base para reajuste contratual para a data de início dos efeitos do reequilíbrio econômico-financeiro concedido.

12.6. Na hipótese de não ser possível o acordo entre as partes, o contrato será rescindido, sem ônus para nenhuma das partes.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

13.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

13.1.1. O fornecedor será **selecionado via PREGÃO na forma ELETRÔNICA** pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, obtido durante a disputa entre os participantes;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

13.1.2. Será permitida a participação de cooperativas desde que preenchidos os requisitos previstos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021;

13.1.3. Em todo o caso, obrigatoriamente, deverá ser preenchido os requisitos estabelecidos no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo**, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio**, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica** que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo** de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas**, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores** à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

13.1.4. Não será permitida a participação de entidades empresariais reunidas em consórcio, em razão do objeto a ser licitado exigir que as empresas sejam especializadas no ramo, e pelo fato de que a execução integral do objeto é comumente oferecida no mercado, não sendo necessária a adoção dessa medida como instrumento apto a ampliar a competitividade em face das peculiaridades do objeto e do mercado em que ele se insere.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

13.2. Forma de fornecimento:

13.2.1. O fornecimento do objeto ocorrerá de forma continuada, e parcelada conforme ordem de serviço, tendo em vista que visa atender necessidade permanente da contratante.

13.3. Exigências de habilitação:

13.3.1. Para fins de habilitação, deverá o pretense fornecedor comprovar os seguintes requisitos, através de documentos que deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva:

13.3.1.1. Habilitação jurídica:

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

- h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

13.3.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); (somente para pessoa Jurídica)
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual* ou *Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual* ou *Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual* ou *Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

- i) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal: *proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.*

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 293.460,21** (Duzentos e noventa e três mil, quatrocentos e sessenta reais e dois centavos).

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes ocorrerão à conta do:

15.1.1 Programa De Trabalho:

01.020.001.08.244.0504.2157.0000;01.020.001.08.244.0404.2200.0000;
01.020.001.08.244.0404.2200.0000;01.020.001.14.421.0506.2316.0000;
01.020.605.08.244.0504.2013.0000;01.020.605.08.244.0504.2253.0000;
01.020.605.08.244.0504.2463.0000;01.020.605.08.244.0504.2465.0000;
01.020.605.08.244.0504.2466.0000;01.020.605.08.244.0504.2468.0000;
01.020.605.08.244.0504.2469.0000;01.020.605.08.244.0504.2471.0000;

15.1.2. DESPESA: 3.3.90.39.00; 3.3.90.36.00;

15.1.3. FONTES: **1500** (Recursos não Vinculados de Impostos);**1661**(Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social) **1669** (Outros Recursos Vinculados à Assistência Social).**1660**(Transferência de Recursos do fundo Nacional de Assistência Social -FNAS).

16. ANÁLISE DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO

16.1. Na contratação, o principal risco a ser considerado é o atraso do serviço não está de acordo com especificações, quantidades, e qualidade adequadas da locação de serviços para o uso, falta de pessoal para instrução e acompanhamento da ação ou caso de inexecução contratual.

16.2. Neste cenário, a mitigação proposta é, antes da contratação, fazer a devida conversação com o fornecedor para evitar atrasos, exigir que a empresa demonstre qualificação técnica para atender a demanda da Secretária com quantidade e preço ofertado, como também, aplicar multas contratuais, se necessário for.

17. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. As partes se obrigam a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

- 17.1.1. guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto deste contrato;
- 17.1.2. tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;
- 17.1.3. garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;
- 17.1.4. não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;
- 17.1.5. fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;
- 17.1.6. adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;
- 17.1.7. em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao contratante, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas:
- descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
 - as informações sobre os titulares envolvidos;
 - a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
 - os riscos relacionados ao incidente;
 - os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e
 - as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.
 - demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;
- 17.1.8. demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;
- 17.1.8. utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;
- 17.1.9. armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;
- 17.1.10. apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo contratante ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;
- 17.1.11. anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo contratante, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual; e



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

17.1.12. não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato.

17.2. O contratado ficará obrigado a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas a este contrato, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao contratante ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

18. DA DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO

18.1 Na forma da Lei Federal nº 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 948/2014, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma e observando sempre a legislação pertinente.

19 INFRAÇÕES E PENALIDADES

19.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#). As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas **as seguintes sanções** (art. 156, e §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da Lei Federal nº 14.133/2021):

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.2.2. A **sanção de advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista **no inciso I da subcláusula 17.2**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.2.3. A **sanção de multa**, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.2.4. A **sanção de impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.2.5. A **sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII](#)



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 155, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

19.4. Nos casos em que o contratado cometer **ato de descumprimento parcial** do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato aplicará **sanção de advertência** ao contratado pelo inadimplemento.

19.5. Será aplicada **multa moratória de 0,5%** (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias.

19.6. Caso a empresa tenha declarado o compromisso de implementação de política de integridade ou de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, o seu inadimplemento implicará em multa mensal de 0,5% (meio por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade.

19.7. Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município **poderá optar por comunicar ao contratado a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20%** (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

19.8. Nos casos de **inexecução total** do contrato, o Município aplicará **multa de 20%** (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.

19.9. A penalidade de **multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar**, nos termos abaixo:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
a)	Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Rio Branco	6 meses



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

b)	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Rio Branco	12 meses
c)	Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Rio Branco	18 meses
d)	Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
e)	Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
f)	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
g)	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

19.10. Na aplicação da sanção prevista no [inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021](#), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.11. A aplicação das sanções previstas nos [incisos III e IV do caput do art. 156 inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021](#) requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

19.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Legislação vigente e aplicável no presente Processo Administrativo, que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

19.13 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

19.14 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

19.15 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos legalmente.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata, bem como o Decreto Municipal nº 400/2023.

21. RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

21.1. Eu, **Wellington Divino Chaves de Souza**, Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, aprovo o presente Termo de Referência, tendo em vista que o mesmo foi elaborado de forma conveniente e oportuna para atender a demanda da SASDH.



PREFEITURA DE
RIO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

Rio Branco - Acre, 09 de setembro de 2024.

Wellington Divino Chaves de Souza

Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos - SASDH

Decreto nº 563/2024

Suelen Cristina de Oliveira

Diretora de Gestão – SASDH

Decreto nº 253/2022



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº XXX/2024

Processo Administrativo nº 102/2024

**ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA**

1. DADOS DO FORNECEDOR

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

2. RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA

Nome:

CPF:

Declaração de estar enquadrado como MPE - Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou sociedade cooperativa, em condições para usufruir do tratamento jurídico diferenciado determinado na Lei Complementar 123/2006, em especial quanto ao § 4º do art. 3º, assim como estar ciente de que será penalizado caso esta declaração for falsa:

Declaramos que SIM

Essa declaração será suprimida caso o certame não possua benefícios para MPEs, conforme previsto no TR (#BMPE) opção “Sem benefícios para MPE”.

3. CONDIÇÕES COMERCIAIS

ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	QTD	UND	Valor Unitário MENSAL (R\$)	Valor ANUAL Total (R\$)
1	Veículo tipo CAMINHÃO ¾ carga/Baú, com condutor, capacidade de carga de 4,0 a 6,0 (quatro a seis) toneladas, motor a diesel, com ano e fabricação no mínimo 2018, e equipado	01	Mês		



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

	com assessórios como lona, cordas para segurança de carga, com toldo e 2 bancos, de acordo com as normas da CTB (código de Transporte Brasileiro).				
2	Veículo tipo CAMINHÃO ¾ carga seca, com condutor , capacidade de carga de 4,0 a 6,0 (quatro a seis) toneladas, motor a diesel, com ano e fabricação no mínimo 2018, e equipado com assessórios como lona, cordas para segurança de carga, com toldo e 2 bancos, de acordo com as normas da CTB (código de Transporte Brasileiro).	01	Mês		
3	Carro de passeio com condutor, 05 (cinco) portas , Capacidade para 05 (cinco) passageiros, incluindo o condutor, ano e modelo de fabricação a partir de 2021, motor com potência mínima 1.4, total flex, ar condicionado, direção hidráulica, tanque de combustível com autonomia de no mínimo 50l, freio ABS e Air Bag duplo, Pneus com mínimo, aro 13, Seguro Total do veículo, incluindo veículo de substituição. Condutor habilitado na categoria “B” ou superior	29	Mês		
4	Veículos tipo MINI VAN, com condutor, capacidade de passageiro de 07 lugares , passageiros sentados incluindo o motorista: Potência de 1.4, em diante, diesel, gasolina e álcool (flex). Possuir todos os itens obrigatórios exigidos pelo CTB; 02 (duas) portas laterais, 01 (uma) porta lateral de correr, 01 (uma) porta traseira; motorista deverá possuir habilitação categoria mínima C; Ano de fabricação no mínimo 2021.	06	Mês		
5	Veículo de passeio tipo SUV – com condutor, capacidade de passageiro de 05 lugares , passageiros sentados incluindo o	01	Mês		



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

	motorista: ano e modelo de fabricação a partir de 2021, motor com potência mínima 1.6, diesel, gasolina e álcool (flex), ar condicionado, direção hidráulica, tanque de combustível com autonomia de no mínimo 50l, freio ABS e Air Bag duplo, Pneus com mínimo, aro 17, Seguro Total do veículo, incluindo veículo de substituição. Condutor habilitado na categoria “B” ou superior.				
6	Veículo Utilitário Pick-up, tipo CAMINHONETE , cabine dupla, com condutor, ano e modelo de fabricação a partir de 2021, 04 (quatro) portas, capacidade para 05 (cinco) passageiros, motor turbo diesel, potência 2.0 em diante, ar-condicionado, direção hidráulica, capacidade mínima de 1.000 Kg, Tração 4 x 4, freio ABS e Air Bag duplo, Pneus com mínimo Aro 16, equipado com acessórios: (protetor da caçamba e capota marítima), para segurança de cargas, Seguro Total do veículo, incluindo veículo de substituição. Condutor habilitado na categoria “B” ou superior.	07	Mês		
7	Veículo automotor com duas rodas, tipo Motocicleta, com condutor , ano e modelo de fabricação a partir de 2021, motor 125 a 150 cc, porta báu com capacidade para até 20 kg, que possua fechadura e trava, bem como possuir todos os equipamentos de segurança necessária para a execução dos serviços (capa de chuva e luvas).	03	Mês		
R\$					

Valor total geral por extenso:



PREFEITURA DE
RIO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

4. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

Validade desta proposta: 60 (sessenta) dias.

Data:

Nome do fornecedor
Nome do Responsável
(assinatura)



PREFEITURA DE RIO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03 PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024 UASG: 980139 – ID: 90079/2024

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº **XXX** /2024

Sistema de Registro de Preços – SRP

Pregão Eletrônico SRP Nº. XXX/2024/CPL/PMRB

Processo Administrativo nº. XXX/2024/CPL/PMRB/SASDH

Validade: XX/XX/2024 à XX/XX/2025

Ao **XXXXXXXXXX** dia do mês de **XXXXXXXX** do ano de dois mil e vinte quatro a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - SASDH**, com sede na Rua do Aviário, nº. 972, Bairro do Aviário, neste Município, neste ato representado pelo seu Secretário, o Senhor **WELLINGTON DIVINO CHAVES DE SOUZA**, brasileiro, portador da identidade nº. 00093708 CRC/AC e do CPF/MF nº. 507.107.881-34, residente e domiciliado na Rua Bom Jesus, nº. 122, Xavier Maia, Rio Branco – AC, através do Decreto nº 563 de 30 de abril de 2024, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº400 de 22 de março de 2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990 e Lei nº 10.406/2002 – Código Civil, e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado de classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO na sua forma ELETRÔNICA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. XXX/2024/CPL/PMRB**, **RESOLVE** registrar o preço da Empresa **XXXXXXXXXX**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ Nº. **XXXXXXXXXX**, Situada no endereço **XXXXXXXX**, nº **XXX**, bairro: **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, e-mail: **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, telefone: **(XX) XXXXXXX-XX**, através de seu representante legal, o senhor **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrito no CPF sob o nº **XXXXXXXXXX-XX** e RG nº **XXXXXX-XX**, com endereço **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, de acordo com a classificação por ela alcançada, pelo critério menor preço por **ITEM**, observando as condições do Edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem, registrar os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

CLÁUSULA 1ª: OBJETO

1.1 O objeto desta Ata é o registro de preços para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA E/ OU PESSOA FÍSICA PARA O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM CONDUTOR**, via **PREGÃO ELETRÔNICO** pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, tendo como critério de avaliação **MENOR PREÇO** por **ITEM** através dos Centros de Referências de Assistência Social – CRAS, Centros de Referências Especializada de Assistência Social - CREAS, Banco de Alimentos, Restaurante Popular, Casa de Acolhimento Dr^a. Maria Tapajós, Casa do Sol Nascente, Dona Elza, Casa para Migrantes; Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop, Centro de Convivência para Pessoa Idosa Cosme Moraes, Divisão de Benefícios Assistenciais, Programa Criança Feliz, Divisão de Cadastro Único - Programa Bolsa Família, Departamento de Promoção da Igualdade Racial – DPIR, Departamento de Política para as Mulheres - DPM, Casa Rosa Mulher, Departamento de Políticas para a Juventude, Departamento de Promoção de Direitos que está estruturado em 03 (três) divisões finalísticas: Divisão de Promoção dos Direitos de Criança e Adolescente; Divisão de Promoção de Direitos da Pessoa com Deficiência e Divisão de Promoção de Direitos da Pessoa Idosa, onde desenvolvem serviços, programas e ações realizados por cada unidade administrativa, e a sede administrativa da secretaria, oriunda do **Pregão Eletrônico SRP nº XXX/2024**, que passa fazer parte, para todos efeitos, desta ata, cuja especificação técnica consta no processo de contratação e faz parte da presente ata de registro de preços, **conforme consta no anexo I**.

CLÁUSULA 2ª ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES E QUANTIDADES

2.2 O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é a Secretaria de Municipal de Assistência Social – SASDH.

2.2 São órgão participantes desta ata de registro de preços: **xxxx**

2.3 O objeto tem a natureza comum nos termos do inciso X do Art. 6º da Lei 14.133/2021.

2.4 Os preços ofertados, especificação e serviço de locação, empresa e representante legal, encontram-se enunciados na presente Ata de Registro de Preços.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

2.5 A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

2.6 Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

CLÁUSULA 3ª DA FORMA DE FORNECIMENTO (REGIME DE EXECUÇÃO)

3.1. O fornecimento de serviço de locação do objeto ocorrerá de forma continuada, tendo em vista que visa atender necessidade permanente da contratante.

3.2. O prazo de apresentação para iniciar os serviços é de 24 (vinte e quatro horas), a contar do recebimento da ordem de entrega/serviço e no local a ser especificado conforme especificações e endereços informados na respectiva ordem.

3.3. Caso não seja possível a execução do serviço na data assinalada, a empresa/ e ou a pessoa física deverá comunicar as razões respectivas no momento em que o serviço é solicitado, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.4. A empresa deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

3.5. A empresa deverá atender com presteza às reclamações sobre a qualidade dos serviços fornecidos;

3.6. É de responsabilidade da licitante o cumprimento dos prazos estabelecidos e de todas as obrigações constantes no termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

3.7. O serviço deverá ser entregue em perfeitas condições para o uso dos veículos, conforme especificações, prazos e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhados da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações dos serviços.

3.8. O objeto deverá ser executado conforme termo de referência.

3.9. Fica a cargo dos licitante, a execução dos serviços, inclusive quando necessário, sendo de sua responsabilidade exclusiva reparar, corrigir, remover ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, os veículos não aceitos pela Administração contratante, por vícios, defeitos ou incorreções ou ainda que durante o prazo de garantia/validade, venham a apresentar defeitos de fabricação ou se mostrar impróprio para sua utilização, hipóteses que deverão ser corrigidas no prazo de no máximo 02 (dois) dias, a partir da ciência da rejeição;

3.10. Os serviços de locação deverão ser entregues dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;

3.11. É da empresa a responsabilidade exclusiva pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Administração contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Empresa contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

3.12. A empresa contratada e/ ou a pessoa física deverá encontrar-se apta a iniciar e fornecer os serviços a que se refere ao objeto no prazo especificado no Termo de Referência, conforme ordem de entrega, ou emissão da nota de empenho;

3.13. **O modelo dos veículos a ser locado, informado na proposta de preço, integram a especificação do veículo, sendo obrigatória a substituição similar ou mesmo modelo constante na cotação,** salvo se apresentada pela Empresa contratada e aceito pela Administração contratante exposição de motivos, devidamente fundamentada, que demonstre a necessidade de ser efetivada a substituição do veículo superior ou equivalente, sem ônus para administração.

3.14. A proponente deverá ofertar o veículo em conformidade com as discriminações contidas neste Termo de Referência, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

3.15. A quantidade da locação dos veículos que vier a ser adquirida ocorrerá de forma parcelada, e será definida de acordo com a Ordem de entrega/fornecimento;

3.16. A Administração contratante pagará à Empresa contratada somente a locação de veículos efetivamente fornecido e em conformidade com as requisições expedidas;

3.17. Poderá ser exigida apresentação dos itens, conforme disposição contida no **art. 41, inciso, II da Lei Federal nº 14.133/2021**, mediante solicitação da Secretaria demandante, caso haja.

3.18. DO LOCAL ENTREGA:

3.18.1. Os serviços serão destinados à Secretaria Municipal de Assistência Social – SASDH, com endereço à Rua do Aviário n.º 972, Bairro Aviário, CEP: 69.900-854, onde será fiscalizado pela Divisão de Zeladoria e Transportes e Fiscal do Contrato para a emissão de documento de recebimento do objeto, onde irão atestar a entrega de acordo com as especificações exigidas e pactuadas no certame licitatório.

3.19. DA GARANTIA:

3.19.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

3.19.2. **A EMPRESA VENCEDORA e/ ou a pessoa física fornecedora do serviço obriga-se a substituir, no prazo de 48 (horas)**, contados do recebimento de notificação efetuada pela SASDH, a prestação dos serviços, aceito comprovada a existência de vistoria, defeitos e anomalias, cuja verificação somente venha a se dar quando de sua utilização. Findo este prazo serão aplicadas às penalidades cabíveis;

3.19.3. A locação de veículos **deverá estar comprovadamente dentro das especificações das normas técnicas** pertinentes aos itens, quando for o caso.

3.19.4. Caso haja indicação de prazo mínimo, não serão aceitos veículos que não cumpram esse parâmetro ou com veículos que não seja novo/ e ou bem conservados, que comprometa a sua plena utilização.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

3.19.5. O fornecedor do serviço será responsável pela substituição, troca ou reposição do veículo no caso que, porventura, apresente defeitos e anomalias, e não seja compatível com o tempo de vida útil.

3.19.6. A empresa deverá cumprir os prazos e demandas estabelecidas pelo CONTRATANTE, sob pena de responder às sanções previstas na legislação pertinente, que durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

3.19.7. A vencedora do certame, antes da assinatura do contrato deverá apresentar seus veículos para vistoria no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, depois de notificados pela Divisão de Zeladoria e Transporte da SASDH, no município correspondente a prestação dos serviços, deste termo de referência, com a finalidade de comprovar se os mesmos estão aptos a desenvolverem os trabalhos propostos, juntamente com os documentos dos veículos, termo de cessão, laudo de vistoria emitido pelo Departamento de Trânsito do Estado do Acre – DETRAN/AC

3.19.8. Na vistoria serão verificadas as condições dos sistemas mecânicos, elétricos, hidráulicos, capotaria, lanternagem, pintura e de segurança, com a finalidade de comprovar se o mesmo está apto a desenvolver os trabalhos propostos.

3.19.9. A não apresentação do(s) veículo(s) no prazo estabelecido acima para realização da vistoria será considerada como desistência e conseqüentemente acarretará aplicação das penalidades previstas em lei, **e as providências necessárias para a convocação do segundo colocado no certame licitatório;**

3.19.10. A reprovação dos veículos quando da vistoria, acarretará na possibilidade de aplicação das penalidades previstas em lei, e conseqüentemente as providências necessárias para a convocação do segundo colocado no certame licitatório;

3.19.11. A SASDH, sempre que julgar necessário promoverá vistoria técnica nos veículos sem que haja necessariamente aviso prévio sobre a realização da mesma.

CLÁUSULA 4ª REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Das obrigações do CONTRATANTE:



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024

UASG: 980139 – ID: 90079/2024

4.1.1. **É de responsabilidade da SASDH**, conforme art. 44 da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, o fornecimento **de serviços contínuo de locação de veículos pessoa física e jurídica com condutor**, **realizar consulta aos cadastros elencados abaixo**, onde na constatação em qualquer etapa do processo de serviço locação, da situação de impedimento, determinará a exclusão do licitante, a não adjudicação/homologação do objeto, a não contratação ou a não autorização de fornecimento ou da realização da obra ou serviço, conforme o caso:

I - Cadastro de Empresas Inidôneas do Tribunal de Contas da União;

II – Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;

III - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas;

IV - Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

4.1.2. Permitir acesso dos empregados do contratado ao local de fornecimento da **locação de veículos**;

4.1.3. Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto licitado;

4.1.4. Solicitar reparação/substituição do objeto do que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito;

4.1.5. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, sendo que essa fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade do contratado;

4.1.6. Receber os serviços com base na ordem de serviço entregue com base na ordem de entrega, e no processo licitatório;

4.1.7. Atestar os serviços de locação recebido, bem como sua nota fiscal eletrônica/fatura;

4.1.8. Efetuar o pagamento do valor constante na nota fiscal eletrônica/fatura, no prazo máximo de a 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota fiscal eletrônica/

fatura devidamente atestada;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

4.1.9. Notificar a empresa sobre eventuais atrasos no fornecimento de serviços de locação e/ou descumprimento de cláusulas previstas neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos e no Contrato;

4.1.10. Aplicar ao fornecedor registrado as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, em caso de descumprimento contratual;

4.1.11. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

4.1.12. Notificar a contratada para que esta se encarregue de substituir os serviços de locação, que apresentarem discrepância em relação às especificações contidas neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos e no Contrato, sem qualquer ônus adicional para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos - SASDH.

4.1.13. realizar o empenho da respectiva dotação orçamentária;

4.1.14. publicar o contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas;

4.1.15. comunicar imediatamente ao contratado qualquer defeito ou deficiência que venha a constatar, referente à execução do objeto;

4.1.16. Exigir o cumprimento do objeto deste termo, seguindo suas especificações, prazos e demais condições;

4.1.17. Acompanhar a execução dos serviços e avaliar a sua qualidade, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA, podendo rejeitá-los, mediante justificativa;

4.1.18. Fornecer as instruções necessárias à execução dos serviços e cumprir com os pagamentos nas condições dos preços pactuados;

4.1.19. Proceder a mais ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento do objeto deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA;

4.1.20. Notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento total ou parcial do contrato, por escrito e com antecedência;

4.1.21. Indicar os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento dos serviços;

4.1.22. Fornecer o combustível, sendo que abastecimento do veículo obedecerá a um calendário/cronograma pré-estabelecido pela contratante;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

4.1.23. Fornecer adesivo de identificação tipo lona magnética, para as portas laterais dos veículos com logomarca da Prefeitura de Rio Branco/AC, fiscalizando a sua utilização;

4.1.24. Fornecer “diário de bordo”, com todas as informações nele conste (hora de início e final de expediente, quilometragem inicial e final, volume de abastecimento, descritivo das atividades, etc.), para o acompanhamento e realizar diariamente a leitura do hodômetro na presença do condutor da CONTRATADA, no início do expediente e no final do encerramento do expediente;

4.1.25. Fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas da CONTRATADA, no que se refere à execução do contrato;

4.1.26. Realizar sempre que julgar necessário, vistoria técnica nos veículos sem que haja necessariamente aviso prévio sobre a realização da mesma.

4.1.27. Informar alterações no cronograma, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;

4.1.28. Fornecer em tempo hábil, todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações por parte do contratado.

4.2. Das obrigações da CONTRATADA:

4.2.1. Responder, em relação aos empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais quais: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, distribuição de vale-refeição, vales-transportes e outras exigências fiscais, sociais ou trabalhistas nos termos da nova redação da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

4.2.2. Responder por quaisquer danos causados diretamente a SASDH ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato;

4.2.3. Manter os empregados devidamente identificados, devendo substituí-los imediatamente caso sejam considerados inconvenientes a boa ordem e as normas disciplinares da Administração;

4.2.4. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada pelos empregados nas instalações da Administração;

4.2.5. Comunicar a Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente;

4.2.6. Prestar a Administração esclarecimentos que julgar necessários para boa execução do contrato;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

4.2.7. Manter, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com obrigações assumidas, **todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;**

4.2.8. Responsabilizar-se pelos seguintes encargos, em especial: fiscais, comerciais, previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a contratante;

4.2.9. prestar os serviços, garantindo a mobilidades dos servidores e colaboradores nas ações administrativas desenvolvidas diariamente na área meio, cujo proporcionam as condições no atendimento as políticas socioassistenciais, de direitos humanos e na segurança alimentar; devidamente conferidos e acompanhados da nota fiscal eletrônica/fatura corretamente preenchida, descritos na Ordem de Entrega;

4.2.10. Manter disponibilidade da locação de veículo de acordo com o contrato, objetivando oferecer um serviço de qualidade aos contratados;

4.2.11. Garantir a integridade **do transporte de pessoas e volumes (pequenos, médios e grandes)**, sendo observado a capacidade transportáveis;

4.2.12. Substituir o veículo, no máximo **24 (vinte e quatro) horas**, caso venha dar problemas na parte mecânica;

4.2.13. Realizar o serviço decorrente desta contratação na forma e condições determinadas neste Termo de Referência;

4.2.14. Receber os valores que lhe forem devidos pelo serviço, na forma disposta na Proposta Vencedora;

4.2.15. Manter os veículos limpos, estar em um bom estado de conservação objeto do presente instrumento.

4.2.16. Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação do presente instrumento.

4.2.17. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

4.2.18. A CONTRATADA deverá apresentar no ato da assinatura do contrato o Cadastro de Credor atualizado no município de Rio Branco – Acre, para viabilizar o pagamento por parte desta Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

4.2.19. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

4.2.20. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

4.2.21. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

4.2.22. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista na Lei.

4.2.23. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

4.2.24. Deverá o Contratado apresentar APÓLICE DE SEGURO total do veículo, conforme descrição constante para o objeto e previsto na cláusula 2.1 do Termo de Referência.

4.2.25. Por se tratar de Contratação custeados com recursos públicos, fica o CONTRATADO obrigado a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa referente ao objeto contratado, para os servidores os órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo, **em conformidades com o art. 43 da portaria 424/2016.**

Art. 43º Os contratos celebrados à conta dos recursos dos instrumentos deverão conter cláusula que obrigue o contratado a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa referentes ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno e externo.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

1.1.1. 4.2.26. Quando for o caso, deverá o contratado cumprir com as exigências de reserva de cargos prevista em Lei, bem como em outras normas específicas, **para pessoas com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.**

4.2.27. Atender às determinações da fiscalização da CONTRATANTE e providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização quanto à execução dos serviços;

4.2.28. Ficar à disposição da CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato, incluindo sábado, domingos e feriados em regime de plantão, o veículo ficará de posse da contratada e será comunicado sempre que necessário, inexistindo sob qualquer pretexto, o pagamento de remuneração extraordinária, sendo que:

4.2.28.1. Haverá um sistema de rodízio entre os veículos locados, que ficará à disposição da CONTRATANTE 01 (uma) vez por mês nos finais de semana e/ou feriados, atendendo assim serviços demandados;

4.2.28.2. O plantão nos finais de semana e feriados funcionará da seguinte forma: das 07hs às 13hs o condutor/motorista ficará à disposição na sede Administrativa da CONTRATANTE; a partir das 13hs ficará de sobre aviso “via telefone celular para qualquer emergência”;

4.2.29. Apresentar documentação do(s) veículo(s) ou declaração de disponibilidade do(s) mesmo(s) no ato da licitação;

4.2.30. Apresentar documentos comprobatórios de propriedade dos veículos ou documento público similar que comprove a posse direta do veículo que irá prestar o serviço no ato da contratação.

4.2.31. Disponibilizar outro veículo com as mesmas características e utilidade, no caso de defeito de qualquer natureza no veículo locado, sem custo para a CONTRATANTE, com anuência da Divisão de Zeladoria e Transporte da SASDH, ou outro setor indicado pela CONTRATANTE, ou do Fiscal do Contrato, de forma a manter sempre em serviço a frota de veículos, no prazo de 12 (doze) horas.

4.2.32. Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes de paralisações parciais ou totais de serviços provocados pela falta de manutenção e/ou substituição dos veículos;

4.2.33. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá, salvo prévia e expressa autorização por escrito da CONTRATANTE, ceder o contrato ou parte dele bem como a qualquer título, benefício ou interesse do mesmo;

4.2.34. Fornecer os acessórios de porte obrigatório de veículos tais como: estepe, macaco, chave de roda, triangulo, extintor, etc.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

4.2.35. Realizar periodicamente, manutenção preventiva do veículo, particularmente no que se refere à troca de óleo lubrificante, lavagem, lubrificação, freios, pneus e substituição de peças danificadas.

4.2.36. Disponibilizar o veículo em bom estado e em condições de funcionamento quanto aos: Sistema de freios, Sistema mecânico, Sistema elétrico, lataria e pintura (sem amassados ou arranhões), e pneus novos;

4.2.37. Arcar com todas as despesas com manutenção preventiva e corretiva necessárias aos veículos;

4.2.38. Lavar o veículo pelo menos uma vez por semana, devendo esse tipo de serviço ser efetuado nos fins de semana ou em horário de almoço;

4.2.39. A contratada deverá apresentar no ato da assinatura do Contrato/Ordem de Serviço, **cópia da apólice do seguro contemplando danos materiais, danos ao veículo e danos a terceiros (seguro total), sendo por toda vigência do contrato;**

4.2.40. Para os veículos de pequeno porte deverá ter no máximo 03 anos de fabricação;

4.2.41. Em caso de renovação contratual, o ano da fabricação de cada veículo deverá seguir o Termo de Referência;

4.2.42. Executar o objeto nas condições e prazos estabelecidos neste instrumento, conforme orientações da CONTRATANTE;

4.2.43. O proponente deverá incluir nos custos das despesas, mão-de-obra de motorista, e demais despesas diretas ou indiretas, sem que caiba direito a reivindicar custos adicionais;

4.2.44. A CONTRATADA, e ou condutor **deverá possuir obrigatoriamente telefone móvel (celular) a ser utilizado para contato** durante a prestação do serviço;

4.2.45. O horário de trabalho será definido de acordo com as necessidades a serem desenvolvidas nas Unidades e Sede Administrativa da CONTRATANTE.

4.2.46. Os veículos licitados, bem como seus condutores, devem atender todas as exigências do Código Nacional de Trânsito (CNT);



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

4.2.47. Em caso de infração no trânsito, a responsabilidade de pagamento de multas será do proprietário do veículo;

4.2.48. Evitar interrupções ou paralisações durante a execução dos serviços;

4.2.49. O condutor/motorista deverá possuir as seguintes características: Ser devidamente habilitado, portar vestimentas adequadas e portar crachá de identificação;

4.2.50. O veículo locado **poderá ser designado para se deslocar a serviço em viagens intermunicipais e interestaduais, caso seja necessário,** e as despesas (hospedagem e alimentação) decorrentes destas viagens serão custeadas pela CONTRATADA e a CONTRATANTE **será comunicada em até 48 horas antes do deslocamento;**

4.2.51. Antes da assinatura do contrato **o condutor/motorista deverá comparecer a Divisão de Zeladoria e Transporte da SASDH, juntamente com o veículo para que seja realizada a vistoria técnica,** a qual será realizada por uma comissão composta por membros da SASDH. A mesma fará a vistoria, procedendo à aprovação ou não do veículo;

4.2.52. O condutor/motorista do veículo **deverá preencher o diário de bordo,** com todas as informações que nele conste (hora de início e final de expediente, quilometragem inicial e final, volume de abastecimento, descritivo das atividades, etc.);

4.2.53. Comprovar, a qualquer momento, o pagamento dos tributos que incidirem sobre o objeto contratado;

4.2.54. Responsabilizar-se pela procedência, qualidade e execução dos serviços;

4.2.55. A CONTRATADA se responsabilizará por qualquer dano que venham a causar no desenvolvimento dos serviços prestados;

4.2.56. **Manter disponibilidade do veículo de acordo com o contrato,** objetivando oferecer um serviço de qualidade a contratados;

4.2.57. **A CONTRATADA deverá manter a regularidade com os Tributos Federais, Estaduais e Municipais e/ou Autarquia, inerente aos veículos tais como: IPVA, TAXAS cobradas por licenciamento dos veículos e multas;**

4.2.58. As manutenções do veículo para que o mesmo ofereça um serviço de qualidade, correrão por conta do proprietário;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

4.2.59. Em caso de problemas com o condutor do veículo, o proprietário deverá substituí-lo imediatamente, com anuência da Divisão de Zeladoria e Transporte da SASDH ou outro setor indicado pela CONTRATANTE;

4.2.60. O condutor do veículo não terá qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, estando o seu salário incluído nas despesas cotas para execução deste instrumento, sendo de responsabilidade da CONTRATADA;

4.2.61. Os veículos deverão transportar pessoas e volumes (pequenos, médios e grandes), sendo observada a capacidade de transporte para cada categoria, em conformidade do Decreto nº047/2021;

4.2.62. Responsabilizar-se, desde a coleta até a entrega ao respectivo destinatário, pela guarda e perfeita conservação dos documentos e outros itens, respondendo por perdas, danos ou extravios, e obrigando-se, desde já, a efetuar o ressarcimento ou a indenização devida quando da apuração dos prejuízos pela CONTRATANTE.

4.2.63. Prestar os serviços sem a limitação de quilometragem.

4.2.64. Atender às determinações da fiscalização da CONTRATANTE e providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização quanto à execução dos serviços;

4.2.65. Apresentar documentos comprobatórios de propriedade dos veículos ou documento público similar que comprove a posse direta do veículo que irá prestar o serviço no ato da contratação.

4.2.66. Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes de paralisações parciais ou totais de serviços provocados pela falta de manutenção e/ou substituição dos veículos;

4.2.67. Fornecer os acessórios de porte obrigatório de veículos tais como: estepe, macaco, chave de roda, triangulo, extintor, etc.

4.2.68. Realizar periodicamente, manutenção preventiva do veículo, particularmente no que se refere à troca de óleo lubrificante, lavagem, lubrificação, freios, pneus e substituição de peças danificadas.

4.2.69. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024

UASG: 980139 – ID: 90079/2024

CLÁUSULA 5ª DA VIGÊNCIA DA ATA E DO CONTRATO

5.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021 e art. 124 do Decreto Municipal nº 400/2023, e no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos, conforme o (art. 124, caput e §1º).

5.2. Caso não haja a renovação automática do prazo de vigência, a ata de registro de preços perderá sua vigência ao final de 2 (dois) anos

5.3. Esgotados os quantitativos da ata de registro de preços antes do escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o reestabelecimento do quantitativo inicial, conforme art. 124 §2º do Decreto Municipal nº 400/23.

5.4. A cada ingresso de novo fornecedor, com preço inferior a pelo menos 0,5% (cinco por cento) do menor preço registrado, conforme previsto na CLÁUSULA 6ª ocorrerá a renovação automática do prazo de vigência desta ata de registro de preços por mais 12 (doze) meses.

5.5. A validade do contrato é de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado até o limite previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

5.6 A duração dos contratos será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro. (Art. 105 da Lei nº 14.133/2021).



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

5.7. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 21, §2º do Decreto Municipal nº 400/2023.

5.8. O Contrato ou instrumento equivalente deverá ser assinado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

5.9. Durante a vigência da contratação deverá o contratado manter todas as condições de habilitação, cabendo ao contratado informar se houver mudança da sua situação, sob pena de infração equiparada a de declaração falsa, com correspondente sanção.

CLÁUSULA 6º FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os fornecedores e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão no Anexo I, cujas informações se alteram sempre que algum fornecedor solicitar a inclusão, retirada ou alteração do preço registrado. Estes atos serão oficializados com a assinatura do termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

6.2. DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

1.2. 6.2.1. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, **após a data da apresentação** da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados. (**Art. 134 da Lei nº 14.133/2021**).

1.3. 6.2.2. O preço do contrato poderá ser reajustado, mediante solicitação formal da contratada no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data em que teria direito ao mesmo, **conforme variação do IPCA após 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado. (art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021)**. A ausência de formulação do pedido no respectivo prazo, pressupõe renúncia expressa ao reajuste.

1.4. 6.2.3. O índice de reajuste da ata de registro de preços será o IPCA.

1.5. 6.2.4. Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices já disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

- 1.6. 6.2.5. O reajuste de valores, correspondentes às parcelas do objeto entregues ou prestadas após o prazo original, será concedido apenas quando não configurado atraso.
- 1.7. 6.2.6. A formalização do reajuste de contrato, será realizada por apostilamento contratual.
- 1.8. 6.2.7. Caso o valor do contrato seja alterado em razão da concessão de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente e imprevisível, do qual decorra o reequilíbrio geral do valor do contrato, inclusive relacionado a perdas inflacionárias, a data-base para o próximo reajuste contratual passará a ser a data de início dos efeitos do reequilíbrio concedido.

6.3. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

6.3.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser instruído da seguinte forma, e obedecer aos termos do art. 124 do Dec. Municipal 400/2023:

I - o número do contrato ou da ata de registro de preços a que se refere;

II - o item ou o lote para os quais é solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro;

III - a justificativa do desequilíbrio econômico-financeiro contratual;

IV - a diferença percentual solicitada no reequilíbrio econômico-financeiro

por item e/ou lote; e

V - os documentos que comprovem o custo suportado pelo contratado quando da formulação da proposta, da assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou da emissão da primeira Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento e o custo suportado quando do protocolo do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, como notas fiscais, orçamentos obtidos junto aos fornecedores do contratado, tabelas de referência do setor, entre outros.

6.3.2 O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro não suspenderá a execução contratual no curso do prazo para julgamento, salvo se o gestor do contrato conceder o efeito suspensivo.

6.3.3 Quando o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro se referir a um item individual que compõe o custo global do produto ou serviço, deverá ser apresentada planilha detalhada ou equivalente, confrontado o custo de cada item constante da proposta inicial com a nova planilha atualizada, a fim de comprovar a elevação dos encargos do particular proporcionalmente à majoração do insumo requerido.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

6.3.4 O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser encaminhado ao fiscal do contrato, que analisará os fundamentos de fato e de direito que embasaram o pedido.

6.3.5 A concessão do reequilíbrio econômico-financeiro terá efeitos a partir da data do fato gerador ou, não sendo possível a identificação do fato gerador, a data do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, com efeitos para todo o saldo contratual e alterará a data-base para reajuste contratual para a data de início dos efeitos do reequilíbrio econômico-financeiro concedido.

6.3.6 Analisado o pedido e verificada a real alteração do custo suportado pelo contratado, o fiscal do contrato se manifestará pela procedência total ou parcial do pedido, no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

6.3.7 Quando o fiscal se manifestar pela procedência do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, o processo será encaminhado à Procuradoria-Geral para manifestação no prazo de até 5 (cinco) dias úteis. Após manifestação, a Procuradoria-Geral enviará o pedido para gestor do contrato ou da ata de registro de preços que julgará o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

6.3.8. A concessão do reequilíbrio econômico-financeiro terá efeitos a partir da data do fato gerador ou, não sendo possível a identificação do fato gerador, a data do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, com efeitos para todo o saldo contratual e alterará a data-base para reajuste contratual para a data de início dos efeitos do reequilíbrio econômico-financeiro concedido.

6.3.9. Caberá recurso administrativo da decisão de mérito do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da notificação da decisão.

6.3.10. O recurso administrativo deverá ser endereçado ao gestor do contrato que, em até 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento, reconsiderará a decisão recorrida ou, se mantida a decisão, encaminhará o recurso para o secretário municipal ao qual está vinculado, que decidirá em até 5 (cinco) dias úteis a partir do seu recebimento.

6.3.11. Formalizado o reequilíbrio econômico-financeiro, este produzirá efeitos retroativos à data do fato gerador, devendo, as subsequentes notas fiscais emitidas pelo contratado e os pagamentos realizados pelo contratante, observar os novos valores.

6.3.12. Nos casos de reequilíbrio econômico-financeiro em favor do contratante, será apresentado ao contratado memória de cálculo com o decréscimo de valor, com proposição de redução do contrato, que deverá ser realizada por acordo entre as partes.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

6.3.13. Na hipótese de não ser possível o acordo entre as partes, o contrato será rescindido, sem ônus para nenhuma das partes.

CLÁSULA 7ª CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente (carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço) em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e-mail.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pela Secretária Municipal de Assistência Social – SASDH.

7.3 As condições da contratação constam no Termo de Referência, bem como na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

7.4. Será realizada uma lista de classificação dos fornecedores, de acordo com suas propostas registradas, para no caso de desistência, o imediatamente posterior poderá ser convocado para assumir o fornecimento do material de consumo.

CLÁSULA 8ª INGRESSO DE NOVOS INTERESSADOS

8.1 É possível o ingresso de novos fornecedores nesta ata de registro de preços, a qualquer tempo, mediante solicitação do interessado à Secretaria Municipal de Assistência Social, acompanhada da sua proposta e dos documentos exigidos na fase de seleção do fornecedor.

8.2. A Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo gestor da Ata de Registro de Preços, julgará o pedido de inclusão em até 5 (cinco) dias úteis, abrindo prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de divulgação da decisão, para interposição de recurso e contrarrazões em igual prazo.

8.3. A Secretaria Municipal de Assistência Social deverá julgar os recursos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

8.4. O registro de novos fornecedores na ata de registro de preços somente poderá ocorrer a partir de 60 (sessenta) dias da assinatura da ata de registro de preços e será realizado segundo a ordem cronológica de ingresso.

8.5. Para ocupar a posição de menor preço, a redução deverá ser de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) em relação ao menor preço até então registrado.

CLÁUSULA 9ª POSSIBILIDADE DE SAÍDA DE FORNECEDORES E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

9.1. Decorridos 60 (sessenta) dias contados da assinatura ata de registro de preços, o fornecedor poderá pedir a sua exclusão da ata de registro de preços ou alterar seus preços, para mais ou para menos, sem a necessidade de aprovação pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

9.2. A faculdade de exclusão e de alterar os preços **somente poderá ser utilizada** quando existirem, no mínimo, 5 (cinco) fornecedores com preços registrados para o item determinado.

9.3. Nos casos em que **existirem menos de 5 (cinco) fornecedores**, serão aplicáveis à presente ata as regras de reajuste, repactuação e reequilíbrios previstas no Termo de Referência, nesta ata e na minuta do contrato, vedada a duplicidade de correção do valor com a alteração da ata e do contrato sobre o mesmo item e o mesmo fato gerador.

9.4. As solicitações de alterações ou exclusões do registro de preços somente terão validade para os pedidos futuros, sendo obrigação do fornecedor honrar os pedidos já realizados até o protocolo da solicitação de alteração ou exclusão do registro do preço.

9.5. A solicitação do fornecedor de exclusão da ata de registro de preços surtirá efeitos a partir do seu protocolo.

9.6. Quando não for permitida a saída do fornecedor ou a alteração de preço, serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que os fundamentos sejam acolhidos pelo responsável pela Secretaria Municipal de Assistência Social e haja parecer favorável do gestor da ata de registro de preços.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

9.7. O gerenciador ou participante da ata de registro de preços deverá comunicar a intenção do serviço de locação com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do pedido, para viabilizar a alteração de preços pelos fornecedores registrados.

9.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, salvo, justificadamente, nos casos previstos no art.124, da lei nº 14.133/21 e art. 129 e § 4º do Decreto Municipal nº 400/21.

9.9. A Administração, se julgar conveniente, poderá optar por revogar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

9.10. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador definirá o novo preço máximo a ser pago pela Administração e convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

9.11. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

9.12. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

9.13. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

9.13.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

9.13.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

9.14. Quando os fornecedores registrados não aceitarem manter o preço originariamente fixado na ata, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024

UASG: 980139 – ID: 90079/2024

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como o disposto no Decreto Municipal nº400/2023, como descritos no Termo de Referência.

10.2. As infrações praticadas pelo signatário da ata serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual - “Processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de sanção”.

10.3. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#). As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

10.4 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas **as seguintes sanções** (art. 156, e §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da Lei Federal nº 14.133/2021):

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

10.4.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II- as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4.2. A **sanção de advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista **no inciso I da subcláusula 15.1**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.4.3. A **sanção de multa**, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.4.4. A **sanção de impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos **incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.4.5. A **sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos **incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 155, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.5. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

10.6. Nos casos em que o contratado cometer **ato de descumprimento parcial** do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato aplicará **sanção de advertência** ao contratado pelo inadimplemento.

10.7. Será aplicada **multa moratória de 0,5%** (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias.

10.8. Caso a empresa tenha declarado o compromisso de implementação de política de integridade ou de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, o seu inadimplemento implicará em multa mensal de 0,5% (meio por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade.

10.9. Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município **poderá optar por comunicar ao contratado a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20%** (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

10.10. Nos casos de **inexecução total** do contrato, o Município aplicará **multa de 20%** (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.

10.11. A penalidade de **multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar**, nos termos abaixo:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
a)	Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Rio Branco	6 meses
b)	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Rio Branco	12 meses
c)	Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Rio Branco	18 meses
d)	Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar	4 anos e 6 meses



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

		ou contratar com todos os entes federativos	
e)	Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
f)	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
g)	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

1.9.

1.10. **10.12.** Na aplicação da sanção prevista no [inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021](#), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

1.11.

1.12. **10.13.** A aplicação das sanções previstas nos [incisos III e IV do caput do art. 156 inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021](#) requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

1.13. **10.14.** Os atos previstos como infrações administrativas na Legislação vigente e aplicável no presente Processo Administrativo, que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

1.14.

1.15. **10.15.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

1.16.

1.17. **10.16.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

1.18.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

- 1.19. 10.17. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
- 1.20. I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- 1.21. II - pagamento da multa;
- 1.22. III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- 1.23. IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- 1.24. V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos legalmente.

CLÁUSULA 11ª DAS ADESÕES

11.1. Será permitida a adesão a atas de registro de preços do Secretaria Municipal de Assistência Social de Rio Branco por órgãos e entidades de outros municípios.

11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

11.4. A presente Ata de Registro de Preços Poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual e Municipal do Estado do Acre, direta e indireta e Empresas Públicas que não tenha participado do certame licitatório, desde que autorizada sua utilização pela Secretaria de Municipal de Assistência Social - SASDH, órgão gerenciador, e nas condições estabelecidas no (Art. 86, § 2º e § 4º Lei Federal nº 14.133/2021).

11.5. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos registrados nesta Ata para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

11.6. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

11.7. Caberá ao fornecedor beneficiário desta ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ata, assumidas com a CONTRATANTE e demais órgãos participantes.

11.8. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

CLÁUSULA 12ª DA EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

- I. descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II. descumprir, total ou parcialmente, o contrato decorrente da ata de registro de preços;
- III. não retirar a nota de empenho ou o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;
- IV. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- V. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado; ou
- VI. houver razão de interesse público, devidamente justificada.

12.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Assistência Social e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, dispensando-se a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 13ª DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. O Fornecedor Beneficiário terá seu registro de preço cancelado na Ata, **por intermédio de processo administrativo específico**, assegurado o contraditório e ampla defesa, a pedido, quando:

13.1.1. Comprovar está impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

13.1.2. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecúvel em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade.

13.2. Poderá ser CANCELADA por iniciativa da CONTRATANTE, quando:

I - O fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado, sem aplicação de penalidade

II - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, garantida a possibilidade da aplicação de penalidade;

III - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

IV - Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço;

V - O fornecedor não assinar o Contrato ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, sem justificativa aceitável;

VI - Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;

VII - Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

VIII - Sofrer sanção prevista sofrer sanção prevista no art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 2021;

e

IX - não aceitar o preço revisado pela administração municipal.

13.3. Ocorrendo qualquer das hipóteses, concluído o processo, a contratante fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preço e informará ao Fornecedor Beneficiário a nova ordem de registro.

13.4. Esta Ata de Registro de Preço será cancelada automaticamente:

I - Por decurso do prazo de vigência;

II - Quando não restarem fornecedores registrados.

CLÁUSULA 14ª DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

14.1 O prazo de apresentação no serviço de locação **é de 24 (vinte e quatro horas)**, a contar do recebimento da ordem de entrega/serviço e no local a ser especificado na mesma.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

14.2. Caso não seja possível a execução na data assinalada, a licitante deverá comunicar as razões respectivas com **pelo menos 02 (dois) dias de antecedência** para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

14.3. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;

14.4. A empresa deverá atender com presteza às reclamações sobre a qualidade dos serviços fornecidos;

14.5. É de responsabilidade da licitante o cumprimento dos prazos estabelecidos e de todas as obrigações constantes no termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

14.6. O serviço deverá ser entregue em perfeitas condições para o uso dos veículos, conforme especificações, prazos e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhados da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações dos serviços.

14.7. O objeto deverá ser executado conforme termo de referência.

14.8. Fica a cargo dos licitante, a execução do serviços, inclusive quando necessário, sendo de sua responsabilidade exclusiva reparar, corrigir, remover ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, os veículos não aceitos pela Administração contratante, por vícios, defeitos ou incorreções ou ainda que durante o prazo de garantia/validade, venham a apresentar defeitos de fabricação ou se mostrar impróprio para sua utilização, hipóteses que deverão ser corrigidas no prazo de no máximo 30 (trinta) dias, a partir da ciência da rejeição;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

14.9. Os serviços de locação deverão ser entregues dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;

14.10. É do contratado a responsabilidade exclusiva pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Administração contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Empresa contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.11. A contratada deverá estar apta a iniciar o fornecimento do objeto de forma imediata, conforme ordem de entrega, a ser estimado diariamente de acordo com o fluxo de atendimento após assinatura do contrato ou emissão da nota de empenho;

14.12. O serviço, informado na proposta de preço, integram a especificação do produto/serviço, sendo obrigatória a executar o serviço constante no termo de referência, salvo se apresentada pela Empresa/ e ou pessoa física contratada e aceito pela Administração contratante exposição de motivos, devidamente fundamentada, que demonstre a necessidade de ser efetivada a substituição do serviço de qualidade superior ou equivalente, sem ônus para administração.

14.13. A proponente deverá ofertar o serviço em conformidade com as discriminações contidas neste Termo de Referência, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie;

14.14. A quantidade dos serviços que vier a ser adquirida ocorrerá de forma parcelada, e será definida de acordo com a Ordem de entrega/fornecimento;

14.15. A Administração contratante pagará à contratada somente o serviço efetivamente fornecido e em conformidade com as requisições expedidas;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

14.16. A empresa deverá cumprir os prazos e demandas estabelecidas pelo CONTRATANTE, sob pena de responder às sanções previstas na legislação pertinente.

14.17. O prazo indicado no subitem 14.1, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

14.18. DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.18.1. O Contrato será representado pela Nota de Empenho, ou instrumento equivalente, em até 5 (cinco) dias após a convocação, a sua celebração será formalizada pelo recebimento ou retirada pela detentora da Ata de Registro de Preços.

14.18.2. Aplica-se aos contratos referentes ao objeto decorrentes de registro de preços o disposto no art. 89, da Lei Federal nº. 14.133/23, com suas respectivas alterações posteriores, no que couber.

CLÁUSULA 15ª: DO VALOR ESTIMADO

15.1. O valor total desta Ata é de R\$ **XXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXX)**;

15.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, transporte, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

15.3. O preço consignado no contrato será o registrado nesta Ata, conforme registrado no resultado do Pregão Eletrônico.

CLÁUSULA 16ª: FORMA DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento ocorrerá **em até 30 (trinta) dias**, contados da data do adimplemento da obrigação pelo contratado (art. 174, caput, Dec. Municipal nº 400/2023), mediante apresentação da nota fiscal emitida pelo contratado, devidamente atestada por servidor responsável pertencente

Página 106 de 169



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

ao quadro de servidores da CONTRATANTE, acompanhado das Certidões: Certidão Negativa de Débito Municipal; Certidão Negativa de Débito Estadual Certidão Negativa da Dívida Ativa Estadual; Certidão Conjunta Negativa de Tributos Federais, Contribuições Previdenciárias (INSS) e Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débito FGTS Certidão Negativa de Débito Trabalhista;

16.2. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de descumprimento total da obrigação contratual.

1.25. **16.3.** Nos casos de descumprimento parcial da obrigação contratual será realizado o pagamento relativo à parcela incontroversa.

1.26.

1.27. **16.4.** Caso o contratado **não emita a nota fiscal dentro do prazo para o pagamento**, o contratante aguardará a entrega da nota fiscal para autorizar o pagamento, que deverá ocorrer, nestes casos, em até 15 (quinze) dias, contados da entrega da nota fiscal.

1.28. **16.5.** A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao contratado, para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento se reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.

16.6. Nos casos de multas aplicadas ao contratado, os valores serão descontados dos pagamentos seguintes, desde que tenha ocorrido o julgamento do recurso no processo administrativo.

16.7. O fiscal do contrato **comunicará previamente** ao contratado a ocorrência de eventual atraso no pagamento, indicando os motivos e a perspectiva de regularização, com a data provável de pagamento, quando possível.

16.8. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização,



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária, considerando os dias de atraso até a data do efetivo pagamento, contados de forma corrida, ou outro índice que venha a substituí-lo, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \left(\frac{TX}{100} \right) = I = \left(\frac{6}{100} \right) = 0,0001643$$

$$365 \quad 365$$

$EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

16.9. Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

16.10. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

16.10.1. A multa será descontada do valor total do respectivo contrato;

16.10.2. Se o valor da multa for superior ao valor devido à execução dos serviços, responderá a CONTRATADA pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos à Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

16.11. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.14. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

16.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.16. A vencedora do processo licitatório deverá efetuar o cadastro de credor no Município de Rio Branco/AC, para fins de empenho/pagamento.

CLÁUSULA 17ª DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES PREVISTAS PARA OS ITENS COM PREÇOS REGISTRADOS

17.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pela CONTRATANTE entre os órgãos participantes e não participantes do procedimento licitatório para registro de preços.

17.2. O remanejamento somente poderá ser feito de órgão participante para órgão participante e de órgão participante para órgão não participante.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

17.3. No caso de remanejamento de órgão participante para órgão não participante, serão observados os limites previstos nos §§ 4º e 5º do art. 22 do art.86, da Lei nº14.133/2021.

17.4. Caberá à CONTRATANTE autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

17.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos de Estados ou Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

CLÁUSULA 18ª: DAS CONDIÇÕES PARA O ACEITE DA NOTA DE EMPENHO

18.1. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

18.2. Para cada fornecimento, a contratação formalizar-se-á mediante emissão de nota de empenho em nome da licitante que tenha firmado esta Ata de Registro de Preços e o titular do órgão ou entidade CONTRATANTE.

18.3. A licitante vencedora receberá, por escrito (e-mail ou fax), cópia da Nota de Empenho, para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, promover o aceite, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

18.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, por escrito, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.

18.5. Em cada fornecimento decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço unitário, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e que integra o presente instrumento de compromisso.

18.6. A emissão da Nota de Empenho decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinada no prazo de validade da ata de registro de preços.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024

UASG: 980139 – ID: 90079/2024

CLÁUSULA 19ª: DA ANÁLISE JURÍDICA

19.1 A análise jurídica da presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao PARECER JURÍDICO SAJ Nº. **XXXX.XX.XXXXXX**, expedido pela Procuradoria-Geral do Município no dia **XX** de **XXXXXXX** de 2024.

CLÁUSULA 20ª: DOS CASOS OMISSOS

20.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Nº 14.133/21, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 10.406/2022 - Código de Direito Civil, demais normas aplicáveis e princípios gerais dos Contratos.

CLÁUSULA 21ª: DAS ALTERAÇÕES

21.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

21.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, ou documento equivalente, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado.

21.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostilas dispensadas a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA 22ª: DA PUBLICIDADE

22.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado no Diário Oficial do Estado do Acre.

CLÁUSULA 23ª: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Integram este documento, independentemente de transcrição, o edital Pregão Eletrônico **XX/2024**, o Termo de Referência e a proposta da empresa.



PREFEITURA DE RIO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03 PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024 UASG: 980139 – ID: 90079/2024

23.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata, bem como o Decreto Municipal nº 400/2023.

CLÁUSULA 24ª: DO FORO

24.1. O foro será o da Comarca de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, excluído qualquer outro.

Rio Branco - AC, XX de XXXXX de 2024.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretário Municipal de Assistência Social -
SASDH

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS

1 - _____

2 - _____

CPF/MF Nº. _____

CPF/MF Nº. _____



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024
ANEXO I

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/2024

ITENS, FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

Fornecedor: XXXXXXXXXX , CNPJ Nº XXXX , Endereço: XXXXXX ; Tel.: (XX) XXXX-XXX , Representante: XXXXXXXX ; E-mail: XXXXXXXX .					
Item	Descrição	QTD	UND	Valor Unitário	Valor Total
1	Veículo tipo CAMINHÃO ¾ carga/Baú, com condutor , capacidade de carga de 4,0 a 6,0 (quatro a seis) toneladas, motor a diesel, com ano e fabricação no mínimo 2018, e equipado com acessórios como lona, cordas para segurança de carga, com toldo e 2 bancos, de acordo com as normas da CTB (código de Transporte Brasileiro).	01	Mês		
2	Veículo tipo CAMINHÃO ¾ carga seca, com condutor , capacidade de carga de 4,0 a 6,0 (quatro a seis) toneladas, motor a diesel, com ano e fabricação no mínimo 2018, e equipado com acessórios como lona, cordas para segurança de carga, com toldo e 2 bancos, de acordo com as normas da CTB (código de Transporte Brasileiro).	01	Mês		
3	Carro de passeio com condutor, 05 (cinco) portas , Capacidade para 05 (cinco) passageiros, incluindo o condutor, ano e modelo de fabricação a partir de 2021, motor com potência mínima 1.4, total flex, ar condicionado, direção hidráulica, tanque de combustível com autonomia de no mínimo 50l, freio ABS e Air Bag duplo, Pneus com mínimo, aro 13, Seguro Total do veículo, incluindo veículo de substituição. Condutor habilitado na categoria “B” ou superior	29	Mês		
4	Veículos tipo MINI VAN, com condutor, capacidade de passageiro de 07 lugares , passageiros sentados incluindo o	06	Mês		



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

	motorista: Potência de 1.4, em diante, diesel, gasolina e álcool (flex). Possuir todos os itens obrigatórios exigidos pelo CTB; 02 (duas) portas laterais, 01 (uma) porta lateral de correr, 01 (uma) porta traseira; motorista deverá possuir habilitação categoria mínima C; Ano de fabricação no mínimo 2021.				
5	Veículo de passeio tipo SUV – com condutor, capacidade de passageiro de 05 lugares , passageiros sentados incluindo o motorista: ano e modelo de fabricação a partir de 2021, motor com potência mínima 1.6, diesel, gasolina e álcool (flex), ar condicionado, direção hidráulica, tanque de combustível com autonomia de no mínimo 50l, freio ABS e Air Bag duplo, Pneus com mínimo, aro 17, Seguro Total do veículo, incluindo veículo de substituição. Condutor habilitado na categoria “B” ou superior.	01	Mês		
6	Veículo Utilitário Pick-up, tipo CAMINHONETE , cabine dupla, com condutor, ano e modelo de fabricação a partir de 2021, 04 (quatro) portas, capacidade para 05 (cinco) passageiros, motor turbo diesel, potência 2.0 em diante, ar condicionado, direção hidráulica, capacidade mínima de 1.000 Kg, Tração 4 x 4, freio ABS e Air Bag duplo, Pneus com mínimo Aro 16, equipado com acessórios: (protetor da caçamba e capota marítima), para segurança de cargas, Seguro Total do veículo, incluindo veículo de substituição. Condutor habilitado na categoria “B” ou superior.	07	Mês		
7	Veículo automotor com duas rodas, tipo Motocicleta, com condutor , ano e modelo de fabricação a partir de 2021, motor 125 a 150 cc, porta báu com capacidade para até 20 kg, que possua fechadura e trava, bem como possuir todos os equipamentos de segurança necessária para a execução dos serviços (capa de chuva e luvas).	03	Mês		
VALOR TOTAL: XXXXX					



PREFEITURA DE
RIO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

ANEXO IV - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 030/2024

- *Responsável pelas informações do ETP: Suelen Cristina de Oliveira, Ivan Francisco Ferreira e Osvaldo Angelo da Silva Filho.*



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Constitui objeto deste Estudo, a realização de Pregão Eletrônico para registro de preços visando a futura e eventual **contratação de Pessoa Jurídica e/ ou Pessoa Física com fornecimento de serviços contínuo de locação de veículos com condutor** para atender os Centros de Referências de Assistência Social – CRAS, Centros de Referências Especializada de Assistência Social - CREAS, Banco de Alimentos, Restaurante Popular, Casa de Acolhimento Dr^a. Maria Tapajós, Casa do Sol Nascente, Dona Elza, Casa para Migrantes; Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop, Centro de Convivência para Pessoa Idosa Cosme Moraes, Divisão de Benefícios Assistenciais, Programa Criança Feliz, Divisão de Cadastro Único - Programa Bolsa Família, Departamento de Promoção da Igualdade Racial – DPIR, Departamento de Política para as Mulheres - DPM, Casa Rosa Mulher, Departamento de Políticas para a Juventude, Departamento de Promoção de Direitos que está estruturado em 03 (três) divisões finalísticas: Divisão de Promoção dos Direitos de Criança e Adolescente; Divisão de Promoção de Direitos da Pessoa com Deficiência e Divisão de Promoção de Direitos da Pessoa Idosa, onde desenvolvem serviços, programas e ações realizados por cada unidade administrativa, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SASDH. conforme necessidade estimada e descrições constantes neste estudo.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

Considerando que a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos – SASDH coordena, diretamente, três políticas públicas: Assistência Social, Direitos Humanos e Segurança Alimentar e Nutricional. No que se refere à política de Assistência Social, a SASDH oferece em âmbito municipal os seguintes serviços:

Proteção Social Básica: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o qual atende 1.710 indivíduos, dentre eles crianças, adolescentes, idosos e gestantes; Apoio e acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância, mais conhecido como Programa Criança Feliz, atendendo no município de Rio Branco 1.400 crianças; Serviço de Proteção e Atenção Integral a Família – PAIF; Benefícios Assistenciais (Auxílio Natalidade, Auxílio Funeral, Auxílio Moradia, Auxílio Alimentação, Auxílio Viagem; e Auxílio Especiais) e Benefícios de Prestação Continuada conforme Resolução nº. 212 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

Resolução nº. 006/2011 do Conselho Municipal de Assistência Social de Rio Branco; Suporte ao Programa Nacional de Cadastro Único e Programa Bolsa Família, que por sua vez oferece o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil; Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional através do Banco de Alimentos, e Restaurante Popular; Serviço de Inclusão Social e produtiva da comunidade vulnerável com a oferta de oficinas que fornecem capacitações e cursos através do ACESSUAS Trabalho;

Proteção Social Especial: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI; Serviço Especializado em Abordagem Social (24 horas); Serviço de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP, o qual atende diariamente 300 usuários com café da manhã e almoço; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC; Serviços de Acolhimento Institucional para adolescentes e para a pessoa em situação de rua, perfazendo um total de 50 acolhidos; e por fim, o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergência.

Estes serviços são ofertados à população em situação de vulnerabilidade social através das 17 unidades físicas subordinadas a esta secretaria, além de sua sede administrativa.

Estas unidades funcionam oito horas diárias, com a exceção das 03 (três) unidades de acolhimentos (abrigo masculino/abrigo feminino, abrigo para pessoa em situação de rua) que funcionam de forma ininterrupta e exigem atendimento integral aos usuários acolhidos.

Direitos Humanos:

A Política de Direitos Humanos em âmbito municipal é regida pela Lei nº 1.959/2013, no seu Art. 39, que articular-se com os diversos órgãos da Prefeitura Municipal de Rio Branco com referência da aplicação das políticas de direitos humanos; desenvolve políticas transversais que garantam os direitos das pessoas, com sofrimento psíquico, idosos, crianças e adolescentes, moradores de rua, população indígena, egressos do sistema prisional, e populações em situação de vulnerabilidade social; oferece atendimento, encaminhamento e acompanhamento de denúncias



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

de violações dos direitos humanos, políticas de promoção da igualdade e serviços de apoio às vítimas de violências.

A Diretoria de Direitos Humanos do município coordenada suas atividades através dos Departamentos de Promoção da Igualdade Racial – DPIR, Departamento de Política para as Mulheres- DPM, Departamento de Políticas para a Juventude, e ainda se utiliza de outras duas unidades externas para a execução de sua política sejam estas a Praça da Juventude, e Casa Rosa Mulher.

Restaurante Popular:

Destaca-se, ainda, o funcionamento do Restaurante Popular que é um dos equipamentos que integra a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o mesmo teve início com o Programa Fome ZERO em 2003, onde visa criar uma rede de proteção alimentar em áreas de grande circulação de pessoas que realizam refeições fora de casa, atendendo dessa maneira, os segmentos mais vulneráveis nutricionalmente.

Inaugurado em 13 de junho de 2008, o Restaurante Popular de Rio Branco José Marques de Souza (Matias) completou, em 2023, quinze anos de atividades e integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), resultado da parceria com o Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O Restaurante funciona de segunda a sexta, exceto feriados, no horário das 07 às 14 horas. O cardápio é elaborado prevê alimentação balanceada que inclui arroz, feijão, carnes, guarnição, salada, sobremesa e suco, numa combinação de 1.800 calorias por prato. Estima-se a produção diária de 550 (quinhentas e cinquenta) refeições podendo chegar 1.000 (mil) refeições dependendo da demanda e recursos disponibilizados. Esse equipamento está localizado em uma região de grande movimentação diária de trabalhadores e próximo a locais de grande circulação com transporte público disponível.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Não há previsão desta contratação no Plano de Contratação Anual – PCA, portanto não se aplica, pois não houve a publicação e disponibilização do mesmo.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Considerando o art. 11 da Lei 14.133/21 o processo licitatório terá por objetivo os seguintes:

- assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
- assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;
- evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;
- Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Ainda de acordo com o art. 5º do Dec. Municipal nº 400/23, as contratações deverão alcançar os objetivos estabelecidos no art. 11 da Lei 14.133/21, e ainda:

- promover um ambiente íntegro e confiável para as contratações;
- assegurar um ambiente íntegro e confiável para as contratações;
- assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias;
- e promover eficiência, efetividade e eficácia nas contratações.

4.1. DO PRAZO DE ENTREGA/APRESENTAÇÃO:

Será de no máximo 24 (vinte e quatro horas), a contar do recebimento da ordem de serviço/entrega/fornecimento e no local a ser especificado na mesma.

A empresa deverá cumprir os prazos e demandas estabelecidas pelo contratante, sob pena de responder às sanções previstas na legislação pertinente. Nos casos de recusa do serviço, a empresa fornecedora terá o prazo máximo de **02 (dois) dias corridos**, para providenciar a sua substituição, contados a partir da notificação recebida pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos - SASDH.

4.2 DO LOCAL DE ENTREGA:

Os serviços serão destinados à Secretaria Municipal de Assistência Social – SASDH, com endereço à Rua do Aviário n.º 972, Bairro Aviário, CEP: 69.900-854, onde será fiscalizado



**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024**

pela Divisão de Zeladoria e Transportes e Fiscal do Contrato para a emissão de documento de recebimento do objeto, onde irão atestar a entrega de acordo com as especificações exigidas e pactuadas no certame licitatório.

5. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

Não há previsão desta Contratação no Plano de Contratação Anual – PCA, em razão do mesmo não ter sido publicado até o momento, portanto não se aplica.

6. QUANTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE

Necessidade de garantir a continuidade no atendimento aos usuários mediante o suporte às entidades e aos serviços públicos, aos territórios de maior vulnerabilidade social e risco de Rio Branco, os Centros de Referências de Assistência Social – CRAS, Centros de Referências Especializada de Assistência Social - CREAS, Banco de Alimentos, Restaurante Popular, Casa de Acolhimento Dr^a. Maria Tapajós, Casa do Sol Nascente, Dona Elza, Casa para Migrantes; Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop, Centro de Convivência para Pessoa Idosa Cosme Morais, Divisão de Benefícios Assistenciais, Programa Criança Feliz, Divisão de Cadastro Único - Programa Bolsa Família, Departamento de Promoção da Igualdade Racial – DPIR, Departamento de Política para as Mulheres - DPM, Casa Rosa Mulher, Departamento de Políticas para a Juventude, Departamento de Promoção de Direitos que está estruturado em 03 (três) divisões finalísticas: Divisão de Promoção dos Direitos de Criança e Adolescente; Divisão de Promoção de Direitos da Pessoa com Deficiência e Divisão de Promoção de Direitos da Pessoa Idosa, onde desenvolvem serviços, programas e ações realizados por cada unidade administrativa, tendo por base as contratações anteriores.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

7.1 Especificação e estimativa de quantidades:



PREFEITURA DE
RIO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

Item	Descrição	Unid.	Qtd
01	Veículo básico sem acessibilidade, zero quilômetro; ano e modelo não inferior à data da contratação; carroceria tipo sedã; capacidade mínima para 5 ocupantes; porta-malas com, no mínimo, 450 litros de capacidade volumétrica; 5 portas; direção com assistência hidráulica e/ou elétrica; vidros elétricos nas janelas das portas dianteiras; travas elétricas nas portas; jogo de tapetes de borracha ou de material similar a carpete; carroceria na cor branca com padronização visual do Ministério da Cidadania; motor de, no mínimo, 80 CV, combustível, gasolina ou etanol ou bicomcombustível (etanol e gasolina); ar condicionado de fábrica; todos itens obrigatórios, conforme legislação vigente; documentação (emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado; garantia mínima de 12 (doze) meses. (Redação dada pela Portaria nº 33, de 11 de março de 2022).	Und.	01
02	Veículo utilitário para cargas acima de 1 tonelada, zero quilômetro; ano e modelo não inferior à data da contratação; carroceria tipo picape; cabine simples ou dupla; capacidade mínima para 2 ocupantes; no mínimo 2 portas; capacidade de carga mínima de 1000 kg, direção com assistência hidráulica e/ou elétrica; vidros elétricos; travas elétricas nas portas, jogo de tapetes de borracha ou de material similar a carpete; carroceria na cor branca com padronização visual do Ministério da Cidadania; motor de, no mínimo, 140 CV, combustível gasolina, etanol, bicomcombustível (etanol e gasolina) ou diesel; ar condicionado de fábrica; todos itens obrigatórios, conforme legislação vigente; documentação (emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado; garantia mínima de 12 (doze) meses.	Und.	01
03	Veículo utilitário básico com acessibilidade, zero quilômetro; ano e modelo não inferior à data da contratação; carroceria tipo minivan; capacidade mínima para 1 motorista, 2 passageiros e 1 cadeirante; com adaptação constituída de Rampa de Acesso Veicular (RAV) ou elevador p/ cadeira de rodas com acionamento por controle remoto, sistema de elevação elétrico e/ou hidráulico e sistema manual para o acionamento de emergência, com capacidade de carga mínima de 250 kg; direção com assistência hidráulica e/ou elétrica; vidros elétricos no mínimo nas janelas das portas dianteiras;	Und.	01



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

	travas elétricas nas portas; jogo de tapetes de borracha ou de material similar a carpete; carroceria na cor branca com padronização visual do Ministério da Cidadania; motor de, no mínimo, 110 CV, combustível gasolina, etanol ou bicombustível (etanol e gasolina); ar condicionado de fábrica; todos itens obrigatórios, conforme legislação vigente; documentação (emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado; garantia mínima de 12 (doze) meses.		
04	Veículo utilitário tipo SUV sem acessibilidade, zero quilômetro; ano e modelo não inferior à data da contratação; capacidade para 5 ocupantes; porta-malas com, no mínimo, 390 litros de capacidade volumétrica; 5 portas; direção hidráulica e/ou elétrica; vidros elétricos no mínimo nas janelas das portas dianteiras; travas elétricas nas portas; jogo de tapetes de borracha ou de material similar a carpete; cor branca com padronização visual do Ministério da Cidadania; motor de, no mínimo, 110 CV de potência, combustível gasolina, etanol, bicombustível (etanol e gasolina) ou diesel; ar condicionado de fábrica; todos itens obrigatórios, conforme legislação vigente; documentação (emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado; garantia mínima de 12 (doze) meses.	Und.	03
05	Veículo tipo ônibus com acessibilidade, zero quilômetro, com capacidade mínima para 34 lugares + 01 motorista + 3 (três) passageiros em cadeiras de rodas; com adaptação constituída plataforma elevatória veicular para cadeira de rodas com acionamento por controle remoto instalado na porta lateral, elevação com sistema elétrico e/ou hidráulico, capacidade de carga mínima de 250 kg, sistema manual de emergência p/ o acionamento em caso de falha do sistema principal de acionamento, para embarque e desembarque de pessoa com deficiência, ou com mobilidade reduzida; conjunto de fixadores instalados no assoalho do veículo p/ a fixação da cadeira de rodas ou local específico para cadeirante; motorização mínima de 150 cv; teto alto; cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, opcional cortinas nas janelas, direção hidráulica e/ou elétrica, piso antiderrapante, protetor de reservatórios de combustível e ARLA 32, faróis de neblina, opcional sistema antitombamento, sensor de ré com opcional de câmera, sistema de bloqueio de porta(s), porta(s) com dispositivo antiesmagamento, saídas de emergência nas janelas laterais, teto e porta, cor branca com padronização visual do Ministério da Cidadania; combustível diesel ou biodiesel; ar condicionado,	Und.	01



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

	todos itens obrigatórios, conforme legislação vigente; documentação (emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado; garantia mínima de 24 (vinte quatro) meses.		
06	Veículo tipo van com acessibilidade, zero quilômetro, ano e modelo não inferior à data da contratação; envidraçada, com capacidade mínima para 09 passageiros + 01 motorista + 01 cadeirante; com adaptação constituída de Rampa de Acesso Veicular (RAV) ou elevador p/ cadeira de rodas ou dispositivo para transposição de fronteira com acionamento por controle remoto, sistema de elevação elétrico e/ou hidráulico e sistema manual para o acionamento de emergência, com capacidade de carga mínima de 250 kg; mínimo de 4 portas; direção hidráulica e/ou elétrica; freio a disco nas 4 rodas; vidros elétricos nas janelas das portas dianteiras; travas elétricas nas portas; jogo de tapetes de borracha ou de material similar a carpete na cabine do motorista; cor branca com padronização □ j g p p ; p ç visual do Ministério da Cidadania; motor de, no mínimo, 120 CV, combustível diesel; ar condicionado (cabine e salão) de fábrica; todos itens obrigatórios, conforme legislação vigente; documentação (emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado; garantia mínima de 12 (doze) meses.	Und.	01
07	Veículo utilitário para cargas leves, zero quilômetro; ano e modelo não inferior à data da contratação ; carroceria tipo picape; cabine simples, simples alongada (cabine plus) ou dupla; capacidade mínima para 2 ocupantes; no mínimo 2 portas; capacidade de carga até 999 kg; direção com assistência hidráulica e/ou elétrica; vidros elétricos; travas elétricas nas portas, jogo de tapetes de borracha ou de material similar a carpete; carroceria na cor branca com padronização visual do Ministério da Cidadania; motor de, no mínimo, 85 CV, combustível gasolina, etanol ou bicomustível (etanol e gasolina); ar condicionado de fábrica; todos itens obrigatórios, conforme legislação vigente; documentação (emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado; garantia mínima de 12 (doze) meses.	Und.	01

A quantidade foi estimada com base nas contratações anteriores, bem como na necessidade de ampliação de demanda.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

Convém ressaltar que a Administração vem acompanhando com atenção a jurisprudência emanada do Controle Externo, de modo a incorporar em seus processos de contratação os avanços e melhorias proporcionados pelo exame de casos concretos das contratações de outros órgãos e, em decorrência, obter contratações mais seguras e eficientes. Assim, considerando a adoção da solução sugerida por outras Administrações, há indicativo de viabilidade da metodologia pleiteada, de disponibilidade de empresas para execução do objeto e de aceitação da metodologia pelos Tribunais de Contas.

O que não for adquirido imediatamente ficará registrado em ATA para suprir qualquer eventualidade.

A Realização de Licitação pelo Sistema de Registro de Preços visando eventual e futura **contratação de Pessoa Jurídica e/ ou Pessoa Física com fornecimento de serviços contínuo de locação de veículos com condutor**, tendo como critério de avaliação o menor preço por item, por ser a solução mais viável.

A solução permite maior controle sobre a qualidade dos serviços designados para executar, a necessidade da locação dos veículos para dar suporte às entidades e aos serviços públicos, aos territórios de maior vulnerabilidade social e risco de Rio Branco, de forma satisfatória, com aceitação pela população assistida.

7.2. RESULTADOS PRETENDIDOS

a) Garantir a continuidade no atendimento aos usuários mediante suporte às entidades e aos serviços públicos, aos territórios de maior vulnerabilidade social e risco de Rio Branco, tendo por base as contratações anteriores.

Nº	UNIDADE	TIPO DE VEICULO	QUANT
-----------	----------------	------------------------	--------------



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

01	ALMOXARIFADO	Caminhão ¾ - Baú	01
		Caminhão ¾ carga seca	01
02	PATRIMÔNIO/DEPÓSITO INSERVÍVEL	Carro de passeio - 5 lugares	01
03	BANCO DE ALIMENTOS	Carro de passeio - 5 lugares	01
04	CASA DE ACOLHIMENTO DONA ELZA	Carro de passeio/Mini Van 07 lugares	01
05	ACOLHIMENTO DR ^a M ^a TAPAJÓS- FEMININO	Carro de passeio/Mini Van 07 lugares	01
06	ACOLHIMENTO SOL NASCENTE- MASCULINO	Carro de passeio/Mini Van 07 lugares	01
07	CASA DE PASSAGEM PARA MIGRANTES	Carro de passeio/Mini Van 07 lugares	01
08	CASA ROSA MULHER	Carro de passeio/Mini Van 07 lugares	01
09	CENTRO DA JUVENTUDE	Carro de passeio - 5 lugares	01
10	CENTRO DE CONV. PESSOA IDOSA C. MORAIS	Carro de passeio - 5 lugares	01
11	CENTRO POP	Carro de passeio/Mini Van 07 lugares	01
12	CRAS CALAFATE	Carro de passeio - 5 lugares	01
13	CRAS CIDADE DO POVO	Carro de passeio - 5 lugares	01
14	CRAS CIDADE NOVA	Carro de passeio - 5 lugares	01
15	CRAS RUI LINO	Carro de passeio - 5 lugares	01



PREFEITURA DE
RIO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

16	CRAS SANTA HELENA	Pick-up/Caminhonete, cabine dupla/tração 4x4	01
17	CRAS SÃO FRANCISCO	Pick-up/Caminhonete, cabine dupla/tração 4x4	01
18	CRAS SOBRAL	Pick-up/Caminhonete, cabine dupla/tração 4x4	01
19	CRAS NOVO HORIZONTE	Carro de passeio - 5 lugares	01
20	CREAS MANOEL JULIÃO	Pick-up/Caminhonete, cabine dupla/tração 4x4	01
21	CREAS PARQUE	Pick-up/Caminhonete, cabine dupla/tração 4x4	01
22	DIASE	Carro de passeio - 5 lugares	01
23	FAMILIA ACOLHEDORA	Carro de passeio - 5 lugares	01
24	RESTAURANTE POPULAR	Carro de passeio - 5 lugares	01
25	SEDE DOS CONSELHOS	Carro de passeio - 5 lugares	01
26	GABINETE	Carro de passeio tipo SUV – 5 lugares	01
27	DAS	Carro de passeio - 5 lugares	01
28	DPSO	Carro de passeio - 5 lugares	01
29	D. HUMANOS	Carro de passeio - 5 lugares	01
30	DG	Carro de passeio - 5 lugares	01
31	PROGRAMA PBF	Pick-up/Caminhonete, cabine dupla/tração 4x4	01



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

32	DBA (Aluguel Social e Aux. Funeral)	Carro de passeio - 5 lugares	01
33	DZT	Carro de passeio - 5 lugares	03
34	DZT/Manutenção	Pick-up/Caminhonete, cabine dupla/tração 4x4	01
35	DZT	Motocicleta (com condutor)	03
36	PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	Carro de passeio - 5 lugares	08

b) Declaramos, com base no estudo realizado, que a contratação pleiteada é viável, necessária e adequada.

7.3. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- Global
 Lotes de itens
 Por itens

7.4. O PRODUTO SE CLASSIFICA COMO BEM DE CONSUMO COMUM?

- Não se aplica - serviços ou obras
 Bem de qualidade comum
 Bem de qualidade especial
 Bem de luxo

8. ESTIMATIVA DE VALOR

O valor da contratação anterior realizada por esta Secretaria relativo ao pagamento de veículos locados durante o ano de 2023 considerando valor despendido na planilha de pagamentos dos veículos terceirizados da Divisão de Zeladoria e Transportes na fls 15 neste processo é de **R\$**



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024

UASG: 980139 – ID: 90079/2024

1.089.329,66 (Um milhão, oitenta e nove mil e trezentos e vinte e nove reais e sessenta e seis centavos), tendo por objeto a locação de veículos. Neste processo o quantitativo foi ampliado, visando atender a necessidade do órgão e o orçamento será elaborado na fase de cotação/pesquisa de preços.

9. CONTRAÇÕES CORRELATAS

Não há necessidades de aquisições correlatas;

10. CONTRAÇÕES INTERDEPENDENTES

Não há Contratações Interdependentes

11. DAS PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Não há nenhuma necessidade de adaptação direta no ambiente físico para início das atividades desta tipologia de serviços.

12. DA FONTE A SER UTILIZADA

A fonte de recursos que será utilizada para a presente Contratação será por conta de Recursos consignados no orçamento geral da Secretaria.

13. DA DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Os estudos preliminares evidenciam que a abertura de Processo Licitatório pelo Sistema de Registro de Preços, visando a futura e eventual contratação de pessoa jurídica



PREFEITURA DE **RIO BRANCO**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03 PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024 UASG: 980139 – ID: 90079/2024

especializada para o **fornecimento de serviços contínuo de locação de veículos com condutor Pessoa Jurídica e/ ou Pessoa Física com condutor**) com a finalidade de atender os Centros de Referências de Assistência Social – CRAS, Centros de Referências Especializada de Assistência Social - CREAS, Banco de Alimentos, Restaurante Popular, Casa de Acolhimento Dr^a. Maria Tapajós, Casa do Sol Nascente, Dona Elza, Casa para Migrantes; Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop, Centro de Convivência para Pessoa Idosa Cosme Morais, Divisão de Benefícios Assistenciais, Programa Criança Feliz, Divisão de Cadastro Único - Programa Bolsa Família, Departamento de Promoção da Igualdade Racial – DPIR, Departamento de Política para as Mulheres - DPM, Casa Rosa Mulher, Departamento de Políticas para a Juventude, Departamento de Promoção de Direitos que está estruturado em 03 (três) divisões finalísticas: Divisão de Promoção dos Direitos de Criança e Adolescente; Divisão de Promoção de Direitos da Pessoa com Deficiência e Divisão de Promoção de Direitos da Pessoa Idosa, onde desenvolvem serviços, programas e ações realizados por cada unidade administrativa, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SASDH é a solução mais viável.

Declaramos, com base no estudo realizado, que a Contratação ora pretendida, mostra-se tecnicamente possível e fundamentalmente necessária e adequada.

Rio Branco - Acre, 03 de junho de 2024.

Suelen Cristina de Oliveira

Diretora de Gestão – SASDH

Decreto nº 253/2022

Ivan Francisco Ferreira

Diretor de Assistência Social

Decreto nº 845/2023



**PREFEITURA DE
RIO BRANCO**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024
Oswaldo Angelo da Silva Filho**

Chefe da Divisão de Zeladoria e Transportes

Decreto Municipal nº 295/2023

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº **XXXXXX /2024**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM
CONDUTOR, DE UM LADO, COMO
CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE RIO
BRANCO ATRAVÉS DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS - SASDH E DO
OUTRO, COMO CONTRATADA, A
EMPRESA**

****XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**,
CONFORME ABAIXO:**

Número/Ano do Termo: **XXXXXX/2024/Web Público**

Processo Administrativo nº **XXXXXX/2024/CPL/PMRB**

Pregão Eletrônico SRP Nº **XXX/2024/CPL/PMRB**

Página 130 de 169

Rua Alvorada, 281 – Cobertura – Bairro: Bosque - CEP: 69.900-664

Fone: (068) 3212-7398

e-mail: cpl@riobranco.ac.gov.br



PREFEITURA DE RIO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024

UASG: 980139 – ID: 90079/2024

Ata de Registro de Preços nº: xxx/2024/SASDH

Ao **XXXXXXXXXXXXXXXXXX** do mês de **XXXXXXXXXXXXXXXXXX** do ano de dois mil e vinte quatro, o **MUNICÍPIO DE RIO BRANCO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, n.º 285, Centro, Rio Branco, Acre, CEP: 69.900-120, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 04.034.583/0001-22, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - SASDH**, com sede na Rua do Aviário, n.º 972, Bairro do Aviário, neste Município, neste ato representado pelo Secretário o Senhor **WELLINGTON DIVINO CHAVES DE SOUZA**, brasileiro, portador da identidade n.º. 00093708 CRC/AC e do CPF/MF n.º. 507.107.881-34, residente e domiciliado na Rua Bom Jesus, n.º 122, Xavier Maia, Rio Branco – AC, através do Decreto n.º 563 de 30 de abril de 2024, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede na rua 1º de Agosto, 507, Bairro: Placas – Rio Branco - AC Tel: (68) 3227-4515/ 99923-2170, e-mail: joao.foxinformatica@gmail.com, neste ato representado pelo Senhor **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro (a), portador (a) da cédula de identidade n.º. **XXXXXXX XXX/XX** e Inscrito (a) no CPF: **XXXXXXXXXX**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Contrato, decorrente do **PREGÃO na sua forma Eletrônica pelo o sistema de registro de preços SRP Nº XXX/20XX/CPL/PMRB**, homologado pela autoridade competente, realizado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas

CLÁUSULA 2ª: OBJETO

2.1. O objeto do presente contrato é a **contratação de Pessoa Jurídica e/ ou Pessoa Física para o fornecimento de serviços contínuos de locação de veículos com condutor**, através de **PREGÃO**, em sua forma **ELETRÔNICA** pelo o sistema de registro de preços, tendo como critério de avaliação **MENOR PREÇO** por **ITEM**, através dos Centros de Referências de Assistência Social – CRAS, Centros de Referências Especializada de Assistência Social - CREAS, Banco de Alimentos, Restaurante Popular, Casa de Acolhimento Drª. Maria Tapajós, Casa do Sol Nascente, Dona Elza, Casa para Migrantes; Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop, Centro de Convivência para Pessoa Idosa Cosme Morais, Divisão de Benefícios Assistenciais, Programa Criança Feliz, Divisão de Cadastro Único -



PREFEITURA DE RIO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03 PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024 UASG: 980139 – ID: 90079/2024

Programa Bolsa Família, Departamento de Promoção da Igualdade Racial – DPIR, Departamento de Política para as Mulheres - DPM, Casa Rosa Mulher, Departamento de Políticas para a Juventude, Departamento de Promoção de Direitos que está estruturado em 03 (três) divisões finalísticas: Divisão de Promoção dos Direitos de Criança e Adolescente; Divisão de Promoção de Direitos da Pessoa com Deficiência e Divisão de Promoção de Direitos da Pessoa Idosa, onde desenvolvem serviços, programas e ações realizados por cada unidade administrativa, conforme abaixo:

ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	QTD	UND	Valor Unitário Mensal (R\$)	Valor ANUAL Total (R\$)
1	Veículo tipo CAMINHÃO ¾ carga/Baú, com condutor, capacidade de carga de 4,0 a 6,0 (quatro a seis) toneladas, motor a diesel, com ano e fabricação no mínimo 2018, e equipado com acessórios como lona, cordas para segurança de carga, com toldo e 2 bancos, de acordo com as normas da CTB (código de Transporte Brasileiro).	01	Mês	x	x
2	Veículo tipo CAMINHÃO ¾ carga seca, com condutor, capacidade de carga de 4,0 a 6,0 (quatro a seis) toneladas, motor a diesel, com ano e fabricação no mínimo 2018, e equipado com acessórios como lona, cordas para segurança de carga, com toldo e 2 bancos, de acordo com as normas da CTB (código de Transporte Brasileiro).	01	Mês	x	x
3	Carro de passeio com condutor, 05 (cinco) portas, Capacidade para 05 (cinco) passageiros, incluindo o condutor, ano e modelo de fabricação a partir de 2021, motor com potência mínima 1.4, total flex, ar condicionado, direção hidráulica, tanque de combustível com autonomia de no mínimo 50l, freio ABS e Air Bag duplo, Pneus com mínimo, aro 13, Seguro Total do veículo, incluindo veículo	29	Mês	x	x



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

	de substituição. Condutor habilitado na categoria “B” ou superior				
4	Veículos tipo MINI VAN, com condutor, capacidade de passageiro de 07 lugares , passageiros sentados incluindo o motorista: Potência de 1.4, em diante, diesel, gasolina e álcool (flex). Possuir todos os itens obrigatórios exigidos pelo CTB; 02 (duas) portas laterais, 01 (uma) porta lateral de correr, 01 (uma) porta traseira; motorista deverá possuir habilitação categoria mínima C; Ano de fabricação no mínimo 2021.	06	Mês	x	x
5	Veículo de passeio tipo SUV – com condutor, capacidade de passageiro de 05 lugares , passageiros sentados incluindo o motorista: ano e modelo de fabricação a partir de 2021, motor com potência mínima 1.6, diesel, gasolina e álcool (flex), ar condicionado, direção hidráulica, tanque de combustível com autonomia de no mínimo 50l, freio ABS e Air Bag duplo, Pneus com mínimo, aro 17, Seguro Total do veículo, incluindo veículo de substituição. Condutor habilitado na categoria “B” ou superior.	01	Mês	x	x
6	Veículo Utilitário Pick-up, tipo CAMINHONETE , cabine dupla, com condutor, ano e modelo de fabricação a partir de 2021, 04 (quatro) portas, capacidade para 05 (cinco) passageiros, motor turbo diesel, potência 2.0 em diante, ar-condicionado, direção hidráulica, capacidade mínima de 1.000 Kg, Tração 4 x 4, freio ABS e Air Bag duplo, Pneus com mínimo Aro 16, equipado com acessórios: (protetor da caçamba e capota marítima), para segurança de cargas, Seguro Total do veículo, incluindo veículo de substituição. Condutor habilitado na categoria “B” ou superior.	07	Mês	x	x
7	Veículo automotor com duas rodas, tipo Motocicleta, com condutor , ano e modelo de fabricação a partir de 2021, motor 125 a 150 cc, porta báu com capacidade para até 20	03	Mês	x	x



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

kg, que possua fechadura e trava, bem como possuir todos os equipamentos de segurança necessária para a execução dos serviços (capa de chuva e luvas).				
VALOR TOTAL: XXXXXXXX				

CLÁUSULA 3ª: NORMAS REGENTES

3.1. O presente contrato está vinculado ao processo de Licitação via **Pregão na sua forma ELETRÔNICA, pelo Sistema de Registro de Preço Nº XXX/2024, pelo critério de menor preço por item**, ao Termo de Referência, e à proposta vencedora, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pelo Lei nº 14.133/2021; Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor); Lei 10.406/2002 (Código Civil); Decreto Municipal nº 400/2023; **Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei anticorrupção)**, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 948/2014; **Lei nº 13.790/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados)**, bem como a **Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)**, a LC nº 101/2000 e, ainda, o Decreto Municipal nº 1.880/2023 (Retenção de IR na Fonte) e Lei Complementar nº 123/2006.

CLÁUSULA 4ª: DA VALIDADE DO CONTRATO

4.1. A validade do contrato é de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado até o limite previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

3.2. A duração dos contratos será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro. (Art. 105 da Lei nº 14.133/2021).



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

4.3. A substituição do instrumento de contrato por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, não altera as regras aplicáveis aos contratos administrativos em geral, inclusive em relação aos acréscimos ou supressões e ao reequilíbrio econômico-financeiro.

3.4. Em caso de substituição do instrumento de contrato por outro instrumento hábil, as regras sobre aplicação de penalidade, em especial, a forma de cálculo da multa, serão aquelas previstas no edital ou termo de referência.

3.5. Durante a vigência da contratação deverá o contratado manter todas as condições de habilitação, cabendo ao contratado informar se houver mudança da sua situação, sob pena de infração equiparada a de declaração falsa, com correspondente sanção.

CLÁUSULA 4ª: REGIME E FORMA DE EXECUÇÃO

4.1. O fornecimento do objeto ocorrerá de forma continuada tendo em vista que visa atender necessidade permanente da contratante, de acordo com a ordem de entrega, bem como encontra-se vinculado às regras elencadas no Termo de referência.

CLÁUSULA 5ª: LOCAL E PRAZO DE ENTREGA / EXECUÇÃO

5.1. O prazo de entrega é de 24 (vinte e quatro horas), a contar do recebimento da ordem de fornecimento/serviço conforme especificações e endereços informados na respectiva ordem.

5.2. Caso não seja possível a execução do serviço na data assinalada, a empresa/ e ou a pessoa física deverá comunicar as razões respectivas no momento em que o serviço é solicitado, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

5.3. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

5.4. A contratada deverá atender com presteza às reclamações sobre a qualidade dos serviços fornecidos;

5.5. É de responsabilidade da licitante o cumprimento dos prazos estabelecidos e de todas as obrigações constantes no termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

5.6. O serviço deverá ser entregue em perfeitas condições para o uso dos veículos, conforme especificações, prazos e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhados da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações dos serviços.

5.7. O objeto deverá ser executado conforme termo de referência.

5.8. Fica a cargo do contratado a execução do serviços, inclusive quando necessário, sendo de sua responsabilidade exclusiva reparar, corrigir, remover ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, os veículos não aceitos pela Administração contratante, por vícios, defeitos ou incorreções ou ainda que durante o prazo de garantia/validade, venham a apresentar defeitos de fabricação ou se mostrar impróprio para sua utilização, hipóteses que deverão ser corrigidas no prazo de no máximo 02 (dois) dias, a partir da ciência da rejeição;

5.9. Os serviços de locação deverão ser entregues dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;

5.10. A contratada deverá encontrar-se apta a iniciar e fornecer os serviços a que se refere ao objeto no prazo especificado no Termo de Referência, conforme ordem de entrega, ou emissão da nota de empenho;

5.11. **O modelo dos veículos a ser locado, informado na proposta de preço, integra a especificação do veículo, sendo obrigatória a substituição similar ou mesmo modelo constante na cotação**, salvo se apresentada pela Empresa contratada e aceito pela Administração contratante exposição de motivos, devidamente fundamentada, que demonstre a necessidade de ser efetivada a substituição do veículo superior ou equivalente, sem ônus para administração.

5.12. A proponente deverá ofertar o veículo em conformidade com as discriminações contidas neste Termo de Referência, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie;

5.13. A quantidade dos serviços que vier a ser adquirida ocorrerá de forma parcelada, e será definida de acordo com a Ordem de entrega/fornecimento;

5.14. A Administração contratante pagará à contratada somente a locação de veículos efetivamente fornecido e em conformidade com as requisições expedidas;

5.15. Poderá ser exigida apresentação dos itens (amostra), conforme disposição contida no **art. 41, inciso, II da Lei Federal nº 14.133/2021**, mediante solicitação da Secretaria demandante, caso haja.

5.16. É do contratado a responsabilidade exclusiva pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Administração contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Empresa contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.17. DO LOCAL DA ENTREGA:

5.17.1. Os serviços serão destinados à Secretaria Municipal de Assistência Social – SASDH, com endereço à Rua do Aviário n.º 972, Bairro Aviário, CEP: 69.900-854, onde será fiscalizado pela Divisão de Zeladoria e Transportes e Fiscal do Contrato para a emissão de documento de recebimento do objeto, onde irão atestar a entrega de acordo com as especificações exigidas e pactuadas no certame licitatório.

5.18. DA GARANTIA:

5.18.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.18.2. **A contratada, fornecedora do serviço, obriga-se a substituir, no prazo de 48 (horas),** contados do recebimento de notificação efetuada pela SASDH, a prestação dos serviços, aceita comprovada a existência de vistoria, defeitos e anomalias, cuja verificação somente venha a se dar quando de sua utilização. Findo este prazo serão aplicadas às penalidades cabíveis;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

5.18.3. A empresa deverá cumprir os prazos e demandas estabelecidas pelo CONTRATANTE, sob pena de responder às sanções previstas na legislação pertinente. Durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.18.4. A reprovação dos veículos quando da vistoria, acarretará na possibilidade de aplicação das penalidades previstas em lei, e conseqüentemente as providências necessárias para a convocação do segundo colocado no certame licitatório;

5.18.5. A SASDH, sempre que julgar necessário promoverá vistoria técnica nos veículos sem que haja necessariamente aviso prévio sobre a realização da mesma

5.19. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

5.19.1. O objeto será recebido definitivamente pela comissão de recebimento, mediante termo de recebimento, em 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo detalhado.

5.19.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser pela contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.19.3. Para as contratações de aquisição remunerada de bens para o fornecimento de uma só vez ou parceladamente, prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem do fornecimento.

5.19.4. O objeto será recebido parcialmente pelo contratante quando descumprida condição de execução que possibilite o aproveitamento do objeto para os objetivos da contratação, aplicando-se a sanção cabível pelo descumprimento contratual.

5.20. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA 6ª: FONTE DE RECURSOS

6.1. A despesa correrá por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s):

6.1.1. Programa de Trabalho: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

6.1.2. Elemento: xxxx

6.1.3. Fonte: xxxx



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

CLÁUSULA 7ª: VALOR A SER PAGO PELO OBJETO

7.1. Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor de **R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**, incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus.

7.2. As quantidades e preço unitário estão indicadas na proposta ajustada do contratado, que juntamente com o Termo de referência, faz parte deste contrato.

CLÁUSULA 8ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O adjudicatário deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre os materiais/produtos, tais como MARCA sob o qual o mesmo é comercializado e o Fabricante além de mencionar o número da Licitação.

8.2. A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada com 05 (cinco) dias úteis de antecedência para os procedimentos administrativos necessários à efetivação do pagamento. Não sendo aprovada pela Administração, será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, reiniciando o prazo.

8.3. O pagamento ocorrerá **em até 30 (trinta) dias**, contados da data do adimplemento da obrigação pelo contratado (art. 174, caput, Dec. Municipal nº 400/2023), mediante apresentação da nota fiscal emitida pelo contratado.

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

8.5. Nos casos de descumprimento parcial da obrigação contratual será realizado o pagamento relativo à parcela incontroversa.

8.6. Caso o contratado **não emita a nota fiscal dentro do prazo para o pagamento**, o contratante aguardará a entrega da nota fiscal para autorizar o pagamento, que deverá ocorrer, nestes casos, em até 15 (quinze) dias, contados da entrega da nota fiscal.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

8.7. A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao contratado, para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento se reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.

8.8. Nos casos de multas aplicadas ao contratado, os valores serão descontados dos pagamentos seguintes, desde que tenha ocorrido o julgamento do recurso no processo administrativo.

8.9. O fiscal do contrato **comunicará previamente** ao contratado a ocorrência de eventual atraso no pagamento, indicando os motivos e a perspectiva de regularização, com a data provável de pagamento, quando possível.

8.10. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária, considerando os dias de atraso até a data do efetivo pagamento, contados de forma corrida, ou outro índice que venha a substituí-lo, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} = I = \frac{(6/100)}{365} = 0,00016438$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

8.11 Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

8.12. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

8.12.1. A multa será descontada do valor total do respectivo Contrato;

8.12.2. Se o valor da multa for superior ao valor devido à entrega dos produtos, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

8.13. DA LIQUIDAÇÃO

8.13.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.13.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

8.13.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.13.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.13.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.13.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

8.13.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.13.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

CLÁUSULA 9ª: MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS CONTRATUAIS

9.1. As partes concordam em estabelecer a seguinte matriz de alocação de riscos para o presente contrato:

	Evento de risco	Alocação	Consequência
a)	Alteração do quantitativo contratado	Município	Aditivo contratual
b)	Alteração do projeto	Município	Reequilíbrio contratual
c)	Criação, extinção ou alteração de tributos, taxas ou encargos	Município	Reequilíbrio contratual
d)	Atraso no pagamento	Município	Juros e atualização monetária
e)	Problemas com empregados do contratado	Contratado	Manutenção do valor
f)	Erros na execução	Contratado	Correção com manutenção do valor
g)	Atrasos e inadimplementos	Contratado	Glosa do valor não executado e aplicação de penalidades
h)	Oscilações de mercado dos insumos até 5% acima da variação média do ano anterior	Contratado	Manutenção do valor
i)	Oscilações de mercado dos insumos acima de 5% da variação média do ano anterior	Município	Reequilíbrio contratual
j)	Outros eventos não previstos caracterizados como caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou fato da administração	Município	Reequilíbrio contratual



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

9.2. São considerados riscos que podem ocorrer ao longo da execução contratual com potencial de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro, aqueles que estiverem preenchidos como riscos do contratante, sendo aplicada a regra para reequilíbrio econômico-financeiro nestes casos.

9.3. O contratado terá a obrigação de demonstrar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato, o pagamento dos seguros eventualmente solicitados pela matriz de risco contratual.

9.4. O fiscal do contrato acompanhará os mecanismos de mitigação dos riscos previstos na matriz de risco contratual.

CLÁUSULA 10ª: DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS

10.1 Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

10.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25%



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

(vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.

10.3. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei não poderão transfigurar o objeto da contratação.

10.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial. (art. 131 da Lei 14.133/2021).

10.5. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

10.6. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2023.

10.7. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

10.8. Os registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;

IV - empenho de dotações orçamentárias.

10.9. DO REAJUSTE

10.9.1. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados. **(Art. 134 da Lei nº 14.133/2021).**



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

10.9.2. O preço do contrato poderá ser reajustado, mediante solicitação formal da contratada no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data em que teria direito ao mesmo, **conforme variação do IPCA após 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado. (art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021)**. A ausência de formulação do pedido no respectivo prazo, pressupõe renúncia expressa ao reajuste.

10.9.2.1. **Mês de referência dos preços:** 05/2024.

10.9.3. Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices já disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

10.9.4. O reajuste de valores, correspondentes às parcelas do objeto entregues ou prestadas após o prazo original, será concedido apenas quando não configurado atraso.

10.9.5. A formalização do reajuste será realizada por apostilamento contratual.

10.9.6. Caso o valor do contrato seja alterado em razão da concessão de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente e imprevisível, do qual decorra o reequilíbrio geral do valor do contrato, inclusive relacionado a perdas inflacionárias, a data-base para o próximo reajuste contratual passará a ser a data de início dos efeitos do reequilíbrio concedido.

CLÁUSULA 11ª: REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser instruído com:

I - o número do contrato ou da ata de registro de preços a que se refere;

II - o item ou o lote para os quais é solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro;

III - a justificativa do desequilíbrio econômico-financeiro contratual;

IV - a diferença percentual solicitada no reequilíbrio econômico-financeiro por item e/ou lote;

V - os documentos que comprovem o custo suportado pelo contratado quando da formulação da proposta, da assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou da emissão da primeira Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento e o custo suportado quando do protocolo do requerimento de reequilíbrio econômico financeiro, como notas fiscais, orçamentos obtidos junto aos fornecedores do contratado, tabelas de referência do setor, entre outros.

11.2. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro não suspenderá a execução contratual no curso do prazo para julgamento, salvo se o gestor do contrato conceder o efeito suspensivo.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

11.3. Quando o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro se referir a um item individual que compõe o custo global do produto ou serviço, deverá ser apresentada planilha detalhada ou equivalente, confrontado o custo de cada item constante da proposta inicial com a nova planilha atualizada, a fim de comprovar a elevação dos encargos do particular proporcionalmente à majoração do insumo requerido.

11.4. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser encaminhado ao fiscal do contrato, que analisará os fundamentos de fato e de direito que embasaram o pedido.

11.5. Analisado o pedido e verificada a real alteração do custo suportado pelo contratado, o fiscal do contrato se manifestará pela procedência total ou parcial do pedido, no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

11.6. Quando o fiscal se manifestar pela procedência do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, o processo será encaminhado à Procuradoria-Geral para manifestação no prazo de até 5 (cinco) dias úteis. Após manifestação, a Procuradoria-Geral enviará o pedido para gestor do contrato ou da ata de registro de preços que julgará o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

11.7. A concessão do reequilíbrio econômico-financeiro terá efeitos a partir da data do fato gerador ou, não sendo possível a identificação do fato gerador, a data do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, com efeitos para todo o saldo contratual e alterará a data-base para reajuste contratual para a data de início dos efeitos do reequilíbrio econômico-financeiro concedido.

11.8. Caberá recurso administrativo da decisão de mérito do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da notificação da decisão.

11.9. O recurso administrativo deverá ser endereçado ao gestor do contrato que, em até 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento, reconsiderará a decisão recorrida ou, se mantida a decisão, encaminhará o recurso para o secretário municipal ao qual está vinculado, que decidirá em até 5 (cinco) dias úteis a partir do seu recebimento.

11.10. A concessão do reequilíbrio econômico-financeiro terá efeitos a partir da data do fato gerador ou, não sendo possível a identificação do fato gerador, a data do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, com efeitos para todo o saldo contratual e alterará a data-base para reajuste contratual para a data de início dos efeitos do reequilíbrio econômico-financeiro concedido.

11.11. Na hipótese de não ser possível o acordo entre as partes, o contrato será rescindido, sem ônus para nenhuma das partes.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

CLÁUSULA 12ª OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Responder, em relação aos empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais quais: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, distribuição de vale-refeição, vales-transportes e outras exigências fiscais, sociais ou trabalhistas nos termos da nova redação da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

12.2 Responder por quaisquer danos causados diretamente a SASDH ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato;

12.3 Manter os empregados devidamente identificados, devendo substituí-los imediatamente caso sejam considerados inconvenientes a boa ordem e as normas disciplinares da Administração;

12.4 Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada pelos empregados nas instalações da Administração;

12.5. Comunicar a Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente;

12.6. Prestar a Administração esclarecimentos que julgar necessários para boa execução do contrato;

12.7. Manter, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com obrigações assumidas, **todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;**

12.8. Responsabilizar-se pelos seguintes encargos, em especial: fiscais, comerciais, previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a contratante;

12.9. Prestar os serviços, garantindo a mobilidades dos servidores e colaboradores nas ações administrativas desenvolvidas diariamente na área meio, cujo proporcionam as condições no atendimento as políticas socioassistenciais, de direitos humanos e na segurança alimentar; devidamente conferidos e acompanhados da nota fiscal eletrônica/fatura corretamente preenchida, descritos na Ordem de Entrega;

12.10. Manter disponibilidade da locação de veículo de acordo com o contrato, objetivando oferecer um serviço de qualidade aos contratados;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

12.11. Garantir a integridade **do transporte de pessoas e volumes (pequenos, médios e grandes)**, sendo observado a capacidade transportáveis;

12.12. Substituir o veículo, no máximo **24 (vinte e quatro) horas**, caso venha dar problemas na parte mecânica;

12.13. Realizar o serviço decorrente desta contratação na forma e condições determinadas neste Termo de Referência;

12.14. Receber os valores que lhe forem devidos pelo serviço, na forma disposta na Proposta Vencedora;

12.15. Manter os veículos limpos, em um bom estado de conservação;

12.16. Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação do presente instrumento.

12.17. A **CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.**

12.18. A **CONTRATADA deverá apresentar no ato da assinatura do contrato o Cadastro de Credor atualizado no município de Rio Branco – Acre**, para viabilizar o pagamento por parte desta Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

12.19. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

12.20. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

12.21. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

12.22. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista na Lei.

12.23. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

12.24. Deverá o Contratado apresentar APÓLICE DE SEGURO total do veículo, conforme descrição constante para o objeto previsto na cláusula 1.1.

12.25. Por se tratar de Contratação custeados com recursos públicos, fica o CONTRATADO obrigado a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa referente ao objeto contratado, para os servidores os órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo, **em conformidades com o art. 43 da portaria 424/2016.**

Art. 43º Os contratos celebrados à conta dos recursos dos instrumentos deverão conter cláusula que obrigue o contratado a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa referentes ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno e externo.

12.26. Quando for o caso, deverá o contratado cumprir com as exigências de reserva de cargos prevista em Lei, bem como em outras normas específicas, **para pessoas com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.**

12.27. Atender às determinações da fiscalização da CONTRATANTE e providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização quanto à execução dos serviços;

12.28. Ficar à disposição da CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato, incluindo sábado, domingos e feriados em regime de plantão, o veículo ficará de posse da contratada e será comunicado sempre que necessário, inexistindo sob qualquer pretexto, o pagamento de remuneração extraordinária;

12.29. Apresentar documentação do(s) veículo(s) ou declaração de disponibilidade do(s) mesmo(s) no ato da licitação;

12.30. Apresentar documentos comprobatórios de propriedade dos veículos ou documento público similar que comprove a posse direta do bem que irá prestar o serviço no ato da contratação.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

12.31. Disponibilizar outro veículo com as mesmas características e utilidade, no caso de defeito de qualquer natureza no veículo locado, sem custo para a CONTRATANTE, com anuência da Divisão de Zeladoria e Transporte da SASDH ou outro setor indicado pela CONTRATANTE, de forma a manter sempre em serviço a frota de veículos, no prazo de 12 (doze) horas.

12.32. Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes de paralisações parciais ou totais de serviços provocados pela falta de manutenção e/ou substituição dos veículos;

12.33. Fornecer os acessórios de porte obrigatório de veículos tais como: estepe, macaco, chave de roda, triangulo, extintor, etc.;

12.34. Realizar periodicamente, manutenção preventiva do veículo, particularmente no que se refere à troca de óleo lubrificante, lavagem, lubrificação, freios, pneus e substituição de peças danificadas;

12.35. Disponibilizar o veículo em bom estado e em condições de funcionamento quanto aos: Sistema de freios, Sistema mecânico, Sistema elétrico, lataria e pintura (sem amassados ou arranhões), e pneus novos;

12.36. Arcar com todas as despesas com manutenção preventiva e corretiva necessárias aos veículos;

12.37. Lavar o veículo pelo menos uma vez por semana, devendo esse tipo de serviço ser efetuado nos fins de semana ou em horário de almoço;

12.38. A contratada deverá apresentar no ato da assinatura do Contrato/Ordem de Serviço, **cópia da apólice do seguro contemplando danos materiais, danos ao veículo e danos a terceiros (seguro total), sendo por toda vigência do contrato;**

12.39. Para os veículos de pequeno porte deverá ter no máximo 03 anos de fabricação;

12.40. Em caso de renovação contratual, o ano da fabricação de cada veículo deverá seguir o Termo de Referência;

12.41. Executar o objeto nas condições e prazos estabelecidos neste instrumento, conforme orientações da CONTRATANTE;

12.42. O proponente deverá incluir nos custos das despesas, mão-de-obra de motorista, e demais despesas diretas ou indiretas, sem que caiba direto a reivindicar custos adicionais;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024

UASG: 980139 – ID: 90079/2024

12.43. A CONTRATADA, e ou condutor **deverá possuir obrigatoriamente telefone móvel (celular) a ser utilizado para contato** durante a prestação do serviço;

12.44. O horário de trabalho será definido de acordo com as necessidades a serem desenvolvidas nas Unidades e Sede Administrativa da CONTRATANTE.

12.45. Os veículos licitados, bem como seus condutores, devem atender todas as exigências do Código Nacional de Trânsito (CNT);

12.46. Em caso de infração no trânsito, a responsabilidade de pagamento de multas será do proprietário do veículo;

12.47. Evitar interrupções ou paralisações durante a execução dos serviços;

12.48. O condutor/motorista deverá possuir as seguintes características: Ser devidamente habilitado, portar vestimentas adequadas e portar crachá de identificação;

12.49. O veículo locado **poderá ser designado para se deslocar a serviço em viagens intermunicipais e interestaduais, caso seja necessário**, e as despesas (hospedagem e alimentação) decorrentes destas viagens serão custeadas pela CONTRATADA e a CONTRATANTE **será comunicada em até 48 horas antes do deslocamento**;

12.50. Antes da assinatura do contrato **o condutor/motorista deverá comparecer a Divisão de Zeladoria e Transporte da SASDH, juntamente com o veículo para que seja realizada a vistoria técnica**, a qual será realizada por uma comissão composta por membros da SASDH. A mesma fará a vistoria, procedendo à aprovação ou não do veículo;

12.51. O condutor/motorista do veículo **deverá preencher o diário de bordo**, com todas as informações que nele conste (hora de início e final de expediente, quilometragem inicial e final, volume de abastecimento, descritivo das atividades, etc.);

12.52. Comprovar, a qualquer momento, o pagamento dos tributos que incidirem sobre o objeto contratado;

12.53. Responsabilizar-se pela procedência, qualidade e execução dos serviços;

12.54. A CONTRATADA se responsabilizará por qualquer dano que venham a causar no desenvolvimento dos serviços prestados;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

12.55. Manter disponibilidade do veículo de acordo com o contrato, objetivando oferecer um serviço de qualidade a contratados;

12.56. A CONTRATADA deverá manter a regularidade com os Tributos Federais, Estaduais e Municipais e/ou Autarquia, inerente aos veículos tais como: IPVA, TAXAS cobradas por licenciamento dos veículos e multas;

12.57. As manutenções do veículo para que o mesmo ofereça um serviço de qualidade, correrão por conta do proprietário;

12.58. Em caso de problemas com o condutor do veículo, o proprietário deverá substituí-lo imediatamente, com anuência da Divisão de Zeladoria e Transporte da SASDH ou outro setor indicado pela CONTRATANTE;

12.59. O condutor do veículo não terá qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, estando o seu salário incluído nas despesas cotas para execução deste instrumento, sendo de responsabilidade da CONTRATADA;

12.60. Os veículos deverão transportar pessoas e volumes (pequenos, médios e grandes), sendo observada a capacidade de transporte para cada categoria, em conformidade do Decreto nº047/2021;

12.61. Responsabilizar-se, desde a coleta até a entrega ao respectivo destinatário, pela guarda e perfeita conservação dos documentos e outros itens, respondendo por perdas, danos ou extravios, e obrigando-se, desde já, a efetuar o ressarcimento ou a indenização devida quando da apuração dos prejuízos pela CONTRATANTE.

12.62. Prestar os serviços sem a limitação de quilometragem.

12.63. Atender às determinações da fiscalização da CONTRATANTE e providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização quanto à execução dos serviços;

12.64. Apresentar documentos comprobatórios de propriedade dos veículos ou documento público similar que comprove a posse direta do veículo que irá prestar o serviço no ato da contratação.

12.65. Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes de paralisações parciais ou totais de serviços provocados pela falta de manutenção e/ou substituição dos veículos;

12.66. Fornecer os acessórios de porte obrigatório de veículos tais como: estepe, macaco, chave de roda, triangulo, extintor, etc.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

12.67. Realizar periodicamente, manutenção preventiva do veículo, particularmente no que se refere à troca de óleo lubrificante, lavagem, lubrificação, freios, pneus e substituição de peças danificadas.

CLÁUSULA 13ª: OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1. Constituem obrigações do contratante:

13.1.1. É de responsabilidade da SASDH, conforme art. 44 da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, no **fornecimento de serviços contínuo de locação de veículos pessoa física e jurídica com condutor**, **realizar consulta aos cadastros elencados abaixo**, onde na constatação em qualquer etapa do processo de serviços, da situação de impedimento, determinará a exclusão do licitante, a não adjudicação/homologação do objeto, a não contratação ou a não autorização de fornecimento ou da realização da obra ou serviço, conforme o caso:

I - Cadastro de Empresas Inidôneas do Tribunal de Contas da União;

II – Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;

III - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas;

IV - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

13.1.2. Permitir acesso dos empregados do contratado ao local de fornecimento dos **serviços contínuo de locação de veículos pessoa física e/ ou jurídica com condutor**;

13.1.3. Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto licitado;

13.1.4. Solicitar reparação/substituição do objeto do que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito;

13.1.5. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, sendo que essa fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade do contratado;

13.1.6. Receber e monitorar os serviços com base na ordem de entrega, e no processo licitatório;

13.1.7. Atestar os serviços recebidos, bem como sua nota fiscal eletrônica/fatura;

13.1.8. Efetuar o pagamento do valor constante na nota fiscal eletrônica/fatura, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota fiscal eletrônica/fatura devidamente atestada;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

13.1.9. Notificar a empresa sobre eventuais atrasos nos serviços e/ou descumprimento de cláusulas previstas neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos e no Contrato;

13.1.10. Aplicar ao fornecedor registrado as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, em caso de descumprimento contratual;

13.1.11. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

13.1.12. Notificar a contratada para que esta se encarregue de substituir os serviços /e os veículos recebidos provisoriamente, que apresentarem discrepância em relação às especificações contidas neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos e no Contrato, sem qualquer ônus adicional para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos - SASDH.

13.1.13. realizar o empenho da respectiva dotação orçamentária;

13.1.14. publicar o contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas;

13.1.15. comunicar imediatamente ao contratado qualquer defeito ou deficiência que venha a constatar, referente à execução do objeto deste contrato;

13.1.16. Exigir o cumprimento do objeto deste termo, seguindo suas especificações, prazos e demais condições;

13.1.17. Acompanhar a execução dos serviços e avaliar a sua qualidade, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA, podendo rejeitá-los, mediante justificativa;

13.1.18. Fornecer as instruções necessárias à execução dos serviços e cumprir com os pagamentos nas condições dos preços pactuados;

13.1.19. Proceder a mais ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento do objeto deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA;

13.1.20. Notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento total ou parcial do contrato, por escrito e com antecedência;

13.1.21. Indicar os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento dos serviços;

13.1.22. Fornecer o combustível, sendo que abastecimento do veículo obedecerá a um calendário/cronograma pré-estabelecido pela contratante;

13.1.23. Fornecer adesivo de identificação tipo lona magnética, para as portas laterais dos veículos com logomarca da Prefeitura de Rio Branco/AC, fiscalizando a sua utilização;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

13.1.24. Fornecer “diário de bordo”, com todas as informações nele conste (hora de início e final de expediente, quilometragem inicial e final, volume de abastecimento, descritivo das atividades, etc.), para o acompanhamento e realizar diariamente a leitura do hodômetro na presença do condutor da CONTRATADA, no início do expediente e no final do encerramento do expediente;

13.1.25. Fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas da CONTRATADA, no que se refere à execução do contrato;

13.1.26. Realizar sempre que julgar necessário, vistoria técnica nos veículos sem que haja necessariamente aviso prévio sobre a realização da mesma;

13.1.27. Informar alterações no cronograma, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;

13.1.28. Fornecer em tempo hábil, todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações por parte do contratado.

CLÁUSULA 14ª: FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O órgão ou entidade demandante será responsável pela designação formal do gestor dos contratos e dos agentes públicos que atuarão como fiscal e como suplentes.

14.2. Na designação do gestor e do fiscal do contrato, deverá ser observada a gestão por competências, com base em critérios quantitativos e qualitativos, de modo que a complexidade e o número de contratos distribuídos a cada fiscal não prejudiquem a boa execução das suas atribuições (art. 144, Decreto Municipal nº 400/2023).

14.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

14.4. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

14.5. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

14.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

14.7. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

14.8. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

14.9. Na hipótese da contratação de terceiro, deverão ser observadas as seguintes regras:

I - a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;

II - a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

14.10. Em conformidade com o art. 147 do Decreto Municipal nº 400/2023, são atribuições do gestor do contrato, dentre outras:

I - Coordenar e supervisionar os fiscais no desempenho de suas atribuições;

II - Manifestar-se nos casos de prorrogação de prazos, vantajosidade da manutenção do contrato, alterações contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro e extinção contratual;

III - realizar os procedimentos de prorrogação de prazos, alterações contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro e extinção contratual;

IV - Acompanhar a execução do objeto por meio dos relatórios e demais documentos elaborados pelos fiscais;

V - Notificar o contratado sobre irregularidades não saneadas e sobre a abertura de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade;

VI - Ordenar, cautelarmente, a suspensão da execução contratual;

VII - encaminhar pedido para instauração de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade;

VIII - tomar providências para a digitalização e o armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas do contratado, nos casos de terceirização;

IX - Tomar providências para a inserção dos contratos no Portal Nacional de Contratações Públicas; e

X - Outras atividades compatíveis com a função;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

CLÁUSULA 15ª: SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Não será admitida à CONTRATADA a subcontratação do objeto licitatório, permanecendo a ela a responsabilidade integral pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondente ao objeto.

CLÁUSULA 16ª: MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIA

16.1. Dentre as possibilidades elencadas no art. 151 da Lei nº 14.133/2021, as partes buscarão a solução consensual das eventuais controvérsias, por meio da conciliação.

CLÁUSULA 17ª: SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#). As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

17.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas **as seguintes sanções** (art. 156, e §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da Lei Federal nº 14.133/2021):

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.2.2. A **sanção de advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista **no inciso I da subcláusula 17.2**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

17.2.3. A **sanção de multa**, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2.4. A **sanção de impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos **incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.2.5. A **sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos **incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II,



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 155, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

17.4. Nos casos em que o contratado cometer **ato de descumprimento parcial** do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato aplicará **sanção de advertência** ao contratado pelo inadimplemento.

17.5. Será aplicada **multa moratória de 0,5%** (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias.

17.6. Caso a empresa tenha declarado o compromisso de implementação de política de integridade ou de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, o seu inadimplemento implicará em multa mensal de 0,5% (meio por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade.

17.7. Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município **poderá optar por comunicar ao contratado a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20%** (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

17.8. Nos casos de **inexecução total** do contrato, o Município aplicará **multa de 20%** (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.

17.9. A penalidade de **multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar**, nos termos abaixo:



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
a)	Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Rio Branco	6 meses
b)	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Rio Branco	12 meses
c)	Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Rio Branco	18 meses
d)	Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
e)	Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
f)	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
g)	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

17.10. Na aplicação da sanção prevista no [inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021](#), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.11. A aplicação das sanções previstas nos [incisos III e IV do caput do art. 156 inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021](#) requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Legislação vigente e aplicável no presente Processo Administrativo, que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

17.13 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

17.14 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

17.15 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos legalmente.

CLÁUSULA 18ª: FORMAS DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADO

18.1. É facultada a qualquer das partes, a solicitação de reunião, para esclarecimentos de questões relacionadas ao contrato.

18.2. O contratado deverá comunicar-se com o contratante através do fiscal do contrato e seu substituto, em regra por e-mail, sendo admitidos outros meios de comunicação, desde que posteriormente formalizado no processo.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

18.3. Todas as reclamações ou solicitações do contratado serão registradas nos autos do processo de gestão e fiscalização e respondidas no prazo de 30 (trinta) dias, admitida, desde que justificada, a prorrogação desse prazo, exceto o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, que tem prazo diferenciado.

18.4. O prazo de resposta será suspenso em caso de solicitação de informações ou realização de diligências pelo contratante, sendo retomado quando obtida a informação.

18.5. Na hipótese de não ser cumprido o prazo de resposta, será facultado ao contratado apresentar denúncia à Controladoria-Geral do Município para fins de responsabilização do servidor.

CLÁUSULA 19ª: MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

19.1. O contratante acompanhará a manutenção das condições de habilitação pelo contratado por modelo auto declaratório, cabendo ao contratado informar, no prazo de 15 (quinze) dias, a mudança da sua situação, sob pena de infração equiparada à declaração falsa, com a correspondente instauração de procedimento administrativo sancionatório e aplicação de sanção.

19.2. A ausência ou omissão de declaração por parte do contratado corresponde, para todos os efeitos, à declaração da manutenção das condições de habilitação.

19.3. Nas hipóteses em que houver alteração de condição de habilitação:

19.3.1. O contratado deverá providenciar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência que gerou o não atendimento da condição de habilitação; e

19.3.2. Será aplicada multa mensal de 1% (um por cento) sobre as faturas emitidas enquanto persistir a situação de irregularidade, aumentando para 2% (dois por cento) caso o não atendimento das condições de habilitação persista por mais de 60 (sessenta) dias.

19.3.3. O contratante poderá diligenciar as condições de habilitação do contratado e aplicar sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses pelo descumprimento da obrigação de informar a mudança da sua situação.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

CLÁUSULA 20ª: NORMAS AMBIENTAIS E LOGÍSTICA REVERSA

20.1. O contratado deverá cumprir as normas ambientais aplicáveis na produção, entrega e execução do objeto contratado.

CLÁUSULA 21ª: LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

21.1. As partes se obrigam a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:

21.1.1. guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto deste contrato;

21.1.2. tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;

21.1.3. garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;

21.1.4. não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;

21.1.5. fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;

21.1.6. adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;

21.1.7. em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao contratante, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas:

4.3.1.1. a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

4.3.1.2. as informações sobre os titulares envolvidos;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

4.3.1.3. a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;

4.3.1.4. os riscos relacionados ao incidente;

4.3.1.5. os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e

4.3.1.6. as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

4.3.1.7. demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;

21.1.8. demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;

21.1.9. utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;

21.1.10. armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;

21.1.11. apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo contratante ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;

21.1.12. anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo contratante, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual; e

21.1.13. não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato.

21.2. O contratado ficará obrigado a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas a este contrato, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao contratante ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

CLÁUSULA 22ª: DA DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO

22.1 Na forma da Lei Federal nº 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 948/2014, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma e observando sempre a legislação pertinente.

CLÁUSULA 23ª: DA ANÁLISE JURÍDICA

23.1. A análise jurídica do presente Contrato está vinculada ao PARECER JURÍDICO SAJ Nº. **XXXX.XX.XXXXXX**, expedido pela Procuradoria-Geral do Município no dia **XX** de **XXXXXXX** de 2024, Parecer Jurídico nº **XXX/2024/SASDH** expedido no dia **XX** de **XXXXXXX** de 2024 e ao Certificado de Controle Interno Nº **XXX /2024/SASDH** expedido no dia **XX** de **XXXXXXX** de 2024.

CLÁUSULA 24ª: MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

24.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

24.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

24.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

24.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

CLÁUSULA 25ª: EXTINÇÃO DO CONTRATO

25.1. A extinção do presente contrato será regulada pelas normas previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

25.2. A extinção do contrato deverá ser formalmente motivada nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

25.3. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do contratante, o contratado será ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, bem como terá direito aos pagamentos das parcelas executadas até a data da extinção do contrato.

25.4. Na extinção do contrato determinada por ato unilateral, o contratante poderá reter dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos sofridos e das multas aplicadas, desde que já apurados em processo administrativo.

CLÁUSULA 26ª: DOS CASOS OMISSOS

26.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Nº 14.133/21, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 10.406/2022 - Código de Direito Civil, demais normas aplicáveis e princípios gerais dos Contratos.

CLÁUSULA 27ª: FORO

27.1. O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de Rio Branco/AC, excluído qualquer outro. E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, lavra-se o presente termo com 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Rio Branco-AC, **XX** de **XX** de 2024.



PREFEITURA DE
RIO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024

WELLINGTON DIVINO CHAVES DE SOUZA

Secretário Municipal de Assistência Social e

Direitos Humanos - SASDH

Contratante

EMPRESA **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

CNPJ Nº **XXXXXX**

Contratada

TESTEMUNHAS

1 - _____

CPF/MF Nº. _____

2 - _____

CPF/MF Nº. _____



PREFEITURA DE
RIO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 03 – CPL 03
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 79/2024
UASG: 980139 – ID: 90079/2024